

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO
REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA**

**JUAZEIRO-BA
2021**



ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS
MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA
AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, *Campus* III, para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Interculturalidade

Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Conceição da Silva Paiva

JUAZEIRO-BA

2021

NUNES DOS SANTOS, ANA JAMILLE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA / ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS. - Juazeiro, 2021.

181 fls : il.

Orientador(a): CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, Campus III. 2021.

1.Convivência com o Semiárido. 2.Educomunicação.
3.Representações Soiais. 4.IRPAA. 5.Análise de Conteúdo.

CDD: 372

FOLHA DE APROVAÇÃO

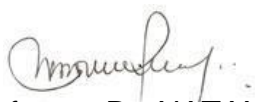
"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENAAGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA"

**ANA JAMILLE NUNES DOS
SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 24 de agosto de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professora Dr.^a CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA
(Orientadora) Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Multimeios
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP



Professor Dr. NATANAEL REIS BOMFIM
(Examinador Interno) Universidade do Estado da
Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal - UQAM



Professora Dr.^a MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA
(Examinadora Externa) Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutorado em Sociologia
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reverenciar pessoas em determinadas caminhadas. Aqui, na jornada do PPGESA, peço licença a todos que me acompanham em outros espaços para destacar poucas, mas significativas pessoas que me ajudaram nesta empreitada. Primeiro a minha mãe, Adélia, inspiração e motivode todos os meus esforços. A Charles, por acreditar em mim sempre, mesmo quando nem eu acredito que é possível. Aos filhotes Cauã, por trazer novos significados a minha vida e a Davi pela companhia nas madrugadas. As amigas Greici, Kelly e Dalila, pela torcida sempre atenta.

E, especialmente, a professora e orientadora Carla Paiva, que marcou minha trajetória acadêmica deixando as melhores referências que eu poderia conhecer. Se novamente alimentei o desejo de estudar foi por ter guardado sonhos que um dia foram semeados com muita verdade em meu coração. Obrigadapor ter escolhido à docência como profissão, por todos os ensinamentos compartilhados, mas principalmente pela amizade carinhosa que aquece meu coração.

RESUMO

O Nordeste brasileiro, em especial o Semiárido, vive um novo momento da sua história. Durante muitos anos, essa região experimentou os “dessaçoos” de ser representada como um lugar pobre e sem esperança, reflexo do atraso, que destinava sua população ao sofrimento. Essa perspectiva, ao passo que se consolidou através dos anos, incomodou estudiosos e ativistas sociais, que, no esforço para encontrar soluções, propuseram, a partir dos anos 1990, uma mudança no olhar e no agir, que pode ser compreendida como “Convivência com o Semiárido”. De forma inovadora, essa “nova visão” se consolida como um movimento oposicionista às formas pejorativas de perceber a região e esta dissertação reflete sobre como essa proposta está sendo apresentada nos materiais educacionais produzidos pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA. A investigação, de natureza qualitativa e exploratória, utilizou como metodologia os fundamentos da análise de conteúdo, por meio de recursos, para coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista em profundidade. Conclui-se que a representação social do Semiárido, para além de sua interpretação pejorativa, não está sendo reinventado ludicamente. As diretrizes da Convivência estão ressaltando outras nuances, promovendo interpretações valorativas, porém não apresenta conteúdos falsamente implementados. Ela é fruto de uma estratégia político social ainda em andamento, que pode inclusive recuar diante do atual cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido. Educomunicação. Representações Sociais. IRPAA. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The Brazilian Northeast, especially the Semi-arid region, experiencing a new moment in its history. For many years this region has experienced the upsets to being represented as poor and hopeless place, reflection of backwardness which destined its people to suffering. This perspective, as it has consolidated over the years, has bothered scholars and social activists who, from the 1990's, in the effort to find solutions, have proposed a change in the way they look and act, which can be understood as "Proposal to coexist with the semi-arid". In an innovative way, this "new view" consolidates itself as an opposition movement to the pejorative ways of perceiving the region and this dissertation intends to reflect on how this proposal is presented in educommunication articles by Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA. For this, were used in the theoretical reference the concepts used by educommunication as also the Social Representations theory. The research, with a qualitative and exploratory nature, uses as methodology the fundamentals of content analysis, by means resources for data collection, like bibliographic research, documental analysis and in-depth interview. It is concluded that social representation of Semi-arid region, to beyond to its pejorative interpretation, is not being playfully reinvented. The guidelines of coexistence are highlighting other nuances, promoting evaluative interpretations, but they do not present falsely implemented content. It is the result of a social political strategy that is still in progress, which may even retreat in the face of the current Brazilian political scenario.

Keywords: Coexisting with Semi-arid. Educommunication. Social Representations. IRPAA. Content Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Cacho da flor do umbuzeiro com pequeninos frutos em formação.....	112
Figura 2 – Flor vermelha do xique-xique desabrochando entre os espinhos.....	113
Figura 3 -Ipê arredondado de cor amarela se destacando entrearbustos mais baixos.....	113
Figura 4 – Umbus, fruto típico da caatinga.....	113
Figura 4 – Jogo educativo “A trilha da água”.....	124
Figura 5 - Material educativo “A gota d'água nos ensina”.....	128
Figura 6 - Revista em quadrinhos “A história do Pingo d’água – Pingo, o defensor das águas”.....	130
Figura 7 – Cartaz de pano “Educação Contextualizada”.....	134
Figura 8 - Cartaz de pano “Pré-história no Semiárido”.....	138
Figura 9 – Cartaz de pano “Fundo de Pasto”.....	139
Figura 10 – Cartaz de pano “Água da chuva”.....	141
Figura 11 – Cartaz de pano “Cisterna”.....	142
Figura 12 – Cartaz de pano “Água filtrada evita doenças”.....	144
Figura 13 - Cartaz de pano “Manejo do Rebanho”.....	145
Figura 14 – Cartaz de pano sobre “Super-Pastoreio”.....	146
Figura 15 – Cartaz de pano “Como estocar alimentos”.....	147
Figura 16 – Cartaz de pano “Como estimular a comunicação na comunidade”.....	148
Figura 17 – Cartaz de pano “A quem?”.....	149
Figura 18 – Cartaz de pano “Meios e Mensagens”.....	150

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COTER	Comando de Operações Terrestres
CMNE	Comando Militar do Nordeste
COOPERCUC	Cooperativa Agrícola Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSB	Convivência com o Semiárido Brasileiro
DCH III	Departamento de Ciências Humanas III
ECSAB	Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	<i>PortableDocumentFormat</i> (Formato de Documento Portátil)
PPGESA	Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios

	Semiáridos
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
RS	Representações Sociais
SAB	Semiárido Brasileiro
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA PELO IRPAA.....	21
2.1 O IRPAA - A HISTÓRIA DO INSTITUTO.....	24
2.1.1 Pedagogia da Convivência.....	32
3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, NORDESTE E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	42
3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO CONSOLIDADO NA SOCIEDADE.....	50
3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	58
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	67
4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO E SUAS ETAPAS.....	69
4.1.1 Pré-análise: Os primeiros passos da jornada.....	71
4.1.2 Análise Temática do Conteúdo.....	73
4.1.2.1 <i>Eixos Temáticos do IRPAA.....</i>	78
4.1.3 Codificação e Categorização: Segundo passo da Jornada.....	85
4.1.4 A Finalização do Percorso.....	87
5 AS PRINCIPAIS REPRESENTAÇÕES DO SEMIÁRIDO PRESENTES NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO IRPAA.....	92
5.1 UM MERGULHO NAS PUBLICAÇÕES.....	92
5.1.1 Terra para Viver.....	93
5.1.2 Cartilha Comunicação para a Convivência com o Semiárido.....	101
5.1.3 A busca da água no Sertão.....	104
5.1.4 Em cada saber um jeito de ser.....	111
5.1.5 Manejo Sustentável da Caatinga-Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas.....	118
5.1.6 Umbuzeiro - produzindo renda no Semiárido Brasileiro – Módulo I.....	121
5.2 EDUCAÇÃO E DIVERSÃO PARA O PÚBLICO INFANTIL.....	123
5.2.1 A Trilha daÁgua.....	124
5.2.2 A Gota d'Água nos Ensina.....	127
5.2.3 A História do Pingó d'Água – Pingó, o defensor das águas.....	129
5.3 CARTAZES DE PANO.....	133

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICE A – Roteiro Prévio das Entrevistas.....	174
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	176
ANEXO A- Parecer Consubstanciado do CEP.....	182
ANEXO B- <i>WORDCLOUDS</i>.....	187

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o Semiárido Brasileiro conviveu com o peso de uma forte representação social com a qual foi associado. Essa região, assim como seu povo, experimentou consequências de uma visão negativa e estereotipada, que pode ser percebida nas produções jornalísticas, literárias, musicais, fílmicas e, principalmente, nas políticas públicas. Estudada por diversos autores, o lugar-comum atribuído ao Semiárido não é fruto do acaso, faz parte de um conjunto de discursos metonímicos sobre a região Nordeste, ancorado no conceito de sertão, um local que serviu de referência para os mais perversos preconceitos regionais construídos no país.

Albuquerque Júnior (2009), em sua obra histórica, intitulada “A invenção do Nordeste”, afirma, desde o título de seu livro, que a região Nordeste foi construída no imaginário da população. Ele defende que o “Nordeste é uma produção imagético-discursiva, gestada historicamente, que possui uma consistência discursiva que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de verdades sobre este espaço” (p. 49). As consequências desse “olhar enviesado”, construído sobre a região nordestina, produziu uma identificação solidificada entre o Nordeste e a ideia de atraso, consolidando-a como um lugar de sofrimento, miséria, fome, seca, etc.

Dessa maneira, desconstruir determinados mitos, além de urgente é também uma responsabilidade acadêmica, pois somente o conhecimento é capaz de superar as inadequações que se perpetuam através do tempo. Muitos pesquisadores brasileiros, a exemplo de Albuquerque Júnior (2011), Carla Paiva (2019), Luzineide Carvalho (2007), Maura Penna (1992), entre diversos outros, já percorreram esse caminho, contribuindo para o surgimento de novas perspectivas, que utilizaram enfoques diferentes para demonstrar de que maneira o Nordeste brasileiro, especificamente, a região Semiárida, sua população, assim como tudo que está relacionado a ela foram sendo retratadas através de distorções propositais ou construídas ao longo do tempo. Entre as maneiras de abordar essas imagens estereotipadas e preconceituosas, “as representações sociais se apresentam com diversas abordagens teórica e metodológica para a sua apreensão e análise” (BOMFIM E GARRIDO, 2019, p.160).

Representação Social é uma teoria que considera que a sociedade existe enquanto realidade e como produto humano, por isso precisa ser apropriada pelos sujeitos e se tornar uma realidade subjetiva. Nesse processo de assimilação, o sujeito não reproduz os elementos da realidade objetiva, pois ocorre um processo de reconstrução da realidade, uma reelaboração humana (SANTOS, 2005). O resultado desse mecanismo é a propagação de uma representação, que, segundo Almeida (2005), permite aos indivíduos compreenderem e explicarem uma determinada realidade, construindo novos conhecimentos.

Em seus estudos, Moscovici (2001) fez um desenho de todo esse processo, esclarecendo que ele envolve percursos. Ele denominou o primeiro de ancoragem. Ancorar é acostumar, naturalizar, ou nas palavras de Jodelet (2011); “Quando a novidade é incontornável, em lugar do evitar, fez-se um trabalho de ancoragem visando familiarizá-la, transformá-la para a integrar”. Essa autora ressalta que esse trabalho é parte de uma função cognitiva essencial para a representação que permite que elementos estranhos ou desconhecidos sejam incluídos no ambiente social e ideacional. O segundo percurso trilhado pela representação é a objetivação, momento em ocorre uma cristalização ou fixação do tema. A objetivação se decompõe em fases. Na primeira, ocorre uma construção seletiva daquilo que está sendo representado, em seguida ocorre uma esquematização que facilite sua compreensão e, por fim, se faz concluída, quando ocorre a naturalização da abordagem (JODELET, 2011).

No caso da percepção negativa do Semiárido e de tudo que faz referência à região Nordeste, a representação está ancorada e produzindo efeitos com bastante naturalidade na sociedade, sendo compartilhada por grande parte da população como algo negativo e relacionado a clichês mais restritivos, pois essa região ainda é percebida como um lugar reservado ao atraso social, ao pouco desenvolvimento e ao sofrimento de sua população por causa das características da natureza. A associação entre natureza e subdesenvolvimento não se fez recente, Albuquerque Júnior (2009) relata que contribuições da literatura regionalista, na segunda metade do século XIX, ao expressar a dicotomia Norte *versus* Sul do país, onde se comparavam o rápido desenvolvimento do Sul frente ao restante do Brasil e até mesmo o desenvolvimento da imprensa, ajudaram na construção de um ideário negativo de Nordeste.

Um Nordeste onde "de espaço em espaço surge o deserto árido e triste e sobre ele se arrastando longos, esguios e sinuosos os caminhos feitos pelos pés dos homens e pelo rastro dos animais, esqueléticos, movendo os ossos num ruído desencontrado". Portanto, seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país pelas próprias condições naturais, ainda que no discurso da seca essa deficiência de meio e de raça deveria ser compensada pela atuação do Estado, investindo na modernização da área, numa política de imigração, numa série de medidas para "solucionar" o problema das secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 75).

Retornando as discussões sobre a produção de conhecimento que envolvem o Semiárido e a necessidade de superar paradigmas, atualmente, o resultado do amadurecimento intelectual sobre essa região pode ser percebido na perspectiva da Convivência com o Semiárido Brasileiro (CSB). Esse modelo de abordagem propõe uma visão crítica sobre o exaustivo modo de perceber esse território, como sendo designado apenas pela pobreza e pelo sofrimento,

(...) parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida. No Semiárido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional (MALVEZZI, 2007, p. 12).

Historicamente, a proposta da "Convivência com o Semiárido" surgiu como uma crítica ao antigo conceito político de "Combate às secas", difundido até o final do século XX (CARVALHO, 2010), como pregavam os programas governamentais que utilizavam, por exemplo, carros-pipa para o fornecimento de água para a população nas fases de estiagem (OLIVEIRA, 2011). A ineficiência das estratégias adotadas por essas políticas públicas fez crescer na sociedade a inquietação e a busca por alternativas mais adequadas e racionais. Despontou a ideia da "Convivência com o Semiárido", a partir da constatação de que a seca é um fenômeno natural, portanto, não pode ser combatida como em uma guerra, é preciso conhecê-la e conviver bem com esse fenômeno. De acordo com Carvalho e Schistek (2013), até mesmo o termo "convivência" foi sendo construído ao longo das últimas décadas,

para fomentar alterações percebidas nas denominações dos programas de desenvolvimento que eram executados na região Nordeste.

Um direcionamento anterior à implementação desses programas no Brasil foi o Projeto Áridas, nos anos de 1990, concebendo ações de combate aos processos de Desertificação em áreas semiáridas de alguns estados do Nordeste, e considerando suas especificidades sócio-ambientais. Mas, desde à década de 1970 já se pontuavam algumas experiências apropriadas à ecologia do Semiárido, denominadas de 'convivência com a seca'. Nos anos de 1980, a expressão mais usada passa a ser 'convivência com o Nordeste', e nos anos 1990, emerge a expressão 'Convivência com o Semiárido Brasileiro' (CARVALHO e SCHISTEK, 2013, p.63).

A "Convivência com o Semiárido", portanto, trouxe a ideia de que é necessário conhecer profundamente a realidade do Semiárido e a partir disso pensar em todo processo de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2011). Uma mudança de perspectiva que está situada em todos os campos de existência da região, como as políticas públicas, que passam a apresentar soluções e projetos mais adequados, para além do simples envio de carro-pipa para as comunidades, como também medidas mais pragmáticas que convidam as pessoas que residem na zona rural a conhecer e valorizar práticas adequadas a sua realidade e que o auxiliem no seu dia-dia.

Transpor este movimento, de nível global, para o que se pretende nas últimas décadas no Semiárido permite problematizar que há em curso uma descoberta valorativa da natureza semiárida, vista agora como uma riqueza não valorizada, e por sua vez, mal aproveitada. Desse modo, os sentidos negativos e de hostilidade vão sendo ressignificados para positividade, desconstruindo a base da concepção de vários planos e programas governamentais calcados no 'combate à seca' e transmutando-os para intervenções de convivência. Emergem novos sentidos e significados sobre essa natureza, cujas ações e intervenções sobre sua realidade passam a ter uma nova diretriz ou base fundadora - a proposta da Convivência com o Semiárido (CARVALHO e SCHISTEK, 2013, p.59).

Diante de uma atuação de tamanha amplitude, a educação e a comunicação popular ganharam destaque na construção dessa experiência. Pontualmente, há um jeito diferente de fazer comunicação dentro da proposta de "Convivência com o Semiárido". Na comunicação realizada com esse viés, é possível percebermos que as informações não buscam atribuir a natureza à responsabilidade por sofrimento e

desolação, como difundido pela perspectiva pejorativa sobre a região semiárida. Assim, no campo educacional, cada vez mais, avança a compreensão de que não se pode educar uma sociedade com base em conceitos inadequados sobre a região e que é preciso rever o ensino, suas práticas, bem como seu conteúdo. Os produtos educacionais, resultantes do trabalho daqueles que atuam na perspectiva da “Convivência”, produzem novos sentidos e disseminam outras perspectivas.

Em decorrência disso, a região semiárida brasileira está experimentando uma nova forma de viver e existir na atualidade. Graças aos movimentos populares críticos, a maneira inadequada de percepção e de consolidação de políticas públicas aplicadas ao Nordeste foi (re)construída e exercitada uma proposta de “Convivência com o Semiárido” que está, paulatinamente, ganhando novos espaços. Se, no passado, os aspectos negativos eram mais evidentes, nas representações sobre o Semiárido, até mesmo como estratégia para a captação de recursos financeiros por determinados grupos de atores políticos, no presente, a “construção” política e cultural dessa região está sendo marcada por vozes que defendem um ponto de vista totalmente oposto ao anteriormente consolidado. Contudo, ainda são poucos os estudos sobre as representações sociais relacionadas à perspectiva da Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Essa nova perspectiva e os resultados dessa estratégia merecem nossa atenção, pois está em curso a construção de uma outra representação social do Nordeste e de seu povo, que, apesar de ter um viés positivo, pode cair no equívoco de produzir “novas”, porém falsas percepções da realidade, que, novamente, influenciarão a região e a vida de seu povo. Nesse sentido, foi preciso entender, à luz dos estudos das representações sociais, que tipo de contribuição ou benefício social está sendo alcançado com o fortalecimento desse desenho igualitário, através desse exercício de contraposição aos estereótipos consolidados e a difusão da proposta da “Convivência com o Semiárido”. Estaria a região sendo “reinventada” por meio de técnicas comunicativas e educacionais? Esse exercício reforça novos estereótipos ou encontra uma expressão adequada a sua realidade?

Essa consolidação da “Convivência com o Semiárido”, fruto da própria inquietação dos movimentos sociais e educadores, ancorada na educação e comunicação popular, possui facilidade de ser disseminada. Porém, raros são os estudos voltados para perspectiva da comunicação e seu uso como instrumento educativo. Ainda não se produziu com lucidez acadêmica materiais capazes de

garantir o estudo desse fenômeno genuinamente popular e alternativo. Assim, estudar esse movimento contemporâneo, dentro do ponto de vista da educomunicação, interpretando a construção das representações sociais que estão sendo apresentadas por essa proposta, se faz indispensável para compreender o alcance da comunicação e da educação como ferramentas para a consolidação de um novo momento na história do Semiárido Brasileiro.

Recentemente, o pesquisador Pedro Meirelles (2019) buscou identificar as principais discussões referentes às noções teóricas de identidade e representação quanto ao Nordeste e aos nordestinos nas produções acadêmicas. Analisando 165 produções, entre artigos, monografias, dissertações e teses, ele concluiu que trabalhos sobre cinema, música e literatura são recorrentes nas discussões sobre produções de sentidos e significados em torno dessa região. As obras sobre cinema somam 20% do material examinado; a música com outros 20% e a literatura ficou com 19%. Todas essas três temáticas juntas somam mais da metade do material investigado. Esse autor não apresentou, em sua pesquisa, porém, nenhum trabalho voltado para a análise das representações sociais existentes na proposta da “Convivência com o Semiárido”, o que demonstra que tais feitos ainda são raros ou inexistentes.

Estudos sobre essa perspectiva se justificam ainda, pois dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), apesar da variedade de pesquisas relacionadas à proposta da “Convivência com o Semiárido”, poucos estão concentrados na área de comunicação, assim como em diversas outras universidades. Além disso, entender tais contribuições, através dos materiais produzidos pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), auxiliará na produção de conhecimento sobre as experiências locais experimentadas pela população.

Na cidade de Juazeiro, o IRPAA, entidade não governamental que atua na consolidação da proposta da “Convivência”, desenvolve um amplo trabalho que atende a essa perspectiva.

A missão maior deste Eixo é divulgar a proposta de Convivência com o Semiárido, contribuindo assim com a missão maior da instituição, que é trabalhar pela consolidação da mesma. O trabalho da equipe de comunicação não pretende ser uma mera assessoria de imprensa. A partir de linhas de atuação, o Eixo se organiza para garantir ações de divulgação do trabalho do Irpaa, mas é também um

importante canal de comunicação para tudo que diz respeito à Convivência com o Semiárido. O Irpaa vem fortalecendo-se também como referência na luta pela garantia do direito humano à comunicação, inclusive ocupando espaços regionais que encampam esta luta (IRPAA, 2019, s/p).

Seguindo essa linha de ação, para o IRPAA, métodos, técnicas e produtos foram preparados, especificamente, para a divulgação da proposta da “Convivência”. Esses materiais diversos vão desde cartilhas, folders, livros, jogos, vídeos, produções jornalísticas até banners de internet e sites. Tais produtos são utilizados, basicamente, para atender três grandes públicos: o externo (onde está incluída a população em geral, assim como jornalistas e estudantes); o interno (formado por profissionais que são constantemente capacitados para atuarem profissionalmente com a proposta da “Convivência”); e o público-alvo (composto, principalmente, por moradores da zona rural dos municípios que compõem a região semiárida), ficando evidente o exercício de afirmação de determinadas representações escolhidas para serem compartilhadas. Um bom exemplo é a difusão da visão do Semiárido como um lugar mais “justo, viável e solidário”, onde seus “fortes e resistentes moradores” são capazes de utilizar “tecnologias sociais”, que solucionam as diversidades existentes na natureza.

Assim, para acompanhar esse movimento de ruptura de paradigmas com a chegada da proposta de Convivência com o Semiárido, que certamente vai auxiliar na compreensão desse fenômeno tão oposto ao já consolidado exercício de identificação do Nordeste com a miséria e a falta de perspectiva, apresentamos a seguinte questão de investigação: quais representações sociais sobre a “Convivência com o Semiárido” estão sendo construídos pelos materiais educacionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)?

Para responder a essa indagação, nosso trabalho apresenta como objetivo geral analisar as principais representações sociais sobre o Semiárido Brasileiro presentes nos materiais educacionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). Para tanto, foi necessário atender aos objetivos específicos assim determinados: estudar a proposta da Convivência com o Semiárido Brasileiro, compreendendo seus principais paradigmas; historicizar a participação do IRPAA no processo de construção de uma outra representação social do

Nordeste; compreender o discurso educomunicativo da proposta da “Convivência com o Semiárido” dessa instituição.

Encampada pelos movimentos sociais e universidades, há mais de vinte anos, o pensamento da “Convivência com o Semiárido” está se consolidando como um contraponto extremo a saturada ideia de Semiárido fadado à miséria. Essa proposta ambiciosa vem tecendo uma rede de oposições culturais, políticas, educacionais, artísticas e comunicacionais às representações que, anteriormente, “inventaram” o Nordeste. Essas aversões precisam ser investigadas e se apresentam ainda dignas de estudo e sistematização, uma vez que

A proposta da Convivência com o Semiárido traz uma mudança de compreensão do desenvolvimento, expressa por uma nova relação dos seres humanos com a natureza, de incentivo às atividades econômicas apropriadas a realidade climática, ambiental e social, valorizando saberes e práticas da população local, assim como a diversidade cultural dos povos do semiárido (OLIVEIRA, 2011, p.54).

Viviane dos Santos Brochardt (2015), em artigo sobre a atuação da Assessoria de Comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), relatou que a proposta da Convivência também transformou significativamente a forma de produzir informação sobre essa região.

Ter a sua vida ou da comunidade contada, impressa, com “retrato” estampado, é dar veracidade a história narrada, como se antes de ser grafada no papel, pudesse se perder na fala, levada com o vento e esquecida com o tempo. Impressa, a história ganha vida longa, se perpetua. (BROCHARDT, 2015, p.13)

Esse tipo de comunicação popular representa uma forma alternativa de realização. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo que emerge da ação dos grupos populares, que possui um caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é transcorrida por canais próprios de comunicação (PERUZZO, 2003). Utilizando como exemplo o IRPAA, que desenvolve ações diversas atreladas a essa perspectiva defendida por Peruzzo (2003), para a consolidação da “Convivência com o Semiárido”, acreditamos que será possível perceber o claro objetivo de utilizar a comunicação social e suas ferramentas para consolidar uma outra representação social, bem como identificar as consequências dessa diferente forma de abordar o

Nordeste. Ressaltamos que, apesar de apresentar uma intensa abordagem de conteúdos associados ao campo da geografia, nosso estudo tem como principal abordagem a relação interdisciplinar existente entre as áreas da comunicação e da educação.

Para tanto, nossa dissertação foi dividida, neste capítulo introdutório, que apresenta os principais pressupostos, como o tema, o problema e a relevância desta pesquisa. No capítulo 2, intitulado “Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido e a experiência desenvolvida pelo IRPAA”, iniciamos uma discussão sobre Educação Contextualizada e a perspectiva adotada pelo Instituto, bem como sua história. No capítulo 3, são abordados com maior intensidade os conceitos de “Representações Sociais, Nordeste e a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, enveredamos pelas discussões sobre como as representações sociais sobre a região se consolidaram como referência negativa do Nordeste, para, em seguida, abordarmos o processo de construção de uma outra perspectiva, a “Convivência com o Semiárido”.

O capítulo 4 versa sobre os “Caminhos metodológicos” percorridos por nós para a execução deste trabalho investigativo. Discorremos sobre a metodologia escolhida, um trabalho de viés predominantemente qualitativo, realizado de forma exploratória, que apresenta a Educação, as Representações Sociais e a Convivência com o Semiárido como campos paradigmáticos. Neste capítulo, também são evidenciadas de que maneira foram realizadas as técnicas de coleta de dados baseadas em pesquisas bibliográficas, análise documental e a entrevista semiaberta, assim como a técnica de interpretação dos dados que privilegiou a análise de conteúdo e análise de imagem.

No capítulo 5, estão concentradas nossas análises, tomando como referencial a utilização da análise temática de conteúdo, que foi concretizada a partir de materiais bibliográficos e pedagógicos, que servem, inclusive, para entretenimento e os cartazes de pano. Por fim, apresentamos, nas “Considerações Finais”, as respostas para nossos questionamentos iniciais de pesquisa, assim como as reflexões promovidas por ela.

2 EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA PELO IRPAA

A Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB) é um modelo de educação que deveria ser oferecido pelo próprio Estado. Ela se constituiu como uma demanda social, formulada por diversos educadores e atores sociais, que, aos poucos, constroem todo o arcabouço teórico em torno do tema, que compõem o paradigma da “Convivência com o Semiárido”. Essa proposta educacional faz oposição ao modelo vigente que desconsidera, inviabiliza, reduz, e até mesmo ridiculariza o Semiárido Brasileiro.

Sem história nem contexto, sem sonhos nem emoção, nossa educação forma receptores de valores, conceitos, teorias e modelos criados longe de nossa realidade e sem compromisso com nosso futuro. Somos formados como ‘inocentes úteis’ que assumem todas as formas de desigualdades como naturais, para que a escola nos prepara para sermos receptores de ideias, conceitos, teorias, paradigmas e modelos, cuja adoção exige apenas imitar, nunca criar nem criticar, porque para ser como Eles devemos apenas pensar como Eles (SILVA, 2010, p. 5).

Apesar de aparentemente ambiciosa, a proposta da ECSAB, enquanto modelo educacional, na verdade, é simples e objetiva. Ela compreende que a educação precisa levar em conta a realidade do sujeito que a vivencia e deve favorecer a produção de conhecimentos úteis para sua realidade, respeitando sua condição de sujeito, que também é dotado de saberes, algo semelhante ao que Paulo Freire (1983) definiu como uma educação voltada para a “prática da liberdade”, ao esclarecer que educar não é apenas transferir cultura, depositar informes ou fatos, não seria a simples adaptação do educando ao seu meio, mas um estímulo ao saber e a reflexão.

Os homens, em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um “conhecimento” de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a “razão” da realidade. Esta, por sua vez, e por isto mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismos e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade; de permanência e de transformação; de valor e desvalor; de espera, na

esperança da busca, e de espera sem esperança, na inação fatalista (FREIRE, 1983, p.57).

Assim, a Educação Contextualizada apresenta, em sua gênese, uma forte vinculação ao pensamento freireiano. Essa relação é fruto da maneira como a Convivência, enquanto ação de mobilização social, se desenvolveu nas comunidades por meio dos movimentos sociais, que fomentavam práticas relacionadas a autonomia dos indivíduos, a busca da qualidade de vida e justiça social, oriundos do conhecimento e percepção mais crítica da sociedade. Menezes e Reis (2016) consideram inegável a contribuição das organizações e movimentos sociais populares no processo de contextualização do ensino, como forma de garantir uma educação pautada no princípio da emancipação social e ressaltam que, quando a escola começou a discutir a contextualização, na ótica da convivência com a região, encontrou uma base no trabalho desenvolvido por esses movimentos junto a várias dessas comunidades.

(...) é importante registrar que os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes (GONH, 2006, p.35).

Além disso, a ECSAB, beneficiando-se das contribuições de Freire (1983) e das experiências da educação popular, parte do princípio de que, para romper com a situação colonial de descontextualização, é preciso fazer a educação se vincular a vida, tratar dos temas, da cultura, dos saberes, dos sentires diversos dos sujeitos implicados nos processos de educação (MARTINS, 2011). Nesse sentido, a Educação Contextualizada busca revisitar a função da educação enquanto formadora de sujeitos, respeitando o ambiente em que ele está inserido, sua cultura, sua necessidade de conhecimento e os valores propostos no processo de aprendizado.

Enquanto proposta, a ECSAB atua em dois paralelos - a educação formal e não formal. Segundo Gohn (2006, p.28), a educação formal é aquela desenvolvida

nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, por sua vez, a educação nãoformal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente, em espaços e ações coletivos cotidianos. Na esfera da educação não formal, a ECSAB se concretiza por meio do trabalho desempenhado pelos integrantes dos movimentos sociais, como organizações não governamentais (ONGs), pastorais e associações, que desenvolvem e aplicam cursos, palestras, encontros de formação, entre outros. A contextualização, nesses espaços não formais, se desenvolve através de um trabalho educativo, com o uso de materiais elaborados pelas próprias organizações como cartilhas, folders, vídeos, jogos, entre outros. O propósito desses materiais é proporcionar um conteúdo conceitual e visual diferente dos materiais didáticos e paradidáticos tradicionais e oficiais, que, por sua vez, ainda mantêm dizeres e imagens calcados na estereotipia e hostilidade sobre a natureza e a população do Semiárido (CARVALHO, 2012, p.11).

Desse modo, é, na educação não formal e nos caminhos propostos pela ECSAB, que os movimentos sociais encontraram um recurso para desenvolverem suas atividades junto às comunidades. Por isso, é fundamental reconhecermos a existência e o valor da educação não formal na sociedade e suas contribuições para torná-la mais democrática e justa, pois,

A educação não formal possibilita um processo formativo eficaz, haja vista não requerer horários e nem lugares para se desenvolver. Não separa os sujeitos por faixa etária, sexo, situação financeira, religião, demarcação territorial, raça ou grau de escolaridade para ser desenvolvida (RIBEIRO; JESUS e XAVIER, 2013, p.123).

Em contrapartida, na educação formal, a ECSAB percorre caminhos destinados a projetos políticos pedagógicos, que ressaltam a seriedade de (re)pensar a educação escolar para promoção da cidadania. Nesse paralelo, destacamos o protagonismo das educadoras e educadores que juntos pensam a educação voltada para a escola, o currículo, materiais didáticos, a importância da formação dos professores e das políticas públicas, que precisam ser implantadas, no Semiárido, para a promoção de uma educação contextualizada.

Ao direcionar o olhar para uma instituição escolar, vemos que essa problemática não tem feito parte das discussões dentro da escola. O

que encontramos é um currículo desarticulado e distante da realidade do semiárido, no qual os livros didáticos muitas vezes não têm significado na vida dos alunos, distanciando-os cada dia mais da escola (REIS *et al.*, 2007, p.135).

Assim, quando se afirma que a educação escolar, no Semiárido, é descontextualizada, pretende-se chamar a atenção para o fato de que os materiais didáticos, historicamente destinados às escolas dessa região, negligenciaram a realidade do lugar, ou quando a ela se referem, a desenham sob uma visão de miséria, de pobreza, de rudeza das pessoas e sem perspectiva de vida (IRPAA, 2016).

Todas essas ações somadas reforçam e estão inseridas dentro do grande arcabouço da “Convivência”. Atualmente, elas não estão restritas ao ambiente universitário ou aos movimentos sociais, porém, segundo Reis (2014), ainda é preciso fazer desse movimento uma aliança para a construção de uma educação ligada ao movimento da vida das comunidades, dos municípios e das nações nas quais as escolas se encontram inseridas. Para tanto, se faz necessário não submetê-la à lógica do mercado capitalista ou de quaisquer outras ordens neoliberais que transformam tudo em mercadoria ou em possibilidades de lucro.

2.1 O IRPAA - A HISTÓRIA DO INSTITUTO

O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada nasceu, oficialmente, em 1990, com o propósito de ofertar conhecimentos que pudessem auxiliar as comunidades rurais a experimentarem a “Convivência” adequada a região semiárida. Sua fundação ocorreu após o início do processo de democratização brasileira, período em que ocorreram eleições diretas para Presidente da República¹ e, conseqüentemente, uma maior abertura política e ideológica do país.

A fundação do Instituto foi fruto do trabalho coletivo, de base comunitária, composto de animadores sociais, militantes das Comunidades Eclesiais de Base

¹ O processo de democratização no Brasil ocorreu após a Ditadura Militar que encerrou no ano de 1985, porém as primeiras eleições presidenciais livres e diretas só ocorreram em 1989, quando foi eleito Fernando Collor de Mello, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

(CEB), religiosos e técnicos da área agrícola, todos com trajetória e origem em ações populares e comunitárias ligadas às dioceses das cidades de Juazeiro e de Paulo Afonso, na Bahia, a exemplo do Bispo Dom José Rodrigues, Dom Mário, Irmã Jandira, Haroldo Schisteck e agricultores que formavam a União das Associações Rurais de Juazeiro e de Sobradinho. Tinha como primeira proposta levar até pequenos produtores das áreas de sequeiro uma execução diferenciada de assistência técnica e extensão rural, que promovesse entre esses agricultores informações e práticas úteis à qualidade de vida, mas que considerasse a própria realidade em que a família atendida estava inserida (IRPAA, 2010, p.18).

O Instituto pretendia também apresentar e criar junto com a comunidade soluções para os problemas provocados pela ausência de políticas públicas adequadas para a população ter qualidade de vida na região, diferentemente do que havia acontecido entre 1979 e 1983, quando ocorreu uma intensa seca, que ficou conhecida como uma das mais cruéis experimentadas pela população nordestina. A Comissão Pastoral da Terra (1986) calculou que mais de um milhão de pessoas morreram de fome, desnutrição ou de doenças relacionadas à falta de alimento, esse fato, além de gerar comoção, promoveu muita reflexão sobre a ausência de ações governamentais ou as inadequações na administração de suas consequências.

Nunca se viu tanto sofrimento, miséria e injustiça em cima da terra sem verde. E nunca se tinha visto o povo se movimentar e refletir sobre a seca como desta vez. Por isso, a última seca não foi mais entendida por todos como uma desgraça natural, nem as mortes encaradas como uma fatalidade. Ampliou-se a compreensão de como os latifundiários e o governo se aproveitaram do acontecimento natural para aumentar seu poder. Não foi exatamente a seca quem matou os nordestinos. Houve um genocídio intencionado na região naqueles anos (CPT, CEPAC e IBASE, 1983, 07).

A ausência de providências para superação das dificuldades geradas pela seca, iniciada em 1979, marcou a história brasileira por sua crueldade. Relatos de quem vivenciou de perto essa realidade descrevem a ausência de sentido da vida e da morte diante do sofrimento por falta de alimento, como delineou a Irmã Cleide Fontes, agente pastoral da Diocese de Cratêus, no Ceará, que afirma ter visto

mães que açoitavam os seus filhos menores, de tão aperreadas por não ter alimento para dar às crianças que choravam o dia todo, jovens com cegueira noturna, durante dias e meses, ou famílias de 11 pessoas com apenas 3 sobreviventes (CPT, CEPAC, IBASE, 1983, p. 07).

Nesse ponto, a história do IRPAA se mistura um pouco com duas marcantes experiências vividas por um dos seus principais fundadores, o agrônomo Haroldo Shisteck, ou simplesmente, Seu Haroldo, como é popularmente conhecido. Nascido na Áustria, ele chegou ao Brasil como padre beneditino em 1970. Percorreu parte do país em suas missões até decidir constituir uma família e fazer sua morada no Brasil. Sua primeira experiência, no Semiárido Brasileiro, ocorreu em 1979, quando foi convidado pela obra episcopal Misereor, sediada na Alemanha, para acompanhar dois jornalistas que viriam ao país para documentar a realidade experimentada pelos nordestinos, durante a seca que assolava a região Nordeste. A dupla de profissionais, formada por um repórter fotográfico e um jornalista, tinha como objetivo sair da cidade de Recife, cruzar os estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia, registrando as agruras vividas pelas famílias nas cidades por onde passavam.

Segundo Shisteck(2021), essa viagem marcou sua vida por grandes motivos. Por um lado, por ter presenciado a miséria e o sofrimento com muita intensidade ao ver famílias sem alimento, grupos de “(...) *migrantes nas estradas, fogões “sem fogo” na hora do almoço, armazéns saqueados, pessoas em extrema pobreza trabalhando em frentes de serviço na construção de açudes para fazendeiros*”. Mas, por outro, pela experiência de chegar à cidade de Juazeiro, precisamente no distrito de Massaroca e se surpreender ao testemunhar a realização de uma feira livre na praça da comunidade, onde todas as pessoas comiam, bebiam, conversavam com alegria e nada lhes faltava: “...*homens e mulheres conversando alegremente, sacos de feijão, milho e farinha cheios, o povo comprando, bandas de bode salgadas penduradas e a turma da cachaça soltando altas gargalhadas (2021)*”.

O choque de realidade entre as experiências antagônicas aguçou sua curiosidade. Shisteck (2021)relata ter aproveitado para tentar entender por qual motivo aquelas pessoas viviam bem e questionar aos moradores se naquele lugar havia chovido, diferentemente dos outros, por onde havia passado. A resposta negativa da população, alegando a total ausência de chuvas veio junto com diversas

explicações, uma delas era que naquele povoado a fonte de renda não era a agricultura, mas a criação de animais. E assim, observando a comunidade da Massaroca, no interior baiano, que ele afirma ter concluído que aquela população sabia “conviver” com sua realidade e promover sua sustentabilidade.

Chegando ao distrito de Massaroca, município de Juazeiro/BA, o que se vislumbrava era a caatinga intacta. Na sede do município, as feiras demonstravam a força dos/as pequenos/as produtores/as com a comercialização de feijão, da macaxeira, do umbu e de outros alimentos provenientes da agricultura de sequeiro. Concluía-se então que não era a natureza que determinava a escassez, as filas, os saques, mas sim a forma como estavam lidando com ela e com todo seu potencial. Com isso, observava-se facilmente que o desenvolvimento proposto centrado no avanço acelerado da agricultura irrigada somente, não funcionava no Semiárido. E, mesmo ainda não tendo um conceito formado, já era visível a necessidade de uma nova forma de ver as dificuldades e potencialidades da região. Não era preciso buscar combater um fenômeno natural, que obedece um ciclo próprio, mas sim aprender a permanecer e a conviver com a situação posta (IRPAA, 2010, p.16).

Vivências como essas deixaram o agrônomo cada vez mais próximo das comunidades rurais da região sanfranciscana. Algum tempo depois, sua formação acadêmica e identificação com a agricultura alternativa proporcionaram outros encontros com moradores de cidades próximas a Juazeiro, em que sua presença era aguardada para ensinar formas de produzir sem utilizar agrotóxicos. Foi, em um desses cursos, na cidade de Pilão Arcado, que Haroldo Shisteck alega ter realizado uma triste constatação e sentiu uma segunda experiência que anos depois se transformou na razão de existir do IRPAA.

Shisteck(2021) recorda que ao chegar nessa cidade, para explicar como “proteger o milho da lagarta do cartucho”, descobriu que os quarenta homens que o escutavam atentos, não sabiam se quer de onde vinham as águas da chuva. O susto de perceber que aquelas pessoas não tinham conhecimentos básicos sobre o meio ambiente, sobre evaporação e precipitação da chuva, o impulsionou a criar um “Minicurso de Clima e Água”, promovido na companhia de João Gnadlinger, ex-padre alemão, que ainda integra a equipe do IRPAA. Com o auxílio de desenhos retirados de livros infantis, eles tentaram explicar em seus minicursos, de onde veem as chuvas, como funciona o clima, o que é a evaporação e que a água existente nos céus é a mesma dos mares e oceanos. Como resposta percebiam os olhares arregalados e as frases de espanto.

Essas duas experiências formaram as bases da criação do que hoje é o conhecido Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, uma entidade sem fins lucrativos, que nasceu para auxiliar o pequeno agricultor ou produtor a conduzir seu trabalho, de forma “apropriada”, em outras palavras, “adequada” à realidade em que ele vive. Algum tempo depois, a própria Misereor, entidade que enviou os jornalistas para realizarem a cobertura dos fatos sobre a seca, expediu auxílio financeiro para o aluguel de uma pequena sala no prédio Nossa Senhora das Grotas, conhecido como Círculo Operário, no centro da cidade de Juazeiro, para que o Instituto começasse a ser organizado. A sala foi à sede temporária do IRPAA até a construção da atual, localizada na Avenida das Nações, no Bairro Castelo Branco, em Juazeiro.

O auxílio financeiro internacional de outras entidades também permitiu o custeio das primeiras contratações de equipe, formada por quatro técnicos agropecuários, participantes dos movimentos sociais, que juntos percorriam cidades, como Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, ambas na Bahia, promovendo pequenos cursos adequados às necessidades e a realidade dos agricultores que visitavam. Entre os principais temas, estava a criação de galinhas, o funcionamento dos solos, as plantas adaptadas ao cultivo local, o clima, a água e muita criatividade para compartilhar os conteúdos e promover a organização social e política das comunidades.

Nesse ponto, precisamos esclarecer que, historicamente, no Brasil, o campo ou zona rural, é reconhecido como um ambiente pouco propício para atuação política e social comunitária, palco de muita violência, onde até os dias atuais se perpetuam disputas agrárias. Na região Nordeste, e, em especial a semiárida, essa realidade também não se faz diferente.

Nos anos que precederam o golpe de 64, o Nordeste era uma região explosiva, onde alguns movimentos, como as Ligas Camponesas, exigiam reforma agrária radical. O Regime Militar os sufocou com prisões e assassinatos, apresentando um projeto alternativo de Reforma Agrária que contemplava mais ainda os latifundiários da região, via incentivos fiscais, para que modernizassem suas propriedades (CPT/CPAC/IBASE, 1983, p. 91)

Era justamente nesse ambiente que algumas organizações, a exemplo da Diocese da cidade de Juazeiro, encontrava espaço para estimular a população a

buscar a consolidação de seus direitos. José Moacir dos Santos(2021), primeiro técnico em agropecuária contratado pelo Instituto, relata que, devido à violência e a repressão no campo, para se falar de política e realizar mobilização social, durante o período ditatorial, era necessário criar algumas estratégias. Recordando a história, ele descreve que, em 1980, as dioceses aproveitavam os espaços criados pelos pequenos projetos produtivos, para incorporar e discutir questões que promovessem a organização popular: “Por exemplo, uma roça comunitária na comunidade, o objetivo dessa roça era produzir alimento, mas também era criar um elo naquela comunidade onde às pessoas pudessem se encontrar, discutir seus problemas e buscar soluções.O objetivo era duplo”. Isto é, os projetos produtivos eram lugar de falar sobre política, direitos, dignidade humanae justiça social. “O IRPAA fez essa caminhada a partir de 1990, mas a Comissão Pastoral da Terra(CPT) e a Diocese vinham, subversivamente, desde a década de 1970, seguindo essa linha de trabalhar pelos mais pobres” (SANTOS, 2021).

Nesse cenário, a partir da crença de que se poderia viver bem na caatinga, não obstante a seca, desde que modificada a relação com a natureza semiárida (LOPES, 2020), que surgiu o IRPAA, que tinha como primeiro desafio modificar o imaginário existente entre a população e a natureza. Santos (2021) ainda descreve que: “Para isso, passamos os primeiros dez anos construindo esse imaginário baseado em dados. Quando dizíamos que no Semiárido chove, mostrávamos a planilha do quanto chove. Se comparássemos com a Europa demonstrávamos que lá chove o mesmo tanto”. A tarefa não era tão simples, a realidade e a sobrevivência de muitas famílias passavam por questões sociais que estavam intimamente relacionadas ao clima, que, por sua vez, influenciava e interferia bastante na atividade política, econômica e social. Além disso, as questões trazidas pelas comunidades não eram uniformes, em algumas comunidades, havia fome extrema, em outras não.

Em todos os lugares tinha seca, mas haviam lugares que a seca era mais prejudicial de que outros. Como lutar pra ficar na terra, se o pessoal ia embora por conta da seca? Às vezes existia uma pessoa que exercia uma liderança muito forte na comunidade que vivia, mas que tinha que ir embora pra São Paulo, pois não tinha mais como sustentar a família. Em outros lugares a comunidade precisava desistir de determinada luta porque o prefeito cortava o carro-pipa deles, se criticasse o prefeito não recebia água. Como é possível animar esse povo a ficar numa terra que não produz nada? Isso era

correto? Não era melhor deixar que fossem embora? Um exemplo claro era a roça comunitária de milho, a comunidade se animava e plantava o milho, não chovia e o milho morria. Sem chuva a roça morre na seca e a animação da comunidade encolhe. Tudo isso era muito simbólico, era a ideia do verde e da esperança (SANTOS, 2021).

Para Shisteck (2021), a origem desse imaginário distorcido da seca e as consequências negativas desse fenômeno natural surgiram desde que foi iniciado o processo de colonização brasileira, ou seja, com a invasão dos povos portugueses e a imposição de uma lógica colonizadora que desrespeitava a realidade local e os saberes dos povos originários.

O país foi colonizado basicamente por portugueses, que, ao chegarem ao país, trouxeram conceitos adequados à realidade portuguesa. Aqui eles exterminaram os povos locais e não aprenderam em nada com o conhecimento que aqui existia. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, tinham uma ideia de como fazer a agricultura, como plantar e como criar animais. Quando estavam no litoral, suas técnicas funcionavam mais ou menos, pois lá tem chuva o ano todo, tem meses mais frios outros mais quentes. Dá para plantar cana de açúcar, milho e criar gado. E, quando foram para o interior, levaram a mesma ideia da agricultura temperada da Europa. Então, esse imaginário errado vem dos portugueses, os portugueses chegaram com pressupostos totalmente errados. Para eles, quando a roça não produzia era culpa da seca, nunca se questionaram que a semente não era adequada, nunca se questionaram se tem nuvem, nunca consideraram que a seca é uma parte integrante desse local (SHISTECK, 2021).

A estratégia de construir uma imagem positiva da região junto aos seus próprios moradores exigiu muita criatividade. Santos (2021) relata que os cartazes produzidos pelo IRPAA sugerem um lugar bonito de se viver, com desenhos de casas arrumadas com plantas ao redor e outros elementos positivos, como a família: “(...) tem homem, mulher, menino, o desenhado é bonito, tem tecnologia, celular, moto passando, nossa ideia é mostrar o lugar e ouvir a pessoa dizer: - Eu quero viver aqui”. Abordando os pensamentos das pessoas sobre o local onde vivem, os colaboradores do IRPAA usavam exemplos de comunidades que apresentavam melhor qualidade de vida para inspirar àquelas que estavam em situações de maior vulnerabilidade, bem como aproveitavam para desmistificar alguns conceitos religiosos utilizados para justificar a ausência de políticas públicas.

Naquela época, era comum ouvir que a seca era castigo de Deus, se não choveu foi castigo de Deus, pois ele não mandou. Porém, nós sabíamos que no Semiárido chovia, então resolvemos demonstrar isso. Depois dizíamos, olha Deus fez a parte dele, mandou a chuva, mas juntar a água não é coisa de Deus, como juntar a água é política pública. Nós íamos jogando com essas informações e criando outro imaginário (SANTOS, 2021).

Porém, como apenas dizer não ajudava a convencero público das comunidades, de maneira prática, os técnicos partiram para a experimentação e resolveram passar o ano medindo a chuva junto aos agricultores e ao final do experimento discutir os resultados.

O pluviômetro foi uma revolução, o pessoal dizia que não chovia nada, então passamos a fazer a medição da chuva, de forma simples, depois passamos a comparar com a lata d'água e dizíamos 'só em cima de sua casa choveu 50 mililitros, isso dá trinta latas de água'. O pessoal ficava abismado com essa ideia de estudar o clima. Assim, conseguimos esclarecer que no Semiárido chove (SANTOS, 2021).

Em seustrinta anos de atuação, o IRPAA se destaca por sempre buscar maneiras mais adequadas para dialogar sobre os temas relacionados às necessidades dos produtores rurais, interferindo no imaginário da população por meio de diversas formas de linguagem. Essa assistência técnica diferente associou múltiplos recursos educacionais que, posteriormente, promoveram seu reconhecimento, como o diferencial dessa instituição, abrindo caminho para discussões mais aprofundadas no âmbito escolar.

Dom José Rodrigues, tinha umas sacadas e ele sempre dizia que o povo não precisava de técnico, agrônomo, nem de doutor, precisava de professor. Ele perguntava como é que a gente ia pegar os trechos da bíblia e transformar na linguagem das comunidades. Como pegar a análise de solo e transformar numa linguagem simples, porque quando fazemos os cursos falamos de zoologia, biologia, de botânica, de clima. Ciências complexas com termos em latim, então nosso desafio era como oferecer numa linguagem compreensível para as famílias. Saíamos da ideia de terra arrasada para terra boa, discutíamos imagens, usávamos músicas, evitávamos músicas que falavam de desgraças, por exemplo (SANTOS, 2021).

Essas estratégias se configuraram como essenciais, considerando que as capacitações, muitas vezes, aconteciam para pessoas que não tinham nenhuma

escolaridade, o que não era uma atividade tão simples. Também se fazia necessário que os técnicos apresentassem habilidade com o conteúdo a ser repassado em relação ao interesse das agropedoras e agropedores sobre a realidade do seu cotidiano. Esse processo, desenvolvido ano após ano, por toda equipe técnica que compõe o Instituto, aos poucos, está sendo consolidada como estratégias de uma pedagogia própria, que o IRPAA entende ser a “Pedagogia da Convivência”.

2.1.1 Pedagogia da Convivência

Tradicionalmente, o IRPAA se consolidou como uma organização voltada para a educação, especializada em difundir conhecimento de maneira adequada ao seu público-alvo. Todas as atividades desempenhadas pelo Instituto, de maneira direta ou indireta, possuem foco no contexto educacional do indivíduo. A estratégia escolhida pelo IRPAA foi capacitar os agricultores, repassar e ressignificar conhecimentos, constituir grupos mobilizadores e multiplicadores da ideia da “Convivência com o Semiárido” a partir de técnicas apropriadas (IRPAA, 2010).

Para Santos (2021), a entidade é “(...) muito mais de educação, do que de pesquisa ou criação de tecnologia. Sempre ficou certo que nosso foco era pedagógico”. Observamos que, desde sua fundação, seus técnicos, além de realizar assistência de casa em casa, realizavam reuniões comunitárias estratégicas nas comunidades, conforme já descrito neste capítulo. Aparentemente, sua íntima relação com as Comunidades Eclesiais de Base consentiu, como principal característica entre seus colaboradores, a mesma metodologia das pastorais- criar perfis multiplicadores -, uma estratégia consolidada, a partir do convite para as reuniões, a população em geral, mas que reforçava a necessidade da presença das lideranças locais, como o presidente da associação, as professoras, os sindicalistas e demais pessoas de referência daquela sociedade.

Assim, por meio de suas próprias estratégias, o Instituto foi aos poucos construindo o que seus colaboradores definem como uma “Pedagogia da Convivência”, que não está restrita ao contexto escolar, também abarcado pelas estratégias dessa organização. Essa pedagogia se faz no modo de trabalhar dos seus colaboradores junto aos produtores rurais, nas atividades de defesa da política

institucional, na participação em movimentos sociais, no apoio aos grupos solidários, entre outros espaços.

No texto “Conhecer para viver: ideias transformadas em ações” (2010), uma publicação institucional que marca os 20 anos de serviço do IRPAA, em prol da “Convivência com o Semiárido”, está descrita a forma de trabalho desenvolvido nos seus primeiros anos, que resultou na aplicação e consolidação de um trabalho de educação em espaços não formais:

A assistência às famílias se diferenciava na postura e nos processos. Nas visitas, os/as colaboradores/as do IRPAA faziam levantamento dos saberes, as técnicas e a cultura produtiva das comunidades. Foi a partir dessa relação que se consolidou a ideia da Convivência com o Semiárido: conhecer como a população vivia para desenvolver formas de viver melhor.(...) A estratégia escolhida pelo IRPAA foi capacitar os agricultores, repassar e ressignificar conhecimentos, constituindo um grupo mobilizador e multiplicador da ideia da Convivência com o Semiárido a partir das técnicas apropriadas (IRPAA, 2010, p. 20).

Para a realização desses cursos, os colaboradores dividiam o tempo dos encontros em atividades teóricas e práticas. “Andávamos durante a semana na comunidade, no final de semana, reuníamos a comunidade na paróquia para fazer um curso. O primeiro curso era sobre clima e água, o segundo era criação de animais e o terceiro roça.” (SANTOS,2021). Realizavam ainda um roteiro para promover uma lógica no conteúdo e utilizavam muitos recursos visuais.

O visual era muito importante, sempre através de imagens a gente conseguia transmitir o conteúdo. Quando surgiam assuntos novos fazíamos um desenho no quadro e deixávamos as pessoas explicarem ou dividíamos em grupos e pedíamos que discutissem o tema. A interação com desenhos produz grandes resultados. A pior maneira é só falando, é pelo ouvido. Tem que trazer imagem, bem no começo usamos cartolinas, com o tempo passamos a usar tecidos de pano com pinturas. Mostramos o desenho no pano e depois penduramos numa corda para ele ficar exposto. Nos intervalos, as pessoas sempre consultam os panos (SHISTECK, 2021).

O material didático era criado exclusivamente para essa finalidade. Como a grande maioria das comunidades atendidas não dispunham de energia elétrica, durante os cursos ou palestras comunitárias, os técnicos agrícolas utilizavam diversos recursos capazes de facilitar a comunicação, como cartilhas, teatro, fantoches, cordel, contação de histórias e os cartazes pintados em tecido. Esses

recursos auxiliavam os debates e dinamizavam as apresentações, atraindo a atenção com suas imagens e cores e formavam uma gama de experiências pontuais que auxiliaram a florescer a proposta de educação no seio da Instituição. Com o passar do tempo, essas práticas de comunicação e extensão rural foram sendo aperfeiçoadas (IRPAA, 2010).

Entre os materiais elaborados para comunicação com a comunidade, estavam os “Cartazes de pano”, que são pinturas efetivadas em pano de algodão, com medidas de aproximadamente um metro de largura por um metro de altura, confeccionadas por encomenda a diversos artistas locais. Esses cartazes eram utilizados pelos colaboradores dessa organização como um recurso pedagógico, durante a realização dos cursos e capacitações, considerando que, historicamente, o público-alvo do instituto era formado por agricultores e agricultoras nas diversas comunidades rurais do norte baiano com baixa escolaridade.

Em muitas dessas comunidades, não havia um local estruturado para promoção dos eventos de capacitação, assim, de forma improvisada, as reuniões ocorriam em baixo de árvores, nos terreiros das residências, em igrejas, centros comunitários ou em qualquer lugar que permitisse a capacitação das pessoas. Além da ausência de local específico para a realização de cursos, a ausência da energia elétrica na zona rural era uma constante. Esse contexto favoreceu a escolha pelo pano como recurso de imagem, pela facilidade de transportar o material, pois, após a exposição, todos os cartazes poderiam ser facilmente dobrados e carregados até o local da nova reunião, além da durabilidade do material. Neles estão representadas, como forma de recurso visual, para auxiliar na compreensão daquilo que está sendo repassado no curso, imagens que carregam diversos simbolismos em torno da proposta da “Convivência com o Semiárido”, como veremos no Capítulo 5.

Os cartazes se consolidaram, de tal modo, como uma estratégia comunicacional e educacional que reconhece a habilidade humana de associar e aprender através da arte.

A arte é, primordialmente, a concretização dos sentimentos (não-acessíveis à linguagem) em formas expressivas. Pela arte o homem explora aquela região anterior ao pensamento, onde se dá seu encontro primeiro com o mundo. A forma discursiva da linguagem toma este encontro e o fragmenta em conceitos e relações. A forma não discursiva na arte tem uma função diferente, a saber com o mundo. A forma discursiva da linguagem toma este encontro e o fragmenta em conceitos e

relações. A forma não discursiva da arte tem uma função diferente, a saber, articular conhecimentos que não podem ser expressos discursivamente, porque ela se refere a experiências que não são formalmente acessíveis à projeção discursiva (DUARTE JUNIOR, 2005, p.102).

Além disso, toda imagem comunica alguma coisa e sua análise visa compreender as mensagens visuais como produtos comunicacionais. O ato de perceber imagens, a faculdade de percepção visual, seria um dos mais conhecidos modos de relação entre o homem e o mundo. Nesse ponto de vista, a análise de imagem seria, portanto, uma espécie de faculdade natural de todo ser humano (COUTINHO, 2005). No desenho, por exemplo, é possível montar um cenário, inserir informações desejáveis e ainda ativar a sensibilidade lúdica das pessoas.

Na época, ninguém usava os desenhos pintados em pano. Essa ideia dos cartazes de pano, que ficavam pendurados nos três dias de curso, era um estímulo para que as pessoas fossem lá pegar, levar para o trabalho de grupo, manusear e ele mesmo pendurar, esse traquejo com material didático contribuía muito para o aprendizado (SHISTECK, 2021).

A imagem, como recurso didático, ainda auxilia na transmissão das mensagens e tem a capacidade de influenciar diretamente na compreensão daquele que recebe o conteúdo exposto. No caso do IRPAA, as ilustrações feitas nos tecidos reafirmavam para os colaboradores que o uso de imagens auxiliava na compreensão do conteúdo, mas, para promover nos expectadores o imaginário desejado, a equipe teve a ideia de agradar ao olhar, para isso, procuraram um artista que apresentasse em seu trabalho, traços por eles considerados “bonitos”.

A primeira pessoa que a gente contratou tinha um traço muito sertanejo, o nome era Paulinho, morador do Alto do Cruzeiro. Naquela época, os livros das pastorais usavam imagens que basicamente eram caricaturas e muitas vezes nós mesmos ríamos dos desenhos ou fazíamos brincadeiras. Resolvemos fazer desenhos para ajudar na explicação, pendurava no varal e depois, nos intervalos, o pessoal ia lá perto tentar reproduzir no caderno, quem tinha máquina tirava a foto, mas de noite você via as pessoas tentando copiar e levar pra casa (SANTOS, 2021).

A interação das pessoas com os cartazes de pano gerou outra experiência pedagógica. Diante do empenho nos grupos em tentar reproduzir as figuras, o Instituto passou a entregar tais imagens e conteúdo em formato de cartilhas,

especialmente, produzidas para os cursos, em formato 21,5 cm por 31,5 cm, presas por uma espiral.

Como surgiu esta apostila? Nos cursos de lavradores e lavradoras usamos sempre cartazes grandes e coloridos para tratar de cada assunto. As pessoas, ao retornarem as suas comunidades, queriam repassar os assuntos para a companheirada e sentiam falta do material visual. Daí, partimos para fazer cópias dos cartazes, fotocopiados e coloridos a mão, para facilitar a continuidade dessas discussões. Com o crescimento do número de cursos, procuramos saídas, até optamos, no final, por algo mais completo: uma apostila, com material visual, resumos dos assuntos e trechos da Bíblia, que fundamentam nossas reflexões (GNADLINGER, 2011, p.01).

As cartilhas utilizadas nos cursos não tinham um foco individual. Como a proposta era transformar cada participante em um multiplicador, o manuseio das imagens nos cursos era basicamente uma espécie de capacitação. De fácil uso, as cartilhas estão organizadas de maneira que caso seja necessário mostrar o conteúdo dos desenhos haverá um roteiro em seu verso. “Até mesmo as pessoas que não sabiam ler sabiam conversar sobre as imagens, porque já tinham praticado isso no curso. No roteiro tem as perguntas –O que você está vendo? O que isso significa? O que aprendemos com isso?” (SANTOS, 2021).

Presença constante nos cursos, as professoras e professoras, ganharam cada vez mais destaque nas discussões realizadas pelo IRPAA. Em sua maioria, educadoras leigas, as professoras, especialmente, ensinavam turmas diversas e sentiam necessidade de compartilhar aquelas informações com seus alunos.

Para elas levarem os desenhos e compartilharem nas escolas, muitas vezes nós tirávamos xerox e coloríamos na mão com lápis de cor. Essas professoras falavam quando estavam em sala de aula e explicavam coisas do nosso curso todo mundo prestava atenção e não faltava. Nesse momento, começamos a entender que precisávamos estender a ideia da convivência não somente na lavoura, mas também nas escolas (SHISTECK, 2021).

Martins (2007), no texto “Educação no Brasil e a proposta de Educação Contextualizada”, narrou um pouco das lembranças que possuía sobre a atuação do IRPAA, no período em que o Instituto começou a ampliar sua atuação ao associar a educação formal aos seus pleitos. Esse autor também recorda como ocorreu o surgimento da Rede de Educação no Semiárido Brasileiro (RESAB), fruto de uma

parceria iniciada entre o IRPAA e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para a construção de propostas voltadas para educação.

Ainda segundo Martins (2007), naquele período, o IRPAA trabalhava a educação enquanto processo amplo, não formal, voltado para a comunidade, suas práticas e saberes locais. A experiência dessa organização, em (re)pensar o fortalecimento das propostas da “Convivência com o Semiárido”, tinha como foco as famílias do campo e utilizava a educação como estratégia para levar conhecimento ao trabalhador/a rural e suas famílias.

O IRPAA já realizava uma experiência de educação com pequenos agricultores e lavradores, preocupando-se com a questão climática, reconhecendo que o semi-árido tem uma particularidade, e que, portanto, os conhecimentos deveriam estar centrados nessa particularidade para otimizar, inclusive a relação das pessoas, dos homens e das mulheres, com as condições que a natureza apresenta. A experiência do IRPAA, no entanto, era fora do eixo da escola formal e oficial, e colocar esta experiência para o contexto da escola pública foi um processo que nenhum de nós pudemos prever (MARTINS, 2007, p. 116)

A inserção da experiência do IRPAA para o contexto escolar se efetivou, de fato, a partir de uma provocação da representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Mirtes Cordeiro, direcionada aos colaboradores desse Instituto:

(...) vocês tem uma riquíssima experiência de educação voltada para a melhoria das condições de vida do sertanejo do semi-árido, baseada no conceito de ‘educação para a convivência com o semi-árido’. Mas, enquanto vocês dirigem esta experiência de maneira informal para alguns, uma multidão de crianças entra e sai das salas de aula das escolas públicas, todos os dias, pois de fato quem ‘bota’ menino na escola é o poder público. Pois então eu quero ver se vocês são bons é se vocês levarem esta experiência para dentro das salas de aula das escolas públicas (MARTINS, 2007, p.115).

Desse modo, o Instituto elaborou um projeto, pensado para educação formal, que considerava as potencialidades da escola para transformação social e enviou para aprovação do próprio UNICEF. Após a concordância, foi consolidada a parceria com a UNEB, através do Departamento de Ciências Humanas – Campus III (DCHIII), em Juazeiro-BA, assim como com a Prefeitura Municipal de Curaçá-BA, o que resultou na primeira Proposta Político-Pedagógica na Perspectiva da Educação

Contextualizada para a Convivência, denominada “Educação com o Pé no Chão do Sertão” (CARVALHO, 2012).

Essa experiência, em Curaçá, funcionou como o pontapé inicial para o desenvolvimento não somente de uma “Pedagogia da Convivência”, como também colaborou para que a ideia da “Convivência com o Semiárido” fosse cogitada enquanto uma proposta de política pública, que deveria ser pensada para além da educação escolar.

A construção de uma proposta pedagógica contextualizada ao Semiárido foi o primeiro momento de aproximação formal do IRPAA com o poder público. Para a instituição, um duplo desafio: ampliar as bases de uma educação não formal para uma formal e capacitar professores para uma nova prática, da mesma forma que havia conseguido capacitar produtores para tal (CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2010, p.38).

Um resultado significativo de todo o trabalho educativo desenvolvido foi a elaboração de quatro livros paradidáticos, envolvendo temas como brincadeiras infantis, cantigas de roda, relação com o meio ambiente e “Convivência com o Semiárido” no município de Curaçá. Para o IRPAA, essa experiência foi determinante para a criação da RESAB (LOPES, 2020).

A Rede de Educação do Semiárido (RESAB) surgiu, oficialmente, no ano 2000, congregando diversas instituições governamentais como universidades, secretarias de governo, ONGs e agências de cooperação técnica. A rede contava ainda com o apoio do Ministério da Educação (MEC), além de manter parcerias com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). A proposta político pedagógica da Rede é desempenhar uma construção coletiva acerca dessa região, entre a sociedade civil e o Estado. De forma prática, ela atua na busca de espaços dentro dos programas do Estado, com o intuito de promover a Educação Contextualizada como uma política pública (CARVALHO e REIS, 2013).

Além disso, desde sua fundação, a RESAB promove cursos de formação continuada voltados para professores da educação básica, além de colaborar com a implantação de cursos de pós-graduação em Educação Contextualizada em universidades públicas, a exemplo da UNEB. De acordo com Luzineide Carvalho e Edmerson Reis (2013), professores, pesquisadores e colaboradores da RESAB, a Rede possui quatro referências teórico-práticas: a gestão compartilhada entre a

sociedade e a escola; o currículo contextualizado; a formação continuada dos professores; e a produção de materiais didáticos e paradidáticos contextualizados. Todas objetivam promover uma educação que retrate a realidade do educando.

Atualmente, a proposta da Educação Contextualizada, discutida pelo IRPAA, enfatiza a abordagem nos temas formação continuada de educadores; oferta de materiais didáticos adequados; e estruturação do currículo escolar. A discussão sobre o currículo escolar, por exemplo, parte do princípio de que qualquer conceituação curricular sempre está comprometida com algum tipo de poder, pois não existe neutralidade no currículo. Ele é o veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional (MENEZES e ARAÚJO, 2012).

Esse referencial marcou a produção educacional, no campo do currículo, até a década de 1980. Submissos e dependentes das teorizações europeias e, posteriormente, americanas, a elaboração curricular, no Brasil, apresentava um viés funcionalista, em que o currículo reproduziria a sociedade e suas diferenças, com suas omissões e injustiças, ao negar realidades experimentadas por parte da sociedade (MENEZES e ARAÚJO, 2012). A proposta de refazer o currículo escolar, defendida pelo IRPAA, portanto, visa incluir as narrativas experimentadas pelos moradores da região semiárida, deixando assim de negar ou omitir questões locais, regionais e de contexto que, historicamente, não receberam atenção nem destaque dentro do ensino, das metodologias e processos da educação.

O currículo contextualizado passa necessariamente pelo rompimento com os discursos e narrativas vindos “de fora”, que desautoriza e nega as construções e saberes locais. Com esta afirmativa, não queremos fechar ou reduzir aquilo que entendemos como “contexto”, mas afirmar que são os saberes e experiências locais que validam, re-significam e reconstróem os saberes e conceitos globais e não o contrário. É imprescindível, para a construção e implementação de um currículo contextualizado, o reconhecimento e valorização oficial e intencional dos diferentes e múltiplos saberes, discursos e enunciados gestados no contexto do Semi-Árido (ou em qualquer um outro) [MENEZES e ARAÚJO, 2012, p. 11].

Assim, ao repensar o currículo escolar e inserir nele temas antes invisibilizados, o IRPAA está defendendo também que os estudantes poderiam discutir sua própria realidade, produzindo uma relação de pertencimento com o local. Dessa maneira, a educação passaria a prestar um serviço condizente com a viabilização da melhoria da condição de vida dessa população, pois os currículos desarticulados do

contexto local se constituem, como já mencionamos, propagadores da ideia de que outras regiões são melhores. Isto é, de certo modo, eles funcionam sempre como um passaporte de saída do Semiárido para o inchaço nas periferias urbanas, aumentando os bolsões de pobreza, além de diversos outros problemas (REIS *et al*, 2007).

Em relação a formação continuada oferecida aos educadores, a proposta do Instituto consiste em promover encontros com professores, gestores, técnicos educacionais ou administradores escolares para capacitação voltada a temas relacionados a “Convivência com o Semiárido”. Esses momentos visam sensibilizar e ampliar os horizontes desses profissionais e, conseqüentemente, torná-los multiplicadores da ECSAB. Sena (2014) esclarece que não é viável pensar em consolidar um trabalho voltado para contextualização da educação sem considerar os professores. Ela defende a necessidade não apenas da formação dos professores, mas de toda comunidade escolar, um trabalho que faria com que o Semiárido se enxergasse para além de um tema transversal em sala de aula ou uma campanha escolar específica.

Outro ponto importante defendido pela proposta de educação contextualizada do IRPAA é a melhoria e adequação dos materiais didáticos trabalhados em sala de aula. Carvalho e Reis (2013) esclarecem que esses materiais são compostos por conteúdos pejorativos, limitados, que reforçam a negatividade e a marginalização do Semiárido diante dos demais territórios e que não estão contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades das crianças e jovens, com posicionamentos críticos, a respeito das problemáticas enfrentadas na região, nem tão pouco, estimulando soluções criativas para resolvê-las.

Ao nos debruçarmos na leitura dos processos educativos (leia-se da educação escolar) presentes nessa região ao longo da sua constituição histórica, nos deparamos com outro processo de colonização que se efetiva pelo viés curricular. Os livros didáticos que circularam e circulam nessa região quase sempre afirmam essa caricatura, onde o sujeito que vive no Semiárido é visto como “matuto”, um “sujeito sem saber, sem cultura”. Perpetua-se assim, a ideia da impossibilidade de solução dos problemas, produzindo nos sujeitos, o sentimento de impotência na superação de si mesmo e das condições de vulnerabilidade em que vivem. Essa visão é reafirmada, inclusive na maneira de se fazer política nessa região, forjando o estereótipo do oprimido sem saída (REIS, 2016, p. 208).

A proposta da ECSAB, por meio da contextualização do saber, ao contrário, colabora para que as crianças e os jovens passem a reconhecer os ambientes semiáridos nos materiais didáticos e paradidáticos. Ou seja, elas se reconhecem como partes desse universo, proporcionado nos livros, e sentem-se sujeitos históricos, produtores de opiniões, de criticidade e de criatividade. Como postulam Martins e Reis (2004), a escola, desse modo, passa ser um espaço privilegiado de trocas de conhecimentos e saberes e de construção de novos referenciais. Um lugar com cor e sabor, onde as opiniões e as ideias mais avançadas e mais simples devem buscar o norteamento da compreensão do mundo, das pessoas e das coisas, sendo que nesse espaço, todos são sujeitos do conhecimento e da aprendizagem, como na Teoria das Representações Sociais.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, NORDESTE E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

A Teoria das Representações Sociais (RS) possui seu próprio marco temporal. Ela surgiu em 1961, com o livro “*La Psychanalyse: son image et son public*”, de autoria de Serge Moscovici, traduzido no Brasil com o nome “A Representação Social da Psicanálise”. Essa obra foi fruto de uma pesquisa referente à forma como a psicanálise, enquanto conhecimento científico, era percebida pela sociedade francesa da sua época. Como esse próprio autor enuncia, a proposta não era realizar um estudo sobre psicanálise, mas compreender como os indivíduos enraizavam, em suas mentes, as informações sobre essa ciência, decifrando como ocorria o processo de assimilação de um discurso científico por uma pessoa leiga (SANTOS, 2005).

De acordo com Moscovici (2001), o trabalho desenvolvido por ele foi inspirado nos estudos de Émile Durkheim (1968), a quem o primeiro teórico atribui o papel de verdadeiro inventor do conceito das representações sociais, na medida que fixou os contornos dessa teoria, ao separar as representações coletivas das representações individuais em seus trabalhos (MOSCOVICI, 2001).

Por volta dos anos 60, pareceu-me possível retomar o estudo das representações e despertar o interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais, fazendo reviver tal noção. (...) as representações lhes permitiram estudar os problemas da cognição e dos grupos, o que se tendia a negligenciar cada vez mais. Estudar a difusão dos saberes, a relação pensamento/comunicação e a gênese do senso comum (o que os ingleses chamam de laythinking) constituía elementos de um programa que se tornou familiar desde então (MOSCOVICI, 2001, p. 47).

A referência feita por Moscovici (2001) a contornos da teoria, não é por acaso. Na prática, seus estudos e a investigação de Durkheim (1968) não são semelhantes, mas complementares. Segundo Maria de Fátima Souza Santos (2005), Moscovici (2001) retornou o conceito de “representação coletiva” de Durkheim (1968), afirmando, porém, que esse último autor englobava como coletiva uma enorme classe de conhecimentos e crenças que dificultavam a delimitação do conceito.

Entre o surgimento das ideias basilares discutidas por Durkheim (1968), consideradas um fenômeno mais marcante da ciência social na França, e a abordagem de Moscovici(2001) se passaram mais de cinquenta anos. O próprio autor definiu esse período como “um eclipse que durou meio século” e pontua que entre esses dois momentos - o nascimento e o ressurgimento da teoria - o conceito de representação coletiva passou por muitas metamorfoses que lhe conferiram outra forma, uma coloração diferente (MOSCOVICI, 2001). Para ele, as representações sociais podem ser compreendidas como um sistema que reúne valores, conceitos e práticas construídas pelo meio social, a partir do qual, os indivíduos e a comunidade estabelecem uma ordem na perspectiva de se orientarem no mundo. Abric (2001) complementa essa aceção, expondo o que vem a ser o ato de representar, “(...) um conjunto organizado de opiniões, atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação” (p. 156).

De maneira conceitual, Moscovici (1961), posteriormente seguido por Jodelet(1989), trata as RS como um sistema de significados que expressam as relações que os indivíduos e o grupo têm com seus ambientes (RATEAU, et al., 2012).Essa abordagem constitui as proposições básicas e originais dos estudos sendo conhecida como a grande teoria das representações, conhecida como abordagem processual ou Escola Clássica.

Com o passar do tempo e a adesão de outros estudiosos, a teoria originária das RS foi sendo ampliada por novas correntes teóricas complementares, que aprofundaram suas características, assim, passaram a ganhar evidência à abordagem estrutural, liderada por Claude Flament(2001)e Jean-Claude Abric(2001), identificada como a Escola do Midi e a abordagem societal, liderada por Willem Doise(1989), apontada como Escola de Genebra(BONFIM, 2018). Na prática, essas abordagens não apresentam incompatibilidades, pois todas possuem como matriz a abordagem originária (PEREIRA DE SÁ, 1998), de onde se extrai o próprio conceito de representação social, como uma modalidade de saber gerada por meio da comunicação na vida cotidiana, com a finalidade de orientar os comportamentos em situações sociais concretas, apresentando o princípio de tornar o não familiar em familiar(PEREIRA DE SÁ, 1998).

Para Moscovici (2001), esta teoria base apresenta duas exigências originais, a primeira de que a RS é constituída de “informação”, “atitude” e “campo de representação”, a segunda de que seus processos formadores sejam divididos em

“objetivação” e “ancoragem”. A objetivação faz referência à maneira como um novo objeto, por meio da comunicação a cerca dele, será simplificado, imaginado e diagramado.

Por meio do fenômeno da construção seletiva, características diferentes do objeto são retiradas do contexto e ordenadas segundo critérios culturais (todos os grupos não têm o mesmo acesso à informação relativa ao objeto), critérios normativos (somente o que está de acordo com o sistema de valores do grupo é retido). Os diferentes aspectos do objeto são, assim, separados do campo a qual pertencem para serem apropriados pelos grupos que, ao projetá-los dentro de sua própria realidade, podem controlá-lo mais facilmente (RATEAU, et al., 2012, p. 07).

Por sua vez, a ancoragem se constitui num processo complementar a objetivação. Ela corresponde à maneira que um objeto encontra seu lugar num sistema de pensamento, tornando-se assimilável, identificado com uma rede de significados já presentes (RATEAU, et al., 2012). De forma resumida, é através da ancoragem que as representações se firmam e produzem seus efeitos.

Abric(2001) contribuiu para a TRS, formalizando a existência do conceito estrutural que defende existir nas representações um núcleo central, que, em termos cognitivos, se apresenta como sendo um conjunto organizado e estruturado por meio de um sistema central e periférico, com características e funções distintas (PEREIRA DE SÁ, 1998). Conhecido como modelo estrutural, essa abordagem das representações sociais, também defendida por Flament(2001), considera, na verdade, que determinados elementos desempenham um papel diferente de outros na imagem dos elementos cognitivos que compõem uma representação. Esses artefatos são chamados de centrais justamente por terem como função gerar significados e valor para os indivíduos, bem como promovem a organização em torno de seu eixo (RATEAU, et al., 2012).

Podemos afirmar que a grande contribuição do modelo estrutural, promovido por Abric(2001) e Flament(2001), em linhas gerais, foi evidenciar a existência de uma estrutura da representação, promovendo assim, a compreensão de que as RS possuem um formato capaz de ser destrinchado e estudado. Ambos autores defendem a existência de um núcleo estruturante, objeto da representação e os demais elementos compreendidos apenas como periféricos.

O sistema central estrutura os elementos cognitivos relativos a um objeto e é o fruto de determinismos históricos particulares aos quais diferentes grupos sociais estão expostos. Caracteriza-se por duas propriedades fundamentais. Primeiro, por uma grande estabilidade, assegurando, assim, a permanência e durabilidade da representação. (...) O sistema periférico, em consonância com as contingências cotidianas, possibilita que uma representação seja adaptada a vários contextos sociais (RATEAU, et al., 2012, p. 9).

De maneira diversa, a abordagem societal, liderada por Willem Doise (1989), tem como objetivo primordial investigar as representações sociais entre os grupos, defendendo que elas só podem ser contempladas na dinâmica social por meio da comunicação que coloca os atores sociais em situações interativas. Assim, as posições assumidas pelos indivíduos, em determinadas situações, dependem do contexto em que eles estão inseridos e das circunstâncias de sua produção.

A abordagem sociodinâmica introduz uma nova maneira de pensar a questão do consenso na TRS. Para Moscovici, este consenso resulta da partilha de certas crenças com um grupo dado. E este compartilhamento foi, em si, resultado do processo de comunicação. Doise considerava os consensos mais como pontos de ancoragem para uma representação social. E as convergências e divergências entre estes pontos de ancoragem encontram sua origem na estruturação das relações sociais existentes entre grupos (RATEAU, et al., 2012, p. 10).

Retornando a abordagem originária das RS, Jodelet(2011) delinea pelo menos seis diferentes perspectivas de estudo com representações sociais. De forma resumida, a primeira perspectiva descrita por essa autora faz referência à atividade cognitiva pela qual o sujeito constrói uma representação e a torna social. A segunda acentua os aspectos significantes da atividade representativa, pois o sujeito é considerado um produtor de sentido, que exprime, na representação, o significado que dá a sua experiência. O terceiro ponto de vista trata a representação como uma forma de discurso que pondera acerca das características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados. Na quarta, a prática social do sujeito é levada em consideração, pois ele produz representações que refletem as normas decorrentes de sua ideologia e estão ligadas ao lugar que ocupa. A quinta perspectiva, por sua vez, considera que existe um jogo de relações intergrupais determinantes nas representações que influenciam o sujeito (PEREIRA DE SÁ, 1998).

Nesta dissertação, especificamente, trataremos de considerar a sexta e a última perspectiva de Jodelet (2011) sobre representações sociais, definida por ela mesmo, como a mais sociologizante, que faz do sujeito portador de determinações sociais. Essa perspectiva baseia a atividade representativa sobre a reprodução de esquemas de pensamento socialmente estabelecidos (PEREIRA DE SÁ, 1998). Com essa perspectiva, Jodelet compreende que, na sociedade, existem esquemas de representações socialmente estabelecidos e que os sujeitos reproduzem tais esquemas em seu cotidiano, assim;

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 2011, p.22).

Mas, afinal, como são definidas as representações sociais? Alinhando o nosso pensamento a compreensão dessa autora, as representações sociais podem ser entendidas como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e visa a construção de uma realidade comum a um conjunto de pessoas.

De fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto (JODELET, 2011, p.22)

Assim, o processo de construção das representações sociais é algo inerente à vida humana. As representações, criadas no interior de cada sujeito, refletem uma série de circunstâncias que envolvem o fato real, criador da representação, bem como fatores psicológicos, internos da pessoa. Essas reproduções, diferentemente do que se possa apressadamente concluir, não precisam ser valoradas como positivas, nem negativas, são apenas necessárias para que o sujeito possa entender o mundo a sua volta. A partir dessa compreensão,

Jodelet (2011) esclarece ainda que sua importância está justamente na capacidade de facilitar a vida cotidiana.

E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar. Por isso, as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatui-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la (JODELET, 2011, p.17).

Segundo Santos (2005), Moscovici (1976) compreende que três são as principais razões que fazem construir as representações sociais de determinados objetos. A primeira é a pressão, a inferência, nessa percepção, o sujeito é visto como alguém em busca, constantemente, de consenso com o seu grupo, que o obriga a estimar, comunicar e responder às exigências da situação a cada momento. Isso influenciaria nos julgamentos e na consequente resposta pré-fabricada e forçosa, tudo na busca de um consenso de opinião, para garantir a comunicação. Por sua vez, a segunda razão seria a focalização, uma motivação que está relacionada ao interesse do sujeito. Particularmente, cada pessoa possui interesses diferenciados sobre os objetos, assim como ele também se relaciona com os dados e informações, de acordo com sua bagagem cultural, religiosa, afetiva e histórico de vida. Dessa maneira, o modo como o sujeito apreende as informações dependerão de outros conhecimentos que possui.

E, o terceiro motivo consiste na defasagem e dispersão de informação. Os indivíduos não recebem as informações com a mesma intensidade, nem possuem as mesmas ou idênticas condições de acesso. Atualmente, por exemplo, sabemos que, no caso das plataformas digitais, as informações disponíveis, para cada indivíduo, está de acordo com o seu perfil de interesse e até mesmo suas rotinas de consulta. A defasagem e a dispersão da informação ainda podem ser influenciadas por outros fatores, como obstáculos de transmissão, falta de tempo e até mesmo barreiras educativas (SANTOS, 2005).

Além disso, para compreender alguns significados de nossa investigação, ainda precisamos esclarecer que há uma distinção entre as representações sociais enquanto objeto de estudo e/ou teoria.

Falar em representações sociais é remeter-se ao conhecimento produzido no senso comum. Porém, não é todo e qualquer conhecimento, mas a uma forma de conhecimento compartilhado, articulado, que se constitui em uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais. Por sua vez, falar na teoria das representações sociais é referir-se a um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção desse conhecimento leigo, dessas teorias do senso comum (SANTOS, 2005, p.21).

Portanto, antes de tudo, defendemos a necessidade de vislumbrar que “a teoria” das representações sociais busca compreender “o fenômeno” das representações. Nesse sentido, elas podem ser abordadas, simultaneamente, como o produto e como processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e elaboração psicológica e social da realidade (JODELET, 2011). Em outras palavras, na condição de objeto de estudo, as RS fazem parte de um processo psicológico humano de categorização e absorção de conteúdo.

Esse processo, aparentemente natural e automático, foi estudado pela psicologia que conseguiu por meio da apresentação de uma teoria, explicar esse fenômeno. Isso ocorre porque a sociedade existe enquanto realidade objetiva e produto humano e, ao ser apropriada pelos sujeitos, ela se torna uma realidade subjetiva. Nesse processo de assimilação da realidade, os sujeitos não reproduzem os elementos da realidade objetiva, há um processo de reconstrução da mesma, uma reelaboração humana na qual aspectos cognitivos e sociais entram em jogo (SANTOS, 2005).

No campo educacional, segundo Guily(2001), as representações ocupam um lugar privilegiado de observação. Essa área permite, com maior clareza, que seja observado como as representações sociais se constroem, evoluem e se transformam no interior dos grupos sociais, elucidando o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação. Os estudos de Guily(2001) expõem ainda que as representações sociais, no campo educacional, podem emergir dos mais variados contextos, a exemplo do discurso da escola sobre si mesma, dos pais sobre a escola e os professores, porém, todas essas exposições, enquanto representações, não são reflexos de uma realidade, mas sim uma construção que visa legitimar ou mobilizar posições ideológicas. Desse modo, as representações sociais garantiriam a possibilidade de preservar um suposto

equilíbrio e sua necessidade de coerência no exercício de sua prática social pelos sujeitos que a compartilham e suas relações com o entorno.

Ainda é importante ressaltarmos que, segundo Santos (2005), a proposta contida na teoria das representações sociais se refere ao estudo de um fenômeno específico e delimitado: as teorias do senso comum, que são conjuntos de conceitos articulados que tem origem nas práticas sociais e diversidades grupais, cujas funções são levar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar comunicações e orientar condutas. Portanto, quando ponderamos sobre as representações sociais, estamos nos remetendo ao conhecimento produzido pelo senso comum, porém, não a todo e qualquer conhecimento, mas uma forma de conhecimento compartilhado, articulado, que se constitui em uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais (SANTOS, 2005).

O conhecimento de senso comum é elaborado a partir de processos de objetivação e ancoragem, segue uma lógica natural, e tem como funções orientar condutas, possibilitar a comunicação, compreender e explicar a realidade social, justificar a posteriori as tomadas de posição e as condutas do sujeito, e uma função identitária que permite definir identidades e salvaguardar as especificidades de grupos (SANTOS, 2005, p. 21).

A função identitária das RS desempenha um papel relevante para consolidação das representações de determinados grupos. Considerando que as identidades são relacionais, marcadas por símbolos e pela diferença com relação a outras identidades (WOODWARD, 2003), no universo que compreende o discurso da “Convivência com o Semiárido”, emergem também reivindicações essencialistas sobre as identidades autênticas da região e de seu povo. Deve ser considerado, portanto, que, no exercício de rejeitar as características negativas dessa região, normalmente, atribuídas a partir da ideia de Nordeste e Sertão, o discurso da Convivência, ao tempo em que ressalta valores positivos do Semiárido Brasileiro e sua gente, por vezes, pode estar colaborando também no reforço a valores e crenças também estereotipados, uma vez que se propõe a enaltecer características da população ou da região, visando uma unidade discursiva estratégica para se consolidar. Essa postura parece está ancorada no entendimento de que a identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas, no contexto das reconstruções globais dos estados nacionais e étnicas e na

emergência dos novos movimentos sociais, os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais (WOODWARD, 2003).

3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A COMPREENSÃO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO CONSOLIDADO NA SOCIEDADE

A representação social construída em torno do Nordeste não é fruto do acaso. Ela foi continuamente alimentada pelo jornalismo, pela política, pela produção artística e até mesmo pela educação escolar. Antes que essa unidade regional significativa, chamada Nordeste, se constituísse perante “nossos olhos”, foi necessário que inúmeras práticas e discursos “nordestinizadores” aflorassem de forma dispersa e fossem agrupados posteriormente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). No campo político, por exemplo, as discussões elaboradas pelo Estado ressaltam a abordagem da região as suas condições climáticas e ao fenômeno natural da seca.

De acordo com Carvalho (2007), no período Colonial brasileiro, não havia nenhuma política específica de atenção ao Nordeste nos períodos de seca, pois a região não despertava interesse do governo. A intervenção efetiva do Estado só iniciou no período Imperial, quando começaram as políticas assistencialistas às populações em situação de flagelo. Durante a seca de 1875-1881, inúmeros nordestinos migraram para região do Amazonas. Nessa época, 1,7 milhões de pessoas morreram. Dom Pedro II prometeu “dar a última pedra da coroa para que nenhuma pessoa do Nordeste precisasse morrer de fome”. Contudo, sua coroa está com todas as pedras no museu, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (SANTOS, SCHISTEK e OBERHOFER, 2007). Desde então, de estiagem em estiagem, os políticos brasileiros realizaram atividades paliativas e descoordenadas, reflexo da ausência de uma proposta adequada para essa região e valorizaram mais os discursos que as práticas efetivas.

O marco inicial dos trabalhos conhecidos como enfrentamento à seca, por parte do Estado iniciou em 1909, com a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), órgão que delimitou a região conhecida como sertão e definiu estratégias e técnicas de trabalho. Esses procedimentos incluíam estudos

que apontavam locais adequados para construção de barragens ou açudes para acúmulo de água, porém essas ações foram deturpadas e beneficiaram pessoas influentes, grandes proprietários de terras ou políticos, ajudando a formatar uma “Indústria da Seca” (CARVALHO, 2006). Foi exatamente nesse período que o termo Nordeste foi usado inicialmente. Ele servia para designar a área de atuação do IFOCS e, dentro do discurso institucional, o Nordeste surgia como parte do Norte, que carecia de atenção especial do Governo Federal da época (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Com relação às terminologias, destacamos as principais distinções quanto ao uso dos referenciais Norte, Nordeste, Sertão e Semiárido. O termo Norte possuía evidência na divisão histórica e remota que separava o país em apenas dois polos, o Norte versus o Sul do país, até o início do século XX. Essa divisão privilegiava os centros administrativos do Sul do país, sendo o Norte e seus habitantes um lugar condenado pelo clima e pela raça em decadência (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Ainda segundo Albuquerque Júnior (2011), o discurso que prevalecia era de que o nortista carecia inclusive de injeções de sangue restaurador europeu, já que era, geralmente, pequeno e descarnado, com tendência a fixação do esqueleto defeituosa, tendendo a envelhecer precocemente. Por sua vez, o termo Nordeste foi utilizado, historicamente, diante da necessidade de especificar a parte do Norte que experimentava o fenômeno climático das secas. Conforme esclarece esse autor, isso aconteceu, após a criação da IFOCS, por volta de 1909. Nesse tipo de discurso institucionalizado, o Nordeste despontou como uma parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal.

O Nordeste é em grande medida, filho das secas; produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde a grande seca de 1877, veio colocá-la como o problema mais importante desta área (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 81).

Sertão, entretanto, muitas vezes confundido com o próprio Nordeste, geograficamente, é uma sub-região, assim como a Zona da Mata, o Agreste e o Meio-Norte. De acordo com Amanda Franco (2020), contudo, o sertão se mostra como um reduto que abarca um emaranhado de significados, na maioria das vezes,

depreciativos, estando muito além da sub-região nordestina. Em contrapartida, Semiárido, a mais recente denominação dessas mesmas áreas, encarna outras perspectivas.

Segundo Carvalho (2012), em 1936, através da Lei Federal n.º 175 de 06 de janeiro de 1936, as áreas oficialmente reconhecidas como de ocorrência comum de secas no Nordeste foram delimitadas e denominadas de “Polígono das Secas”. Posteriormente, esse espaço passou a ser definido como Semiárido, devido uma reclassificação efetuada pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Porém, apesar de sua origem, o Semiárido, enquanto termo e representação, vem se firmando como um espaço novo de desbravamento, onde é possível atrelar outras representações e comunicar outras informações. Nossa pesquisa vem demonstrando que, atualmente, esse último termo é percebido e associado constantemente a proposições da Convivência, dialogando com as características relacionadas a sua viabilidade econômica e social, tema que deverá ser abordado com maior profundidade nos próximos capítulos.

As nomenclaturas Nordeste e Sertão favoreceram/favorecem o discurso da necessidade dos flagelados, da miséria e da fome, que foi explorado repetidas vezes, não com o intuito de realmente auxiliar aqueles que careciam/carecem de acesso à terra, à educação e à água, por exemplo, mas como estratégia de obtenção política de grandes expedientes financeiros. A seca de 1877/1879, por exemplo, a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra, trouxe um volume considerável de recursos do erário público para as vítimas do flagelo e fez com que bancadas políticas descobrissem uma “arma”, que tinham nas mãos, para chamar a atenção do governo brasileiro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Iná Elias de Castro e Fabiano Soares Magdaleno (1996) completam uma referência ao uso político desse discurso, buscando demonstrar que há um descolamento entre a preleção política sobre a região Nordeste e a prática empresarial vigente.

Um exemplo típico desse discurso foi proferido pelo Deputado pernambucano Oswaldo Coelho, no dia 21 de novembro de 1984, na Câmara dos Deputados, através da seguinte descrição: ‘A escassez de água no Nordeste já fez vítimas incontáveis, desagregou famílias, semeou miséria e sofrimento, condenou a região a uma posição de inferioridade no cenário nacional’ (...) O Deputado expressa o problema da região diretamente ligado ao fator escassez de água.

Em outras palavras, pode-se dizer que nesse tipo de discurso, o problema da região é reduzido a uma dificuldade natural, não sendo levados em consideração a história política e o fato de que nem todo Nordeste é sertão e que a miséria na Zona da Mata úmida é pior que a dos espaços semiáridos (CASTRO e MAGDALENO, 1996, p.23).

Castro e Magdaleno (1996) complementam essas informações, esclarecendo que o referido deputado se tornava incoerente na medida em que ele e sua família, de sobrenome Coelho, além de ser detentora de um grande capital político, que domina a cidade de Petrolina, em Pernambuco, há mais de um século, possuem atividades empresariais que vão desde exportação de frutas de áreas irrigadas a empresas diversas com atividades nacional e internacional. Além disso, ela ainda esclarece que, com relação aos empreendimentos agrícolas localizados na região semiárida, o referido deputado auferia mais lucro, graças às condições climáticas que ele mesmo condenava através do seu discurso, uma vez que a ausência das chuvas e o sol forte eram/são as principais responsáveis para que a produção agrícola favoreça duas safras e meia por ano, além de baixa proliferação de pragas.

Na realidade, o clima semi-árido atua como um fator potencializador da atividade desenvolvida pela família Coelho, pois, com relação a fruticultura irrigada, o grande número de horas de sol por ano (2800 h), a escassez de chuvas e a baixa umidade do ar, que dificultam a reprodução de pragas, são condicionantes naturais altamente vantajosos. A relação de causa e efeito (semi-árido / inferioridade da região) estabelecida no discurso político do Deputado é desmentida por suas próprias atividades como empresário. Em síntese, o discurso está descolado da realidade de quem o elabora, podendo o mesmo ator ser moderno na economia e tradicional na política (CASTRO e MAGDALENO 1996, p.23).

A água, ou melhor, a ausência dela, sempre foi um elemento essencial para a construção do argumento político que ajudou a edificar a representação negativa do Nordeste. Sinteticamente, a ausência de chuvas era apontada como a grande vilã que prejudicava a sociedade. O discurso do “Combate à seca” foi tecido sem promover a reflexão sobre a ausência de uma política de promoção a qualidade de vida e melhoria da sociedade, ele agenciava o imaginário de luta, batalha, peleja, mas esquecia de abordar sua própria ausência de lógica - como combater um fenômeno climático?

O termo “combate à seca” foi escolhido com muita inteligência. Ele quer mostrar a grande preocupação e a garra do governo com uma calamidade. Ele investe milhões em dinheiro – mas infelizmente a natureza é contra. Embora devesse chover, novamente vem uma seca. No caso de um incêndio, a ação do governo funciona. Envia os carros com escada Magirus, os bombeiros com suas grandes mangueiras (...) Pois é, não se pode combater ecossistemas, variações climáticas, direção de ventos e o sol. É preciso haver políticas públicas que façam a região produzir de maneira segura para si e para o mercado, viver sem catástrofe, exatamente com este clima que temos (SHISTECK, 2013, p. 32).

É importante compreendermos que, quando se questiona essas representações sociais sobre o Nordeste, não se está negando a existência dos fatos sociais objeto dessas imagens. Por exemplo, não é possível recusar a ocorrência dos períodos de estiagem, que promoveram um intenso fluxo migratório na região, deixando um saldo de mortos e flagelados pelo caminho, durante a seca iniciada em 1877. Não se trata de omitir a realidade da qual a representação foi construída, mas refletir a respeito dos motivos que essa reprodução permanece sendo continuamente explorada até os dias atuais e revelar seu perfil estratégico, para determinados setores da sociedade, manterem seus privilégios políticos, econômicos, sociais e culturais.

Segundo Albuquerque Júnior (2011), ao afirmar que as secas eram responsáveis, inclusive pelos conflitos sociais que ocorriam, pela existência da figura de cangaceiros e beatos, o movimento literário regionalista, através de expressões como “Se o sertão pega fogo, é graças ao sol inclemente”, ajudou a naturalizar problemas e questões sociais que estavam, para além das condições climáticas da região, alicerçadas, inclusive, na ausência da presença governamental e na concentração de terras e renda (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.139). No âmbito cultural, essas práticas e discursos nordestinizadoresse destacaram, em um momento histórico, especificamente, em 1926, na cidade de Recife, a partir do Congresso Regionalista do Recife. Esse evento, que tinha como objetivo salvar o espírito nordestino dos estrangeirismos e cosmopolitismo experimentado pelo Rio de Janeiro e São Paulo, através da Semana de Arte Moderna, terminou por disseminar a imagem do Nordeste, pensada sempre de acordo com a efígie da seca, ignorando áreas úmidas existentes na região (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Essas produções literárias serviram de referência para produções fílmicas, que muitas vezes encontravam na adaptação fiel dos livros, a estratégia de

desenvolvimento do enredo. Para Paiva (2019), o cinema nacional apresenta,consequentemente, na maioria dos seus filmes de ficção, um discurso centralizado na figura de nordestinos retratados pela literatura regionalista, através de personagens representados como mártires que desenvolvem sua existência trágica, traduzidas em dor, fome, miséria e morte.

(...) só nos anos 1980, com a produção e/ou distribuição da EMBRAFILME, pode-se encontrar 21 longas-metragens sobre o Nordeste. Nesses filmes, o nordestino é representado por meio de signos já cristalizados no imaginário nacional, como a paisagem sertaneja, valorizada a partir da exploração da imagem da seca e da pobreza; a influência da visão de Euclides da Cunha sobre o sertão nordestino; a política do coronelismo e a violência como código de conduta; a fome; a virtude e o heroísmo dos homens, mistura de religiosidade como o catolicismo e o candomblé, os movimentos messiânicos e do cangaço; a figura do migrante ou retirante; e a mulher-macho como elemento exótico, comparável à própria natureza nordestina (PAIVA, 2019, p.128).

Esses tipos de representações, ainda segundo Paiva (2019), colaboram nas abordagens sobre a região Nordeste para evidenciar um privilégio do rural em detrimento ao urbano, consolidando, sobretudo a ideia de atraso dessa região entre os espectadores. Essas narrativas, predominantes no cinema dos anos 1980, na verdade, para Tolentino (2001), tem sua raiz, por sua vez, no cinema politizado dos anos 1960 e a forma romântica como seus narradores expressavam o rural nordestino em detrimento ao urbano, um projeto político que defendia uma sociedade sem classes e que apoiava o rural como síntese do nacional (PAIVA, 2019).

Outro importante meio de divulgação dos discursos nordestinizadores, no Brasil, foi a imprensa. O jornalismo, que, por natureza poderia apresentar referências contestadoras, também não se permitiu fugir do enredo literário sobre o Nordeste. Até mesmo nos dias atuais,frequentemente,esse meio de comunicação faz uso de imagens e discursos limitados sobre a seca, valorizando o exótico, ressaltando a pobreza e evitando aprofundar a complexidade do tema.Articular o Nordeste a imagem de solo rachado e animais mortos é uma prática tão cotidiana no jornalismo, quanto o uso do jargão: “O sertanejo é antes de tudo, um forte”, que se tornou recorrente nas produções. A grande mídia costuma criar uma comoção nacional diante da imagem do faminto e miserável sertanejo, que só consegue

sobreviver graças às esmolas, vindas de fora, tratando a população da região como flagelados e incapazes (SANTOS, SCHISTEK, OBERHOFER, 2007).

Essa representação social do Nordeste, fincada nesses signos de nordestinidade, ainda predomina, até os dias atuais, na educação escolar, colaborando de alguma forma para a disseminação de discriminações e preconceitos.

O conhecimento e a educação não são processos neutros como muitas vezes nos são apresentados. Eles estão sempre em íntima correlação e a serviço do modelo de mundo e de sociedade que se quer construir. Um rápido retrospecto dos processos de produção de conhecimento, leitura e educação no Brasil, por exemplo, nos mostra que, desde a época da colônia, para alguns era dado o direito de ler, conhecer e “educar-se”, enquanto a outros esses direitos eram radicalmente negados (BAPTISTA, CAMPOS, 2013, p.85)

Um dos pontos discutidos com relação à educação promovida sobre e na região Nordeste está a abordagem realizada pelos livros didáticos. Em sua grande maioria, os materiais didáticos, utilizados nas salas de aulas brasileiras, são produzidos no Sudeste do país. Esses objetos educacionais carregam a materialização da representação negativa sobre o Nordeste. Em 1996, por exemplo, a Editora Ática, uma das maiores do país, contava em seu acervo com o livro “Geografia em Ruínas”, de subtítulo “Geografia do Terceiro Mundo”, volume 4. Essa produção, que estava em sua 13ª edição, era voltada para alunos dos anos finais do ensino fundamental e seus autores, José Willian Vesentini e Vânia Vlach, eram apresentados, respectivamente, como Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com vários anos de ensino particular e público de 1º e 2º grau; e Mestre em geografia pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade Federal de Uberlândia, também com vários anos de docência no ensino de 1º e 2º grau. Em suas páginas, precisamente no capítulo referente ao Brasil, onde versam informações sobre as grandes regiões brasileiras, o Nordeste foi descrito da seguinte maneira:

Essa região representa o Brasil colonial, o Brasil do passado, embora existam aí algumas áreas industrializadas. Foi nessa região que se verificaram, durante a colonização, a maior concentração de mão-de-obra escrava e o desenvolvimento das atividades econômicas mais lucrativas. Hoje grande parte do Nordeste é fornecedora de mão-de-obra para o restante do país. No Nordeste, especialmente na Zona

da Mata –área próxima ao litoral, que vai do Rio Grande do Norte até a parte setentrional da Bahia- predominam as grandes propriedades rurais, baseadas na monocultura açucareira. Nessas propriedades, os trabalhadores são em geral mal remunerados, chegando às vezes a ganhar menos de um salário mínimo (VESENTINI e VLACH, 1996, p.88).

Esse texto estava acompanhado de uma fotografia, contendo um leito de rio em época de estiagem, vazio e marcado por ranhuras no solo. Em contrapartida, a região Centro-Sul do país era explicada como aquela que “representa o Brasil novo ou moderno”(VESENTINI e VLACH, 1996, p.88), em tom de otimismo e enaltecimento.

Esse livro didático, pertencente à Editora Ática, foi elaborado na cidade de São Paulo e continha como autores pessoas daquela região. O texto, a produção, os conceitos, tudo desse material didático, remete a uma evidente abordagem pejorativa e inferiorizante do Nordeste. Uma amostra da ausência de conhecimento sobre a região e do exercício nada saudável de manter a dualidade Norte *versus* Sul, sendo Sul como sinônimo de prosperidade e Norte do atraso. Uma perversa lógica que prevalece no país, colaborando para a manutenção de um discurso sobre o Nordeste, que elimina diversas outras nuances que mereciam ser estudadas.

Carvalho e Reis (2013), em reflexão sobre a importância de promover uma educação emancipadora, defendem que se faz necessário atuar sobre os materiais didáticos produzidos, especialmente no Centro-Sul do país, promovendo a elaboração local desses objetos educacionais, assim como difundindo outras perspectivas da região, capazes de exaltar outra intelectualidade sobre o tema. Eles reconhecem que, atualmente, esses materiais ainda são compostos por conteúdos pejorativos, limitados, que reforçam a negatividade e a marginalização do Semiárido diante dos demais territórios.

Além disso, esses materiais não contribuem para o desenvolvimento de competências, habilidades das crianças e jovens ou de dotá-los de posicionamentos críticos a respeito de problemáticas enfrentadas ou de posturas criativas para desenvolver soluções prudentes e de respeito às condições de semiaridez. Pelo contrário, não tem gerado impactos positivos na melhoria das condições de vida dos grupos humanos que habitam este vasto território, cuja população equivale a quase 15% do total do país (CARVALHO e REIS, 2013, p 28).

3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A Convivência com o Semiárido Brasileiro (CSB) pode ser compreendida como uma proposta que defende que o Semiárido possui suas potencialidades e não deve ser percebido como uma região limitada as consequências das suas condições climáticas. Essa perspectiva defende a realização de dois movimentos: oposição as referências negativas já consolidadas historicamente, principalmente, sobre o Nordeste; e a construção da apresentação de novos pontos de vista. Afirma, portanto, que, para viver com qualidade de vida nessa região, é preciso adaptar-se as condições climáticas, geográficas, de solo, de produção de alimentos, considerando que não há como “combater” um fenômeno climático, mas é possível utilizar estratégias adequadas ao aproveitamento das potencialidades do local.

Segundo Silva (2003), há uma relação direta entre a proposta do “Combate à Seca” e o modelo desenvolvimentista ainda vigente na nossa sociedade, em que predomina uma concepção mecanicista de explicação dos fenômenos naturais. Nesse sentido, esse autor nos alerta que há um predomínio de uma concepção tecnicista de domínio humano sobre a natureza, cuja finalidade economicista de exploração e produção de riquezas como parâmetro de desenvolvimento prevalecem. Por sua vez, a proposta da “Convivência com o Semiárido” trilha outros caminhos. Ela está relacionada à sustentabilidade, mantém suas bases na visão ecológica de mundo e propõe a reconciliação entre o homem com a natureza. Essa relação valoriza práticas conexas como melhoria da qualidade de vida da população, especialmente rural, articulando conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente.

Articulada às discussões sobre a emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, nos últimos anos, vem sendo construída a perspectiva da convivência com qualidade de vida no semi-árido brasileiro. O semi-árido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas. (SILVA, 2003, p.11)

Nessa linha de pensamento, Carvalho (2006) defende que o movimento da convivência ocorre no pensar, agir e conduzir os debates, vislumbrando a falência da lógica do “Combate à seca” ao apontar o colapso da lógica técnico-economicista para a emergência da lógica ambiental.

Ao contrário, a lógica da convivência com o Semi-árido visa focar a vida nas condições sócio-ambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender a lidar com esse ambiente, na busca de alcançar e transformar todos os setores da vida. Portanto, não é apenas viver no semi-árido e supostamente aceitar as agruras da natureza, mas viver estabelecido como a comunhão que os indivíduos mantêm com o lugar, oportunizando organizar e criar alternativas de produção a partir dos limites e possibilidades que a natureza oferece (CARVALHO, 2004, p.22).

A referência ao meio ambiente, através de uma percepção sistêmica, também é defendida por Reis (2018), que reconhece a existência de um paradigma diverso, que atua a partir de uma compreensão de mundo plural e que valoriza a relação homem e natureza.

Sendo assim, o princípio da convivência com o ambiente, com os outros e conosco mesmos inaugura um novo paradigma através do qual se acredita que, a partir de uma nova compreensão do mundo, do desenvolvimento de novas relações éticas, estéticas, produtivas, culturais, econômicas, políticas, de gênero, que levem sempre em consideração as reais condições de suporte dos fios que se tecem na teia da vida, será possível garantir concretamente os velhos ditados que dizem que ‘o que nós somos é consequência do que pensamos’ e ‘tudo o que a natureza nos oferece nem nos pertence, nem herdamos dos nossos antepassados, mas tomamos de empréstimo às futuras gerações’ (REIS, 2018, p.204).

Em comum acordo com essas afirmações, Baptista (2013) reconhece, em seus estudos, que a CSB revela a necessidade de estabelecer outra relação de referência à natureza, que coloca o homem e o meio ambiente lado a lado, de forma harmônica, desprovido da ideia de dominação ou superioridade humana.

Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação. Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar

tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas (BAPTISTA, 2013, p.52).

Todas essas perspectivas acima citadas reafirmam que enquanto paradigma, a Convivência com o Semiárido Brasileiro está alinhada ao referencial do Bem Viver, defendido por Acosta (2016) como “uma oportunidade para imaginar outros mundos” (p.238), uma compreensão compartilhada por José de Souza Silva (2010) ao afirmar que:

O Bem Viver não é um paradigma tecnológico, mas biocêntrico/espiritual, um horizonte utópico para instigar nossa imaginação, para emocionar-nos, apaixonar-nos e comprometer-nos — eticamente, politicamente, epistemologicamente — com o futuro da vida no Planeta, com a convivência entre todos os seres vivos, humanos e não humanos, também do Semiárido Brasileiro (SILVA, 2010, p.06).

Assim, para esse último autor, o grande desafio para o Semiárido é desconstruir a própria lógica do desenvolvimento, instalada pela lógica governamental de “Combate à seca”. Em suas reflexões, Silva (2010) ainda aponta que a expectativa do desenvolvimento se apresenta como meta a ser alcançada para todas as nações, porém mantém todos os estados presos a dicotomia superior-inferior, criada a partir da noção de raça, que, no passado, classificou a humanidade em civilizados e primitivos, e, no presente, divide todos em desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos.

Realmente, observamos que essa visão dicotômica desenvolvido *versus* subdesenvolvido, citada por Silva (2010), tem servido de pano de fundo para a cristalização, no Brasil, de que o Semiárido é uma região problemática, principalmente, quando comparado ao Sul e Sudeste, referências de desenvolvimento nacionais. Por isso, a concepção da Convivência nos convida a perceber a semiaridez não como um problema, mas como uma vantagem, uma outra característica geográfica. Para execução desse exercício, será preciso, antes de tudo, desconstruirmos uma lógica de colonialidade, preponderante, pois “pior que a aridez das terras é a aridez das mentes” (SILVA, 2010, p.2).

A lógica da colonialidade é o resultado de um processo histórico de colonização, responsável pelo modelo político conhecido como modernidade, que teve seu início com o surgimento do capitalismo no final do século XV, instituindo-se também pelas noções de progresso, desenvolvimento e racionalização. Tanto no curto como no longo prazo, essa perspectiva de mundo se centrou na acumulação material, no crescimento econômico, na constituição da ideia de mão de obra barata e na dominância dos corpos e mentes dos sujeitos, violando os processos socioculturais, ecológicos, éticos e humanos (SILVA, 2016).

Esse modelo de mundo foi responsável pela soberania da noção de racionalização, que promoveu, paulatinamente, as seguintes práticas:

(...) territórios usurpados, culturas eruditas, histórias soterradas, línguas extintas, vozes silenciadas, saberes desqualificados, dignidade violada, sonhos desfeitos, enfim, mentes esterilizadas e modos de vida destruídos (SILVA, 2016, p. 15).

Nesse contexto, a colonialidade, ou seja, a reprodução da hegemonia ocidental e a negação/invisibilização das racionalidades distintas do modelo dominante se fracionou em “colonialidade do poder”, fomentada pelas instituições internacionais de educação, comunicação, inovação e cooperação, caracterizando-se pela difusão da dicotomia superior-inferior no sistema dos Estados-nação; “colonialidade do saber”, que nega os saberes/fazeres dos sujeitos e de seus espaços de vida, instituindo o eurocentrismo e criando, por conseguinte, fronteiras decisivas sobre quais comportamentos e conhecimentos devem ou não ser legitimadores, o que configura uma visão de mundo dominadora; “colonialidade do ser”, que impõe a lógica de um paradigma que promove desigualdades entre os sujeitos, incentivando o processo de destruição e injustiça e colocando o Outro como algo suscetível de dominação; e, por último, “colonialidade da natureza” que tem sua essência no disfarce capitalista de desenvolvimento sustentável, mas, na verdade, escamoteia sua verdadeira intencionalidade operativa que é a dominação e o controle da natureza (SILVA, 2016).

De acordo com essa noção, Martins (2006) defende que a colonialidade não está restrita as relações entre os países, mas, especialmente, entre grupos humanos sobre outros, regiões sobre outras, narrativas sobre outras. Silva (2010) reafirma

essa concepção, esclarecendo que, em países como o Brasil e em regiões como a semiárida, a colonização cultural transcendeu a colonização territorial, pois

(...) alienou mentes, desvalorizou saberes e domesticou corações. Gerado para viabilizar a dicotomia superior-inferior, o discurso colonial normalizou relações assimétricas de poder e naturalizou violências, desigualdades e injustiças. Legitimado pela ideia de progresso, o discurso justificou no passado a conquista do Novo Mundo (...) Hoje, a educação neocolonial continua reproduzindo e aperfeiçoando a visão do mais forte-civilizado/desenvolvido-entre os mais débeis-primitivos/desenvolvidos (SILVA, 2010, p.05).

Todos esses aspectos e negação são frutos das inquietações e dessabores promovidos pelo discurso pejorativo de abordagem sobre o Nordeste, que se perpetuou durante tantos anos, conforme já apresentamos anteriormente neste capítulo. Nos últimos anos, contudo, grandes críticas são efetuadas contra esses discursos, justamente, pela ausência de diversidade de realidades existentes, que permanecem estrategicamente silenciadas. Assim, precisamos compreender afinal, de que Nordeste e de que Semiárido estamos nos reportando neste estudo.

Geograficamente, de acordo com a legislação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), hoje em dia, o Nordeste é uma região geoeconômica brasileira, que abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e alguns municípios do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa definição está fundamentada na Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que instituiu a SUDENE. Segundo essa delimitação, essa região ocupa uma área que equivale a 18,3% do território brasileiro, correspondente a 1.561.177,8 km², abrangendo um total de 1.793 municípios.

Por sua vez, o Semiárido é individualizado pela SUDENE, como uma região brasileira, inserida no Nordeste, composta por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, que possuem as seguintes características: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de aridez de igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. Esses critérios para a delimitação do Semiárido, destacamos, estão definidos nas Resoluções do Conselho Deliberativo

da SUDENE de nº 107, de 27 de julho de 2017 e de nº 115, de 23 de novembro de 2017.

Historicamente, as definições oficiais e geográficas de Nordeste e Semiárido apresentaram constantes alterações em termos de critérios de delimitação e abrangência, sendo modificadas dependendo de diversos fatores.

A delimitação geográfica do Semi-árido brasileiro a partir do critério climatológico, ou seja, das áreas de ocorrência de secas, tem sido muito variável ao longo das décadas, ampliando ou reduzindo a área, conforme a incidência de secas, da aplicação de recursos e da implementação de políticas públicas/assistenciais às áreas atingidas. Novos enfoques, por exemplo, o processo de desertificação, tem favorecido para uma nova delimitação do mapa do Semi-árido brasileiro (CARVALHO, 2006, p.01).

Em sua primeira definição, o Nordeste, por exemplo, não constava o Estado da Bahia, que foi inserido apenas anos mais tarde (CARVALHO,2006). As delimitações das características do Semiárido também foram alteradas. A primeira definição, na Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, continha como semiárida a região inserida na área de atuação da SUDENE, apenas com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm. Assim, a ausência de chuva e a consequente falta de água demonstrou ser um argumento aceito para justificar o atraso econômico experimentado pela região semiárida, apesar da ausência de sentido.

Porém, conforme Castro e Magdaleno (1996) pontuam que a pobreza e a escassez de chuvas precisam ser separadas, pois a primeira pode ser sanada com políticas que promovam a correta distribuição de acesso a renda e a segunda necessita de soluções adequadas a condição da própria natureza.

Embora a água seja um fator importante para a sobrevivência, não se pode mais pensar que as estiagens são a causa da baixa renda da Região Nordeste do país. A perspectiva de que o clima semi-árido faz com que a região seja uma “região necessitada” significa muito mais uma estratégia política do que o retrato de uma realidade inexorável (CASTRO eMAGDALENO 1996, p. 21).

Segundo Shisteck(2013), o Semiárido Brasileiro é o mais chuvoso do mundo. As estiagens experimentadas na região se enquadram no comportamento previsível do tipo climático, com suas chuvas irregulares, no tempo e no espaço

geográfico, o que quer dizer que nunca se sabe quando se terá outra chuva nem em que área ela cairá. Porém, apesar disso, ainda para esse autor, as quantidades de água que caem do céu, através das chuvas, podem ser captadas pelos telhados das residências e são suficientes para abastecer os moradores com água potável nos meses sem precipitação, por isso é urgente conhecer e estudar o SAB e suas principais características. Na verdade, segundo ele, a carência de água não decorre das poucas chuvas, mas de fatores como a evaporação, o tipo de solo, assim como a geologia de armazenamento da água no subsolo.

Um hectare de terra, um quadrado de cem metros por cem metros, recebe na precipitação média já mencionada de 505 milímetros, mais de 5 milhões de litros de água por ano. Numa casa de 80 metros quadrados caem 40.400 litros, e numa casinha de 40 metros quadrados ainda se acumulam mais de 20 metros quadrados ou 20.000 litros, mais do que o suficiente para abastecer os moradores com água potável (...) O semiárido está localizado perto do equador, com altas temperaturas durante o ano todo, ventos fortes e baixa umidade do ar, tudo isso contribuiu para uma evaporação potencial de aproximadamente 3.000 milímetros por ano (...) O solo subsolo cristalino como granito ou gnaisse, essa rocha maciça não possui poros por onde a água possa acumular (SHISTECK, 2013, p. 58).

Carvalho (2007) analisa que, de acordo com a história, no Brasil, o planejamento e gestão territorial desenvolvidos e focados no Nordeste/Semiárido teve como princípio fundador a técnica economicista e a política do espaço geográfico, onde o território era a base para a conquista e instrumento de poder do Estado. Para essa autora, portanto, existe, no mundo das ideias e dos discursos, um processo pensado, minuciosamente, para garantir uma mobilização simbólica que revela uma visão de mundo capaz de ser materializada, construindo as representações sociais por determinado grupo da sociedade voltadas para a compreensão de um Semiárido inviável.

Nesse sentido, precisamos recordar que as representações sociais são uma construção do sujeito sobre o objeto e não sua reprodução, essa (re)construção se dá a partir de informações que ele recebe de e sobre um objeto (SANTOS, 2005). Dessa maneira, imaginar que, a “Convivência com o Semiárido” é uma representação social em plena construção, implica em reconhecer que sobre essa proposta ainda estão sendo difundidas informações estratégicas que a associam a

uma percepção positiva do SAB. Uma ação que encontrou na comunicação, assim como na educação, dois fortes pilares para seu suporte, uma vez que ambas

Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. Deste ponto de vista, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdo. Modalidade de pensamento que tem sua especificidade em seu caráter social (JODELET, 2011, p.05).

Assim, além de abordar uma outra forma de relação homem e meio ambiente, a CSB também está diretamente entrelaçada a temas relevantes como educação, sustentabilidade e a políticas públicas de acesso a água e a terra. Martins (2006) defende que é, no Sudeste urbano, onde, atualmente, se concentra a indústria editorial e midiática, que se produz e distribui uma narrativa hegemônica dos diversos tipos de “brasis” e seus enunciados. Os conteúdos produzidos, nesses lugares, tornam a educação descontextualizada, colonizadora, ao se dirigir, hegemonicamente, de uma determinada realidade e produzir efeitos em outras.

Não é de surpreender, portanto, que a lógica da “Convivência com o Semiárido” apresente uma predileção pelos espaços em que se promove a educação, formais e nãoformais, como o IRPAA, que vão além das escolas. Essa inovação é denominada como Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB), que assume um caráter político de transformação social, aportada na estima a promoção do conhecer melhor a sua realidade social, ambiental, cultural, política e econômica (NERI, 2011).

A educação para a Convivência ou Educação Contextualizada no Semiárido é uma proposta inovadora que tem como base o diálogo e a problematização da realidade, integrando o conhecimento local ao glocal. Uma educação voltada para ação reflexiva, coletiva em que seu conteúdo está para além dos livros didáticos e da transmissão de conhecimentos de somente caráter informativo (NERI, 2011, p.15).

A Educação Contextualizada, enquanto proposta pedagógica, como já afirmamos, reflete sobre a importância da valorização de conhecimentos diversos, que vão além da sala de aula enquanto espaço físico. Essa proposta não desconsidera ou realiza a negação do saber escolar, nem tão pouco defende sua extinção, porém entende que “os conteúdos trabalhados na escola precisam fazer sentido na vida dos educandos, estabelecer uma relação entre teoria e prática” (NERI, 2011, p. 16). Em outras palavras,

A ECSAB manifesta-se em contraposição a todo processo educacional e práticas educativas que, salvo as exceções, vêm acontecendo nesta região, pautando-se em um currículo colonialista/descontextualizado, em modelos de gestão autoritária, que desvalorizam os/as educadores/as através da precarização do magistério, não investindo a contento, na formação dos profissionais da educação e nas condições materiais de trabalho, fundamentais na arte de educar, espaço em que muitas vezes há uma preocupação mais com a tentativa de responder aos indicadores governamentais do que a real aprendizagem dos sujeitos que frequentam a escola. Assim, descolonizar o currículo e contextualizá-lo nas questões reais do mundo em que a escola está inserida e nas questões presentes na contemporaneidade pode ser um dos caminhos a serem trilhados pela ECSAB na construção de uma educação escolar que tenha sentido e significado na vida das pessoas (REIS, 2018, p.205).

Para consolidar um modelo de Semiárido fincado nos objetivos citados, que buscam ressaltar as potencialidades da região, será necessário promover uma intensa mudança de mentalidade de toda a sociedade, pois é preciso alterar as ideias basilares que sustentam a estrutura do desenvolvimentismo e da negação dos valores, para, posteriormente, superar a “aridez mental”, provocada, principalmente, pelo desconhecimento (SILVA, 2010). Esse pensamento resume um pouco do desafio enfrentado pela proposta da Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido ao buscar se consolidar como modelo educacional.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nossa investigação analisou as principais representações sociais sobre o Semiárido Brasileiro presentes nos materiais educacionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Seu foco estava direcionado para as representações sociais, assim como para os conceitos e paradigmas relacionados à perspectiva da “Convivência com o Semiárido” que foi desenvolvida no início dos anos 2000, por entidades da sociedade civil organizada e instituições públicas governamentais e não governamentais, como o próprio IRPAA, sinaliza a necessidade de legitimar uma nova territorialidade no Semiárido Brasileiro, referenciando a diversidade de realidade dessa região e uma lógica diferenciada da ideia de “Combate à Seca”, conforme já delineamos nos capítulos anteriores.

Carvalho (2004) assinala que essa perspectiva visa apresentar uma nova dinâmica social, cultural e educativa, baseada, dessa vez, nas formas de viver, produzir e planejar, nesse espaço, que trazem à tona conceitos de desenvolvimento integrado e sustentável construídos e reconfigurados por associações de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, e outras populações, que detinham tecnologias sociais próprias de lidar com as diversidades climáticas do SAB. Assim, podemos afirmar que a proposta de CSA prioriza o lugar dos sujeitos e das imagens produzidas sobre esse ambiente, revisando o envolvimento e a participação popular na criação ou valorização de relações sociais baseadas na cooperação, solidariedade e gestão participativa. Seu principal paradigma, ainda em construção, expõe como aspectos a percepção da complexidade, informando o conhecimento da realidade; a busca do equilíbrio entre meio ambiente e produção de riquezas; a satisfação das necessidades e renovação das aspirações humanas como finalidade do desenvolvimento (SILVA, 2014).

Percebemos, portanto, que a proposta de uma convivência com a região semiárida anuncia, em seu discurso, outra relação com a natureza, com seus moradores, que exige reflexões alternativas à compreensão de desenvolvimento preponderante. Em síntese, ela necessita de outras interpretações sociais, que valorizam e destacam concepções, valores e proposições baseadas em uma percepção mais humana, reconfigurando perspectivas discursivas sobre o Nordeste

e modificando ações políticas e dinâmicas de produção de conhecimento sobre essa região.

A perspectiva da convivência requer e implica um processo cultural, de educação, de uma nova aprendizagem sobre o meio ambiente, dos seus limites e potencialidades. Requer a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Ou seja, a convivência envolve a percepção da complexidade e requer uma abordagem sistêmica do semi-árido brasileiro possibilitando a compreensão das dimensões geofísica, social, econômica, política e cultural (SILVA, 2014, p. 12).

A Convivência, assim como a perspectiva do Bem Viver, defendida pelo escritor equatoriano Alberto Acosta (2016), convida a sociedade a repensar a lógica do desenvolvimento e da busca pela qualidade de vida. São perspectivas que visam pensar além daquilo que é prontamente apresentado pelos massivos agentes comunicacionais e sugere relações mais dignas entre homem e a natureza. Ainda segundo esse último autor, o Bem Viver é uma relação capaz de privilegiar valores ao invés de metas desenvolvimentistas incapazes de serem alcançadas e quando alcançadas não refletem nem o bem, nem o justo, muito menos o necessário.

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, p.33).

Diante desse desafio, nossa investigação exibiu um caráter predominantemente qualitativo, pela necessidade das suas atividades apontarem para a análise e interpretação de informações de maneira mais aprofundada e adequada ao contexto em que foram produzidas. O uso da pesquisa qualitativa ocorreu por ela possuir características que permitiram flexibilidade, evitando números e lidando com interpretações das realidades sociais. Este tipo de abordagem ainda se caracteriza como o primeiro passo para entender um fenômeno em construção (BAUER, GOSKELL, ALLUN, 2015).

A opção por uma abordagem qualitativa das informações, contudo, não significou que foram desconsiderados as contribuições dos estudos quantitativos. Para as pesquisas, esse dualismo desnecessário e já superado não

acrescentaria valor ao nosso trabalho, além disso, é necessário reconhecer que muitos esforços foram despendidos na tentativa de justapor pesquisa quantitativa e qualitativa como paradigmas competitivos de pesquisa social, uma polêmica estéril, pois não há análise estatística sem interpretação (BAUER, GOSKELL, ALLUN, 2015).

Considerando a complementariedade de ambas as abordagens, no caso específico de nossa pesquisa, a aplicação de um enfoque predominantemente qualitativo permitiu a compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados na relevância do aspecto subjetivo (HAGUETTE, 1990). Assim, foi possível identificar, nos materiais educomunicativos do IRPAA, a existência de representações sociais sobre o Nordeste na perspectiva da Convivência e tal abordagem perpassou por interpretações e análises que acolheram as subjetividades existentes no tema. Ainda com base nos seus objetivos, nosso exame apresentou um perfil exploratório para sua realização. Conforme a própria definição do termo, explorar significa descobrir, buscar, procurar ou, em outras palavras,

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p 41).

Para além do perfil qualitativo e exploratório, a realização de nosso estudo utilizou como metodologia a Análise de Conteúdo (AC). Por isso, acompanharemos, a seguir, o movimento experimentado pela evolução histórica dessa metodologia científica que, atualmente, também se permite ser menos quantitativa.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO E SUAS ETAPAS

Em sua história enquanto metodologia, a Análise de Conteúdo (AC) se reinventou por meio da inserção de elementos de análise qualitativos ao perceber que seria possível avançar em abordagens menos estatísticas ou voltadas para a frequência numérica. Assim, ultimamente, ela se permite ser mais analítica, focada

no significado do material analisado, na presença e até mesmo na ausência de determinadas características, ao longo do conteúdo trabalhado. Por isso, hoje, as características híbridas da análise de conteúdo permitem que ela seja vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos, como explica HeloizaHerscovitz (2007):

A tendência atual da Análise de Conteúdo desfavorece a dicotomia entre quantitativo e qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido (HERSCOVITZ, 2007, p. 126).

Com relação a AC, segundo a compreensão da pesquisadora Laurence Bardin (2007), uma das autoras de referência no tema, esse método pode ser compreendido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Pertence, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas que embora parciais são complementares (BARDIN, 2007, p.37).

Dessa maneira, nossa investigação utilizou como estratégia metodológica a análise de conteúdo destinada à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa (FONSECA JUNIOR, 2005). Esse tipo de apreciação permitiu compreender melhor o objeto de estudo proposto, pois examinar a existência das principais representações sociais sobre a “Convivência com o Semiárido” necessitou de uma metodologia científica adaptável e ampla, que fosse capaz de se ocupar, basicamente, com o exercício de observação de mensagens explicitadas diretamente ou não nos materiais educacionais do IRPAA.

É um método que recolhe e analisa texto, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente listadas, mutualmente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p.127).

Seguindo a compreensão e técnicas propostas por Bardin (2007), precisamos obedecer ao rigor necessário dos estudos científicos, através da organização das atividades em três grandes fases ou etapas necessárias aos estudos que utilizam a análise de conteúdo enquanto metodologia. A primeira, denominada pré-análise, uma segunda etapa, identificada como exploração do material e a terceira, que consistiu no tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados.

4.1.1 Pré-análise: Os primeiros passos da jornada

A primeira etapa, ou pré-análise, consistiu no primitivo contato com alguns materiais impressos do IRPAA, análise do referencial teórico sobre as representações sociais, o Nordeste e a “Convivência com o Semiárido”, passando pela (re)formulação do problema e dos objetivos propostos. Tais materiais formaram o *corpus* da pesquisa e, de forma objetiva, podemos identifica-los como os livros e materiais educacionais, produzidos pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

Ressaltamos que, nos trinta anos de existência do Instituto, seus colaboradores produziram diversos objetos e práticas, sempre voltados para a experiência educacional, que, após submetidos a uma apreciação inicial, apresentaram as informações pretendidas em nosso trabalho. No primeiro momento, foram consideradas algumas regras básicas para a seleção e definição do material necessário para a pesquisa, pois a constituição do *corpus* implicou em escolhas, seleções e regras úteis para o melhor andamento das atividades.

A primeira norma, segundo Bardin (2007), propõe respeito a pertinência. Por isso, inicialmente, foram selecionados dezesseis livros, doze cartilhas, dois relatórios

de atividades, uma revista em quadrinhos, dois jogos e 114 cartazes de pano, todos produzidos pelo Instituto, dotados de conteúdos diversos relacionados à “Convivência com o Semiárido” e com temáticas adequadas a nosso estudo, como manejo, captação e armazenagem de água etc. Não foram objeto de seleção, portanto, as diversas publicações que, mesmo sendo financiada ou idealizada por essa organização, não foram por ela produzidas. Aqui se faz necessário esclarecermos ainda que o IRPAA, como participante de diversas redes e grupos solidários, por vezes, contribui com seus parceiros nas produções intelectuais, seja através de intermediação para alcançar financiamento ou na própria construção de materiais, nesse sentido, não permaneceram no *corpus* também publicações que não foram diretamente executadas pelo Instituto.

Depois, buscamos atender a regra da homogeneidade, observando se os documentos retidos obedeceram a critérios precisos de escolha e não apresentaram demasiada singularidade fora desses critérios. Sendo assim, não foram selecionados materiais em formatos diversos ou com conteúdos destoantes, excluindo, para fins de apreciação, jogos educativos em CD-ROM, relatórios em mídias eletrônicas, vídeos, documentários, CDS de áudios com programas de rádio, boletins informativos, entre outros materiais. Permaneceram disponíveis para análise, portanto, apenas as publicações em formatos impressos, como cartilhas, livros, revista em quadrinhos e jogos de tabuleiro. Além disso, também foram eliminados folders, cartazes ou informativos, pois o Instituto não dispõe de organização em seu acervo para que fossem coletadas uma quantidade segura de amostras desse tipo de produção.

Em seguida, examinamos a representatividade dos materiais e foram selecionados itens para compor a amostra do conteúdo, permanecendo então três cartilhas, três livros, dois jogos e seis cartazes de pano. Considerando que uma amostra deve representar todo o conteúdo disponível para análise (BARDIN, 2007), os materiais selecionados obedeceram a critérios de representatividade propostos por essa autora, pois, apesar de não ser possível alcançar toda a diversidade de conteúdo já produzido, os escolhidos resumem uma boa amostra daquilo que se pretende compreender.

Por fim, para atendermos a regra da exaustividade desta pesquisa consideramos que, uma vez definido o assunto do trabalho, todos os elementos selecionados foram submetidos à apreciação: os livros “Umbuzeiro: Produzindo

renda no Semiárido brasileiro- Módulo I”, “Terra para Viver-Volume 2”, “Em cada saber um jeito de ser-Educação de Jovens e Adultos no Semi-árido brasileiro”; as cartilhas “A busca da água no Sertão”, “Manejo Sustentável da Caatinga”, “Comunicação para a Convivência com o Semiárido”; a história em quadrinhos “Pingo- O defensor das águas”; o jogo de tabuleiro “ A trilha da água“ e o jogo “A gota d’ água nos ensina “, além das imagens contidas em seis cartazes de pano.

Ainda foram incluídas as atividades de seleção dos materiais submetidos à análise documental, que muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funcionou como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos.

A análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base na investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como entrevista e o questionário (MOREIRA, 2005, p.270).

Conseguimos, dessa maneira, introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2005, p.270). O foco da análise permaneceu, principalmente, nos documentos oficiais da fundação do Instituto, principalmente, naqueles relacionados à historicização do IRPAA e da própria “Convivência com o Semiárido”.

4.1.2 Análise Temática do Conteúdo

Ainda dentro do universo de possibilidades disponíveis para a análise, utilizamos na realização deste trabalho, a classificação em temas ou categorias que auxiliaram a compreensão do que está por trás dos conteúdos presentes nos materiais educacionais do IRPAA. Esse tipo de análise, conhecida por categorial ou temática, funcionou por operações de divisão do texto em categorias, segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na

condição de poder ser aplicada a discursos diretos e simples (BARDIN, 2007). Além disso, a codificação por tema é a mais comum em análise de conteúdo e, em geral, produz resultados positivos. A proposta foi utilizarmos a AC, para, inicialmente, identificar se havia ou não outros formatos de representações sociais sobre o Nordeste na proposta da Convivência. As representações foram separadas por categorias que permitiram estudá-las e compreendê-las, através dos temas. Como referência inicial ao estudo, partimos da divisão realizada pelo próprio Instituto.

Internamente, o IRPAA está organizado em grupos de trabalho, tais grupos são conhecidos como “eixos”, que funcionam como norteadores das atividades da instituição. Ultimamente, em decorrência de sua atual configuração, os colaboradores do Instituto estão organizados em apenas três eixos: Terra; Clima e Água; e Comunicação e Educação. Porém, em momentos diversos, essa configuração apresentava outro formato, como em 2010, quando os eixos eram Terra, Clima e Água, Produção, Educação, Comunicação e Transversais, sendo que esse último abarcava diversos outros temas secundários, como juventude, gênero, políticas públicas, entre outros.

A divisão das atividades em grupos temáticos funciona como um estímulo para abordagem dos conteúdos mais relevantes, aqueles considerados os norteadores dos trabalhos institucionais. Os temas denominadores dos eixos compõem os discursos de atuação do IRPAA e por eles perpassam diversos outros, também dignos de nossa investigação e que foram observados, oportunamente, no decorrer da análise. Dessa maneira, considerando que tanto os eixos atuais, assim como os anteriores, apresentam relevante contribuição para nosso trabalho, seus temas foram utilizados como as categorias iniciais das análises temáticas, pois por eles perpassam diversos conteúdos que são continuamente abordados pelo IRPAA, de forma individualizada ou contextualizada a “Convivência com o Semiárido”. Na verdade, eles compõem um arcabouço que forma o próprio discurso da “Convivência com o Semiárido” trabalhado por essa organização.

Os eixos temáticos, além dos temas citados, funcionaram como referência inicial do trabalho ainda na primeira fase das atividades, portanto, servindo como índices ou até mesmo indicadores dos demais temas desvelados, durante a nossa pesquisa. Os índices, como explica Bardin (2007), podem ser a menção explícita de um tema numa mensagem, se parte do princípio de que esse tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais frequentemente é repetido. Assim,

ponderamos que tais temas correspondem aos índices que foram trabalhados dentro da análise de conteúdo.

Ainda considerando a primeira fase de nosso estudo, outro procedimento adotado na coleta de dados foi à entrevista em profundidade, técnica qualitativa que explora um assunto a partir de busca de informações, percepções e experiências de informantes, para analisá-las de forma estruturada (DUARTE, 2005). Nesse sentido, a entrevista semiaberta se configurou como a mais adequada aos nossos objetivos por permitir, por meio de um roteiro previamente definido pelas questões-chave, tanto a fluidez da entrevista quanto a manutenção no foco daquilo que se considera ser importante, inclusive por permitir introduzir alguma flexibilidade, abarcando algumas outras perguntas (SCHOSTAK e BARBOUR, 2015).

Mais do que uma técnica de coleta de informações interativa baseada na consulta direta e informante, a entrevista em profundidade pode ser um rico processo de aprendizagem, em que a experiência, visão de mundo e perspicácia do entrevistador afloram e colocam-se à disposição das reflexões, conhecimento e percepções do entrevistado (...) Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2005, p.81).

Ressaltamos que as perguntas permitem explorar um assunto, analisar, discutir e fazer prospectivas, identificar problemas, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, bem como caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (DUARTE, 2005). Para realização das entrevistas, na escolha das fontes, priorizamos poucos informantes, considerando como recurso de inclusão o próprio perfil qualitativo da investigação, sendo necessário acessar apenas pessoas que, realmente, contribuíssem para ajudar a responder aos objetivos propostos. Assim, foram definidos como critérios de inclusão e perfis adequados a desempenhar o papel de fonte da pesquisa: ser membro fundador do IRPAA; ser trabalhador nessa instituição, que desenvolva atividades relacionadas à difusão da proposta da “Convivência com o Semiárido”, por meio de materiais educacionais; e/ou ser um pesquisador sobre o tema.

Dessa maneira, os perfis selecionados, de forma qualitativa e intencional, apresentaram personagens com conhecimento do tema ou representatividade subjetiva, pois corresponderam a pessoas que auxiliaram no desenvolvimento da

perspectiva da “Convivência com o Semiárido”, sendo dois especialistas; pesquisador, acadêmico, pessoa de grande experiência, conhecedora do assunto, mas não necessariamente envolvida diretamente com o problema da pesquisa, como o professor doutor Edmerson dos Santos Reis e a professora mestra Erica Daiane da Costa Silva. Dois Informantes chave, fundadores do Instituto, que são pessoas envolvidas profunda e diretamente ao problema pesquisado, sendo os escolhidos o agrônomo Haroldo Shistek e o pedagogo José Moacir dos Santos, assim como dois informantes padrão ou colaboradores /funcionários, representados por Cícero Felix e Gisele Ferreira Ramos. Assim, foi composto um grupo de pessoas que estão envolvidas diretamente com o tema da pesquisa, totalizando seis entrevistados (DUARTE, 2005).

A realização das entrevistas buscou atender algumas necessidades da pesquisa, como por exemplo, a coleta de informações que auxiliassem na construção da historicização do Instituto, um dos objetivos específicos deste trabalho. Outro ponto alcançado com as entrevistas foi a ampliação do entendimento sobre alguns conceitos da “Convivência com o Semiárido” presentes nos materiais educacionais, como a compreensão a respeito da função crítica da comunicação nas ações do IRPAA junto as comunidades rurais. Evidenciamos, portanto, que os dados apreendidos por meio das entrevistas não foram obtidos tendo como objetivo a realização da análise das representações sociais existentes em seu conteúdo, mas como fonte de informações para subsidiar a construção de outras especificidades do nosso trabalho de investigação. Por isso, encontramos trechos desses diálogos, em todo o trabalho, laborando como um arcabouço de conhecimento para a realização da pesquisa.

Em decorrência do período pandêmico ocasionado pela COVID-19, iniciado em março de 2020, foram realizadas algumas adaptações para a realização das entrevistas. Diante do risco de contágio da doença, as entrevistas presenciais foram substituídas por entrevistas virtuais, realizadas via aplicativo SKYPE, software que permite comunicação de voz e vídeo, de forma gratuita e em tempo real, seguindo as direções descritas no documento “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, divulgado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Ofício circular n. 02/2021/CONEP/SECNS/MS.

Por serem semiabertas, as entrevistas fluíram por meio de temas, dentro do ritmo do entrevistado, o que permitiu o aprofundamento de dúvidas e até mesmo a ampliação dos assuntos abordados com novos questionamentos, porém, que obedeceram a uma matriz ou tópicos guias, recurso utilizado com o objetivo de evitar fugas da questão proposta (DUARTE, 2005). A lista das perguntas foi formulada dentro do objetivo da pesquisa e de acordo com a categoria de cada entrevistado selecionado e buscou tratar da amplitude do tema, de forma mais aberta possível, conforme pode ser verificado no “Roteiro Prévio das Entrevistas”, disponível no ApêndiceA desta dissertação, onde também está disponibilizado o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado aos entrevistados.

As questões guias interrogaram a história do Instituto: “Como surgiu o IRPAA?”; “Como foram os primeiros anos e quais os principais momentos vivenciados na história do Instituto?”. Buscaram compreender ainda um pouco sobre a “Convivência com o Semiárido”: “Para o IRPAA, o que é a Convivência com o Semiárido?”; “Quais os desafios enfrentados pela proposta?”; “Qual o saldo deixado nos últimos anos e o que se espera para o futuro?”. Versaram também sobre a educomunicação: “Qual o papel da educomunicação no projeto do IRPAA?”, assim como sobre representações sociais: “Quais as principais representações sobre o Semiárido que o IRPAA está preocupado em difundir?”.

A todos os participantes foi apresentado o TCLE, primeiro por *e-mail* individual, que explicava a natureza da pesquisa, uma média de tempo para a realização da entrevista e qual o aplicativo que seria utilizado. Nesse documento, estava explicitado que seriam respeitadas suas opiniões e todos os sigilos necessários e solicitados, inclusive a não divulgação dos nomes ou dados, caso assim desejassem (Apêndice B). No segundo momento, no início da gravação da entrevista por Skype, o TCLE foi lido por nós, sendo solicitado aos entrevistados que verbalizassem sua concordância ou não ao mesmo. Importante destacarmos ainda que esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, conforme consta no Anexo A.

As entrevistas, realizadas nos meses de março, abril e maio deste ano, demoraram, em média, uma hora e meia cada e os entrevistados se sentiram confortáveis para terem sua identidade revelada nesta dissertação. Cada um optou por dia e horário mais conveniente a sua rotina, sendo alguns horários dos

encontros virtuais matutinos e outros noturnos. Após todas as entrevistas, cumprimos a transcrição das respostas, ponderando se tinha havido mais benefícios e/ou riscos a nossa pesquisa.

Entre os riscos ocasionados com a realização da pesquisa figuraram a possibilidade de perda de diversos dados úteis diante da impossibilidade das entrevistas presenciais, especialmente, se considerarmos que parte do trabalho de coleta de dados foi realizado por meio de entrevistas *online*. Outro risco vislumbrado estava na parcialidade das informações prestadas, pois algumas fontes foram selecionadas entre a equipe de colaboradores da instituição e possuem uma percepção direcionada a defesa de proposições relacionadas à perspectiva da Convivência. Além disso, também foi considerado a possibilidade ter ocorrido a inibição das fontes selecionadas em decorrência do uso de equipamentos para registro das informações, como celulares, gravadores e notebooks ou pela simples ausência de contato pessoal entre entrevistadora e entrevistado.

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa contemplou ainda a realização de um resgate histórico da atuação do IRPAA em Juazeiro e no norte do Estado da Bahia. Esse estudo, além de contemplar um dos objetivos específicos da pesquisa, serviu para contextualizar a colaboração do Instituto na consolidação da proposta de “Convivência com o Semiárido”. Outro benefício de nossa pesquisa foi a contribuição acadêmica para difusão de informações capazes de reduzir e romper com o ciclo de permanência de estereótipos dentro da sociedade e dimensionar a importância da comunicação social para esse processo, pois os estudos com lucidez acadêmica desvendam perspectivas pouco visíveis ao senso comum.

4.1.2.1 Eixos Temáticos do IRPAA

Conforme já foi descrito, por nós, neste capítulo, o IRPAA possui uma equipe técnica de colaboradores que se organizam através de eixos e o seu perfil didático e pedagógico, ao longo de sua história, se transformou. Essa organização, que sempre abraçou os espaços não formais de educação, levando cursos a agricultoras e agricultores, assim como para os multiplicadores populares, percebeu a necessidade de ampliar sua atuação para o espaço de educação formal,

alcançando as escolas, investindo na formação dos professores. Assim, o IRPAA foi alcançando e fomentando outros espaços de discussão, colaborando com a construção de conhecimento e aplicação de vertentes da Educação Contextualizada, tema que pouco a pouco se tornou um dos marcos da história da organização, sendo reconhecido por diversas outras entidades com atuação semelhante, como a própria UNEB, além da RESAB.

A promoção da Educação Contextualizada é uma consequência do desenvolvimento de estratégias que visavam levar o conhecimento defendido ou produzido pelo IRPAA até seu público alvo - a população residente nas áreas rurais. Segundo Oliveira (2011), fazer a Educação para a Convivência ou Contextualizada é reconhecer a importância do cotidiano do educando e da sua comunidade, o que perpassa por assumir um caráter político de transformação social, de conhecer melhor a realidade social, ambiental, cultural, política e econômica das diversas comunidades que coabitam o Semiárido.

A educação para a Convivência ou Educação Contextualizada no Semiárido é uma proposta inovadora que tem como base o diálogo e a problematização da realidade, integrando o conhecimento local e global. Uma educação voltada para ação reflexiva, coletiva em que seu conteúdo está para além dos livros didáticos e da transmissão de conhecimentos de somente caráter informativo. Se traduz como processo de produção de saberes significativos a partir do saber ligado ao mundo vivido pelos educandos (OLIVEIRA, 2011, p.15).

Esse conhecimento, inspirado em valores defendidos por pensadores como Paulo Freire (1977), além da própria origem de bases eclesiais e comunitárias dos seus fundadores, resultaram na oferta de assistência técnica e extensão rural diferenciada aos agricultores e agricultoras de sequeiro. Desse modo, com o passar do tempo e a aproximação com a Universidade do Estado da Bahia, especificamente o Departamento de Ciências Humanas – Campus III (DCH III), o Instituto consolidou a defesa de propostas educacionais contextualizadas a região semiárida como uma plataforma de sua atuação.

Paulo Freire (1983) defendeu, através de suas obras, a educação enquanto ferramenta para a mudança social. Esse teórico entendia que o ato de educar não estava resumido a transferência de conhecimento do professor para seu aluno, sugerindo que o momento dedicado ao conhecimento se concretizava através da troca de saberes em um exercício de estímulo aos educandos, sendo necessário ter

sensibilidade para reconhecer que a educação não é simplesmente o repasse de informações.

Os professores que não fazem este esforço, porque simplesmente memorizam suas lições, necessariamente rejeitam a educação como uma situação gnosiológica, e assim não podem querer o diálogo comunicativo. Para eles, a educação é a transferência de “conhecimentos”; consiste em estendê-los aos educandos passivos, com o que impedem nestes últimos e nêles o desenvolvimento da postura ativa e co-participante, característica de quem conhece. Esta falsa concepção da educação, que se baseia no depósito de informes nos educandos, constitui, no fundo, um obstáculo à transformação; Por isto mesmo, é uma concepção anti-histórica da educação (FREIRE, 1983, p.54).

Concordando com Freire (1983), a proposta de Educação Contextualizada para Convivência apresenta como foco a conjuntura em que as escolas estão inseridas para aperfeiçoar o processo ensino e aprendizagem. Nesse contexto, três linhas de ação nortearam as ações desenvolvidas. A primeira é a formação continuada de agentes educativos, a segunda o currículo contextualizado e a terceira as políticas educacionais (LOPES, 2020, p.188).

Por consequência, ao abordar a Educação Contextualizada, o IRPAA defende a necessidade de uma formação contínua dos agentes educativos, contribuindo com a ampliação dos conhecimentos sobre o ambiente natural, social e cultural da região, bem como das diretrizes, conteúdos, metodologias e materiais didáticos. Propõe ainda a mudança dos currículos descontextualizados da necessidade dos educandos e educadores, que erroneamente promovem conhecimentos desarticulados a realidade local, assim como defende a participação popular na definição das políticas educacionais, fomentando a sensibilização da sociedade civil e poder público sobre a necessidade de promoção da Educação Contextualizada (IRPAA, 2010).

Com relação à comunicação, o IRPAA trabalha o tema por meio de uma perspectiva sociopolítica, que defende a democratização da mídia e o acesso popular aos meios. A comunicação é percebida também como um instrumento de mobilização social que deve ser acessada pelos diversos grupos sociais e diversificada para evitar o monopólio da mídia.

Entender a comunicação como um direito humano é o princípio para compreender a necessidade de democratizar a comunicação, um

elemento chave para alcançar a democracia de uma sociedade. No entanto, por mais natural que pareça, comunicar-se ficou reservado ao ato individual entre seres, no máximo, entre grupos. Fica claro para os povos, ao buscarem transmitir informações para um maior número de pessoas, que esse é um privilégio dos grandes grupos de mídia (IRPAA, 2019, p. 08).

Seguindo esse ponto de vista, a comunicação é validada como necessária para difusão da proposta da Convivência, assim como uma aliada poderosa para a desconstrução dos antigos paradigmas relacionados a ideia de “Combate à seca”. Para isso, há, dentro do IRPAA, a apropriação, cada vez mais evidente, de estratégias comunicativas, a exemplo da divulgação contínua de suas propostas junto aos meios de comunicação; a aproximação com os profissionais que atuam no jornalismo empresarial ou na comunicação alternativa; a capacitação de futuros profissionais de jornalismo que ainda estão nas universidades; e a utilização de rádios comunitárias e comerciais para difundir seus programas.

Essas estratégias, associadas à participação em diversos fóruns e grupos de debates fomentam a democratização das mídias e consolidam a comunicação como um pilar da própria perspectiva da Convivência. Para além da comunicação social, voltada para os movimentos sociais, o Instituto percebeu que sua atuação apresentava uma forte aliança entre a educação e a comunicação, duas áreas de conhecimento que, quando reunidas adequadamente, formam a educomunicação, que é um campo de formação de cidadãos e cidadãs, por meio da apropriação de linguagens educativas e instrumentos de Comunicação. Para intervir na realidade, a educomunicação promove mudanças como a conquista de autonomia das pessoas e organizações sociais, fortalecimento de identidades, reivindicação de direitos básicos, desconstrução de preconceitos, através da participação crítica e ativa das pessoas (IRPAA, 2019).

Seguindo essa compreensão, a pesquisadora Érica Daiane Costa (2021), em entrevista para esta dissertação, esclareceu que a educomunicação está intrinsecamente relacionada à Convivência. Para ela, por essência, a educomunicação consegue reunir os conceitos herdados da educação popular fomentada por Paulo Freire, como a prática libertadora e o olhar voltado para o potencial dos sujeitos no contexto onde eles estão inseridos, com a comunicação crítica, que tem como plano de fundo o direito humano. Assim, “O plano de fundo é o direito humano, em que as pessoas, independente de terem uma formação

acadêmica em comunicação, também podem produzir informação, serem receptoras críticas e produtoras de informação” (COSTA, 2021).

A autossustentabilidade, geração de renda e a perspectiva econômica da proposta da Convivência são os principais temas abordados no eixo da Produção, que atua identificando os potenciais de geração de renda e a capacidade produtiva das comunidades atendidas pelos projetos desenvolvidos pelo IRPAA, através de estratégias simples como o beneficiamento de frutas nativas da caatinga, comercialização de produtos produzidos pelos agricultores, criação de animais, produção de alimentos e organização de políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar. Esse eixo trabalha dentro dos ideais da economia solidária, do fomento ao cooperativismo, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar.

Nesse contexto, o IRPAA vem participando dos debates e reflexões sobre quais rumos se devem tomar para a concepção, gestão e implementação de políticas públicas que busquem fomentar um desenvolvimento rural sustentável. As demandas construídas nesses espaços buscaram sempre a negociação e implementação de programas e projetos que possam resultar num efetivo fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, garantindo a permanência das famílias no campo, com boas condições de vida. Precisamos de mais vontade política, de estruturas de governo adequadas, liderança nas ações e, o mais importante, entusiasmo e compromisso pelo campo (IRPAA, 2019, s/p).

Assim, o Instituto defende a necessidade de desenvolver uma cultura de administração sustentável da pequena propriedade rural do Semiárido, difundindo que uma propriedade rural, para ser sustentável nessa região, precisa ter quatro linhas de produção: 1) pecuária; 2) agricultura irrigada ou de sequeiro com culturas perenes ou anuais; 3) beneficiamento; e 4) comercialização. Com essas quatro linhas produtivas, a família conseguiria alcançar maior segurança e possibilidade de renda, pois se uma atividade não produzir bem, as outras podem assegurar uma renda para as famílias (IRPAA, 2010).

Com relação ao eixo Água, no Instituto, as discussões e as proposições permeiam a necessidade de garantir esse recurso ambiental para as populações das regiões de sequeiro, através da captação e armazenamento das águas da chuva e de outras formas alternativas à irrigação. Assim como as demais instituições que atuam na Convivência, o IRPAA ajudou a construir e compõe a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), uma rede que conecta pessoas organizadas em

entidades que atuam em todo o Semiárido, defendendo os direitos dos povos e comunidades da região.

As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns nos dez estados que compõem o Semiárido Brasileiro (ASA, 2020, s/p). Entre as grandes realizações da ASA, no país, estão a defesa das políticas públicas de acesso a água, assim como a execução de projetos voltados para captação e manejo desse bem natural no Semiárido Brasileiro, como o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido: um Milhão de Cisternas Rurais ou P1MC (BAPTISTA, 2013).

Por sua vez, o eixo Terra, aborda temas relacionados à propriedade e a necessidade de reforma agrária no Brasil. Ele discute a concentração histórica das propriedades rurais brasileiras e defende que a distribuição dessas terras traria mais dignidade à população.

O Brasil possui uma extensão territorial de 850 milhões de hectares, mas metade desta área, cerca de 400 milhões, está nas mãos de latifundiários. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1% dos supostos proprietários possuem 46% de todas as terras. Olhando esses dados é fácil entender porque tanta miséria num país considerado rico, onde quase 54 milhões de pessoas passam fome, vivendo com menos de R\$ 150,00 por mês. E o mais lamentável é que mais de 6 milhões de pessoas não têm um pedaço de terra para produzir (IRPAA, 2019, s/p).

Além dos eixos citados, aqui se faz necessário registrar outros temas que perpassam pelas propostas difundidas pelo IRPAA, como a questão da caatinga, que atende as discussões relacionadas a preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, refletindo sobre o valor desse bioma, “mata-branca”, do tupi guarani -caa (mata) e tinga (branca), defendida como rica em bens naturais e único bioma exclusivamente brasileiro. Atualmente, esse tema aparece com bastante expressividade através de ações denominadas de Recaatingamento, que é voltado para a preservação da caatinga, através da ótica da “Convivência com o Semiárido”, principalmente, por meio de conservação e introdução de plantas nativas, muitas delas cultivadas em viveiros. Para o IRPAA, “recaatingar” significa uma mudança de visão sobre como conviver com a caatinga e esse próprio termo foi criado para promover a reflexão sobre o manejo desse bioma.

Os fundos e fechos de pasto, por sua vez, consistem em locais formados por terras utilizados por toda a comunidade, de caráter públicas e que são utilizadas para a circulação e alimentação de animais ou para o extrativismo. Tais terras estão definidas e caracterizadas na legislação baiana, através da Lei 12.910/2013, que trata da regularização fundiária das terras públicas, estaduais, rurais e devolutas. O IRPAA atua na mobilização e defesa da preservação dos fundos de pasto por compreender que esses espaços constituem um sistema de uso coletivo de terras, por comunidades que representa o jeito de se viver na região.

Trata-se de uma formação social - é a raiz do povo, uma cultura sertaneja, onde um grupo de pessoas tem uma história e um destino comum e se ajudam no dia a dia. Essa forma de vida vem dos povos indígenas, das famílias sertanejas e tem uma relação direta com a terra da vida e do trabalho. A utilização dá-se na forma de Agrosilvopastoril e é de fundamental importância para milhares de famílias rurais, que têm como principal atividade econômica o pastoreio extensivo e/ou o semiextensivo de animais de pequeno e médio porte, como caprinos e ovinos de raça definida, além do extrativismo de frutas nativas e de pequenos roçados com base na agricultura de subsistência. Deste modo, nos Fundos de Pasto, as terras são de uso comum, sem cercas, deixando os animais livres para buscar comida e água em grandes distâncias, o que mostra que o uso da terra é feito de forma coletiva (IRPAA, 2010, p.33).

De forma simplificada, os fundos de pasto são áreas, em uma comunidade rural, que estão disponíveis para que os animais criados pelas famílias residentes no local possam circular em busca de alimento ou para que pessoas da comunidade extraiam frutas, lenha, plantas, entre outros. Essas áreas de uso comum são tradicionais nas regiões de sequeiro, principalmente, onde há pequenas comunidades rurais em que muitos dos moradores pertencem à mesma família.

Esses locais de uso comum, sem proprietários, são compartilhados de forma solidária por toda comunidade que compreende a essência de bem coletivo. Por isso, é importante destacarmos que o fundo de pasto, enquanto forma de criação extensiva de animais e a casa enquanto propriedade, espaço terra, vinculado a uma cisterna, remetem ao local de se viver bem ou melhor, apresentando perspectivas semelhantes a proposta de Bem Viver, assim definida por Acosta (2016):

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem

Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, p.33).

Pensamento semelhante foi descrito por Silva (2016), que questiona os valores relacionados aos ideais de desenvolvimento na sociedade brasileira e articula seu raciocínio na defesa de que a humanidade necessita de alternativas as ideias distorcidas de progresso e crescimento, que atendem unicamente a modelos econômicos, vinculados ao capitalismo e não ao bem estar dos povos.

Se queremos um Semiárido feliz com modos de vida sustentáveis, os movimentos e organizações sociais do SAB serão a principal fonte da institucionalidade na qual a solidariedade emerge da interdependência entre todas as formas e modos de vida humana e não humana, promovendo democracia participativa, deliberativa e comunitária (SILVA, 2016, p.21).

Para Silva (2016), os valores relacionados aos ideais de desenvolvimento presentes no Semiárido, no Brasil e no mundo, estão configurados nos processos de colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, conforme já discorremos nesta dissertação. Para ele, além de questionar os valores relacionados aos ideais de desenvolvimento, é necessário construir um Semiárido mais justo e viável. Essa preocupação justifica a recorrência de temas, como água, terra, comunicação, produção e meio ambiente, nos estudos relacionados a “Convivência com o Semiárido”, permitindo, inclusive, seu agrupamento em categorias a exemplo de: valores relacionados a natureza, onde estariam incluídos temas como a valorização da vegetação caatinga enquanto flora e o ciclo das chuvas e a necessidade de armazenamento da água através de diversas técnicas.

4.1.3 Codificação e Categorização: Segundo passo da Jornada

Superada a primeira fase ou pré-análise do trabalho, ainda segundo Bardin (2007), realizamos a segunda etapa de investigação que consistiu na codificação e categorização de todo o conteúdo. Esse passo constituiu exatamente a exploração de todo o material organizado, que foi submetido a uma análise temática, conforme

os eixos descritos e apresentados neste capítulo. Essa ação buscou identificar a existência de representações sociais sobre a “Convivência com o Semiárido” nos materiais educacionais do IRPAA e como essas representações atuam na sociedade.

Além das técnicas de análise de conteúdo, para a concretização desse exame, ainda precisamos acionar instrumentais sobre análise das imagens, considerando a presença de fotografias, pinturas, gravuras, imagens etc. em muitos materiais educacionais do IRPAA. Para Coutinho (2005), cada imagem que ilustra os produtos representa um recorte da sociedade ou de um fato, situação, portanto, pressupõe várias escolhas realizadas. Toda imagem, logo, comunica uma mensagem, e sua análise visa compreender as mensagens visuais como produtos comunicacionais. Nesse sentido, o ato de perceber imagens, a faculdade de percepção visual, seria um dos mais conhecidos modos de relação entre o homem e o mundo e a análise de imagem seria, portanto, uma espécie de faculdade natural de todo ser humano (COUTINHO, 2005). Contudo, transpor em palavras o contexto resumido em imagens é uma tarefa ambiciosa e cheia de complexidades.

Em reflexões sobre as narrativas existentes nas imagens, Alberto Manguel (2001) afirmou não saber se era possível a existência de um sistema de leitura de imagens similar ao que a sociedade desenvolveu com a escrita, reconhecendo que, apesar das leituras críticas acompanharem imagens desde o início dos tempos, as interpretações realizadas nunca copiaram, substituíram ou assimilaram a imagem, assim como é feito com a leitura textual.

Quando lemos imagens- de qualquer tipo, sejam pintadas, esculpidas, fotografadas, edificadas ou encenadas-, atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa. Ampliamos o que é limitado por uma moldura para um antes e um depois e, por meio da arte de narrar histórias (sejam de amor ou de ódio), conferimos à imagem imutável uma vida infinita e inesgotável (MANGUEL, 2001, p.27).

Apesar dessa dificuldade, esse exercício foi realizado com o intuito de promover e estimular reflexões acadêmicas sobre o tema, além de ampliar discussões teóricas capazes de promover análises diferentes daquelas estimuladas apenas através da leitura visual. A mudança de código, nesse caso, serviu como estímulo para novas abordagens e leituras, proporcionando outras discussões acerca dos materiais investigados. Foi possível percebermos, de antemão, nos

produtos educacionais do IRPAA, a utilização constante de desenhos rústicos, que ilustram comunidades de fundo de pasto, por exemplo, fotografias com a presença massiva de itens como a cisterna e paisagens rurais. Dessa maneira, as imagens analisadas constituíram não somente a realidade objetiva, mas, em uma forma de olhar, registrada pela ação humana em associação a processos técnicos, químicos, no caso desenhos e pinturas, que merecem uma atenta observação (COUTINHO, 2005).

Considerando que toda imagem comunica algo que pode ser interpretado, as imagens antes descritas foram abordadas, porém sob uma perspectiva interpretativa de seu conteúdo. De acordo com a pesquisadora Maria Emília Sardelich (2006), a leitura crítica da imagem pode ser reportada a uma pedagogia da imagem, uma forma de perceber e estudar criticamente as informações imagéticas, considerando que nela há mecanismos capazes de educar os sujeitos, através da exposição de determinados conteúdos. É nesse sentido que a produção de imagens como um mecanismo educativo está presente nas instâncias socioculturais, pois as imagens não cumprem apenas a função de informar ou ilustrar, mas também educar e produzir conhecimento (SARDELICH, 2006).

4.1.4 A Finalização do Percorso

A terceira e última etapa do nosso trabalho de pesquisa consistiu na sistematização das informações submetidas tanto pela análise de conteúdo, como análise de imagem e documental, ou seja, foi o momento do tratamento dos resultados obtidos e interpretação de todo o material. Nessa etapa, como esclarece Bardin (2007), após à disposição dos resultados significativos e fiéis, podemos então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Ressaltamos ainda que, durante todo o percurso metodológico, no entanto, ainda foi imprescindível, a realização contínua de pesquisa bibliográfica no intuito de identificar informações, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam, posteriormente, utilizados na redação de um trabalho

acadêmico (STUMPF, 2005). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica privilegiou, inicialmente, os referenciais teóricos apresentados em sala de aula nas disciplinas disponibilizadas pelo programa, pois, além de parte dos docentes do PPGESA comporem a construção teórica que envolve as políticas de “Convivência com o Semiárido” na vertente da Educação Contextualizada, há ainda, por parte dessa própria comunidade acadêmica, a valorização de autores e de saberes locais como um exercício prático do que é preconizado no ensino.

Nesse sentido, serviram como arcabouço de pesquisa as diversas publicações fomentadas pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, assim como pela RESAB, da qual a UNEB faz parte, livros teóricos sobre as metodologias utilizadas, dissertações apresentadas no próprio PPGESA, além de artigos e livros disponibilizados na internet. A pesquisa bibliográfica visou ainda identificar a presença dos estudos sobre Representações Sociais e a proposta de “Convivência com o Semiárido” nas produções acadêmicas brasileiras.

Para isso, efetuamos uma investigação sobre esses temas em produções científicas, através do *Google Acadêmico*, acessível através do endereço eletrônico <https://scholar.google.com.br>. Esse site é uma ferramenta de busca gratuita de produções acadêmicas como artigos, monografias, dissertações, teses, entre outros. Utilizamos os termos “Convivência com o Semiárido” e “Representações Sociais”, entre aspas e associados, e como forma de limitação do tempo foi delimitado o período dessas publicações a partir de 2015, para que os resultados apresentassem as mais recentes produções. O resultado desse primeiro filtro apresentou 60 resultados.

O material apresentado foi coletado, incluindo os resultados que apresentaram livros, pois eles também estavam disponíveis para a leitura online e, portanto, passível de análise. O restante do material, que estavam em formato *Portable Document Format* (PDF), foi obtido através de *download*. A análise dos textos coletados seguiu, primariamente, considerando uma primeira leitura dos títulos, os nomes dos autores e os resumos, que permitiram a imediata separação daqueles materiais que não estavam de acordo com a abordagem pretendida. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante direcionada a identificar entre os textos aqueles que, realmente, abordavam em suas análises a Teoria das Representações Sociais. Durante essa etapa, constatamos que muitos dos materiais utilizam esse

termo apenas como referência a lideranças de comunidades ou interpretações diversas a pretendida, sendo dispensados 19 textos. Após essa separação das informações, foi possível identificar que entre as 60 produções acadêmicas expostas no primeiro filtro junto ao *Google Acadêmico*, apenas cinco abordavam o tema da maneira pretendida para esta dissertação.

Essas produções foram o artigo “Conexões sobre redes seletivas de conteúdo na publicidade e a formação dos ambientes de ausência” (2017), a tese “As representações sociais da AIDS elaboradas por monitores de escolas famílias Agrícolas da Bahia” (2016), o artigo “A representação dos vaqueiros nas imagens produzidas pelo grupo Jornadas Fotográficas do Vale do São Francisco” (2019), a monografia “O campo é cheio de coisas bonitas, pássaros, borboletas, flores, e a cidade só tem humanos e coisas que o humano constrói: Representações Sociais de Campo, Cidade, Rural e Urbano de alunos e professores da Escola Municipal 13 de Maio, Upanema/RN” (2018) e a dissertação “Percepção de Agricultores do Agreste Brasileiro sobre os efeitos da cisterna calçadão em suas vidas”(2018).

Dessa maneira, entre as produções selecionadas dois são artigos, um é monografia, uma dissertação de mestrado e o outro uma tese de doutorado, o que demonstra uma significativa variedade de formatos dos estudos apresentados. Além disso, as produções pertencem a diversas áreas de conhecimento, pois, os artigos competem ao campo da comunicação social, sendo um vinculado a publicidade e propaganda e o outro a fotografia. A monografia, à educação; a tese aborda área de biociência e saúde e a dissertação, nutrição.

Sobre a proposta de “Convivência com o Semiárido”, as produções relacionadas a comunicação social apresenta uma abordagem menos aprofundada sobre o tema. Porém, considerando que as duas produções analisadas são artigos e que essas obras possuem limitações quanto ao espaço, não é possível afirmar que a comunicação está afastada de tais discussões. O enfoque mais profundo sobre a perspectiva da “Convivência com Semiárido” foi fruto de um trabalho sobre nutrição, uma dissertação de mestrado, com foco no uso das cisternas, um dos símbolos da proposta da Convivência, que trouxe o tema de forma detalhada. Com relação à Teoria das Representações Sociais, a dissertação sobre representações relacionadas a AIDS trouxe o tema de forma detalhada e abordou diversos autores que trataram sobre essa temática.

Com o objetivo de realizar a análise qualitativa dos textos selecionados, criamos a nuvem de palavras, *wordclouds*, de cada texto (Anexo B). As nuvens de palavras têm sido utilizadas em trabalhos acadêmicos e consistem em imagens que sintetizam por meio das palavras em tamanhos e fontes de letras diferentes, de acordo com a frequência das ocorrências delas no texto analisado. Também foi criada uma *wordclouds* para os autores, porém, essa nuvem de palavras reúne a frequência dos autores em todos os textos. Ainda com relação aos autores analisados, a leitura dos textos nos permitiu compreender que, com relação a teoria das representações sociais, houve entre os textos a marcante presença dos teóricos Moscovici (2011) e Jodelet (1989), autores consagrados no meio acadêmico por suas contribuições sobre o tema. Sobre a “Convivência com o Semiárido”, há destaque para Luzineide Carvalho (2006).

Diante do levantamento realizado, foi possível percebermos que o tema “Convivência com o Semiárido” tem despontado nas produções acadêmicas, sendo abordado nas mais diversas áreas, como saúde e nutrição, educação, agronomia e comunicação social. Por sua vez, a Teoria das Representações Sociais continua apresentando uma série de pesquisas que auxiliam na compreensão da sociedade, seus estereótipos e paradigmas, também sendo objeto de estudo das mais variadas vertentes. Porém, se isoladamente estudos sobre os temas são facilmente identificados, raros são os que abordam os temas associados. Conforme foi possível percebermos, através de uma busca por conteúdos relacionados a “Representações Sociais” e “Convivência com o Semiárido”, no site *Google Acadêmico*, das 60 produções acadêmicas apresentadas, apenas cinco tem conteúdo compatível com o estudo pretendido.

Essas produções pertencem as mais variadas áreas, em comum está a presença de grandes teóricos dos estudos das Representações Sociais, como Moscovici (2011) e Jodelet (1989). Aqui, destacamos duas observações. A primeira, quantitativa apresentou a forte presença de autores como Jovchelovitch (2012) e Spink (2001), que através da contagem de palavras apresentaram 19 e 23 citações, Moscovici (2011) com 67 e Jodelet (1989) com 25. Aparentemente, essa observação inicial sugere que esses autores, por serem os mais citados no tocante as representações sociais, juntos dominariam o conteúdo abordado, porém, a leitura do material permitiu a compreensão de que, qualitativamente, a citação de Jovchelovitch (2012) e Spink (2001) ocorreu em apenas uma obra acadêmica,

diferentemente de Moscovici (2011) e Jodelet (1989) que estiveram registrados em todas as produções e que tiveram seus conceitos abordados com maior intensidade.

Assim, mesmo considerando inegável que a consolidação da “Convivência com o Semiárido”, fruto da própria inquietação popular, possui facilidade de ser disseminada, raros são os estudos que apresentam um diálogo entre esses temas. Dessa maneira, ainda não se produziu, com lucidez acadêmica, materiais capazes de garantir o estudo desse fenômeno, genuinamente popular e alternativo, por meio dos conhecimentos originados pelos estudiosos das Representações Sociais.

Por fim, é importante destacarmos que essa busca pelo tema pesquisado teve uma proposta exploratória, com foco no reconhecimento das possíveis abordagens acadêmicas sobre dois dos assuntos relevantes para a nossa pesquisa. O primeiro, a proposta da “Convivência com o Semiárido”, um audacioso movimento com potencial para modificar antigos conceitos enraizados na sociedade. O segundo, por sua vez, as representações sociais, uma teoria reconhecida, no meio acadêmico, por suas contribuições no reconhecimento de preconceitos e estereótipos.

5 AS PRINCIPAIS REPRESENTAÇÕES DO SEMIÁRIDO PRESENTES NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO IRPAA

A análise temática do conteúdo foi realizada em vinte e um exemplares de materiais educ comunicativos produzidos pelo IRPAA sobre a questão da “Convivência com o Semiárido”. No primeiro momento, eles foram divididos pelas categorias: Terra, Água, Educação, Comunicação, Produção e Caatinga e, na sequência, definimos as seguintes publicações para proceder à análise de conteúdo: “Umbuzeiro: Produzindo renda no Semiárido brasileiro- Módulo I”; “Terra para Viver- Volume 2” e “Em cada saber um jeito de ser-Educação de Jovens e Adultos no Semi-árido brasileiro” e as cartilhas “A busca da água no Sertão”, “Manejo Sustentável da Caatinga” e “Comunicação para a Convivência com o Semiárido”. Além desses, optamos ainda por analisar três materiais voltados para a diversão e entretenimento do público infantil: a revista em quadrinhos intitulada “A história do Pingo d’água- Pingo, o defensor das águas”; o jogo de tabuleiro “A trilha da água” e o material educativo “A gota d’ água nos ensina”, bem como examinar todas as imagens contidas em doze cartazes de pano, conforme será apresentado a seguir.

5.1 UM MERGULHO NAS PUBLICAÇÕES

A seleção do material educ comunicativo produzido pelo IRPAA levou em consideração a diversidade de temas previamente estabelecidos como categorias de nossa investigação. Nesse sentido, é importante salientarmos que o IRPAA, como já explorado nesta dissertação, é uma organização voltada para a difusão de conhecimentos sobre a “Convivência com o Semiárido”, assim, estrategicamente, desenvolveu inúmeras divulgações com o intuito de apresentar seus posicionamentos apenas sobre essa questão. As publicações impressas que são analisadas a seguir, apesar da diversidade de formatos- três cartilhas, uma obra literária, um caderno pedagógico de atividades e um livro- permitiu explorar estilos e abordagens dos conteúdos comuns ao Instituto.

5.1.1 Terra para Viver

“Terra para Viver” é o nome de uma obra literária que conta a aventura de Tico, um pequeno índio, que recebeu de seu pai a missão de encontrar o “cocar da história”. A narrativa é contada pela personagem Vó Jacira, que diante de um grupo de crianças, descreve descobertas vivenciadas pelo pequeno índio, durante sua jornada. A estória, dividida em dois volumes, representa o tema Terra, possui ilustrações coloridas e marcantes, com textos que intercalam os diálogos de Vó Jacira e as crianças, onde são apresentados diversos esclarecimentos sobre o tema abordado e as vivências de Tico e seus amigos.

No livro “Terra para Viver- Volume 1”, a jornada de Tico inicia com o pedido de seu pai. O indiozinho sai de sua aldeia, localizada nas margens do Rio Opará, nome indígena do Rio São Francisco, até chegar no mar, local onde presencia a invasão dos povos europeus as terras brasileiras. Pelo caminho, Tico conhece alguns amigos, entre eles Andarilho, o vento. No Volume 2, foco desta análise, a história de Tico continua e ganha a participação da pequena Dandara, descendente de africanos, moradora de uma comunidade quilombola, que resolve acompanhar o indiozinho em parte da aventura. No encontro entre Tico e Dandara, o primeiro explica para sua amiga que é de uma aldeia e que busca um cocar solicitado por seu pai.

É assim que começa a narrativa de “Terra para Viver-Volume 2” que apresenta o processo de colonização brasileira, através da história das duas crianças, um índio e uma descendente de escravizados, destacando o ponto de vista dos povos que sofreram a experiência da escravidão. Uma narrativa que tenta desconstruir as versões colonizadoras que em nada refletem sobre as vivências desses povos e que ignoram suas dores e suas falas. Nos diálogos das duas crianças, são realizadas referências ao processo de escravidão sofrido pelo povo negro. Em determinado momento, por exemplo, do alto de um morro, Dandara apresenta sua comunidade a Tico e esclarece sua descendência: “Somos negros, africanos. Meu vô e minha vó foram trazidos pra cá à força, acorrentados, em porões fedorentos de navios negreiros”.

Durante toda a viagem de Tico e sua busca do “cocar da história”, são abordados diversos pontos relevantes sobre o uso da terra no país, especificamente,

na região do Vale do São Francisco. Em determinado trecho do livro, ao explicar a Tico a origem de seus antepassados, Dandara enaltece a existência de líderes populares como as mulheres Aqualtune e Acotirene, guerreiras quilombolas, além de Zumbi dos Palmares, referência quando o tema é luta e resistência do povo negro. A pequena também ressalta o sofrimento dos escravizados, seus pais, avós, tios, torturados nas fazendas, tanto para trabalharem, como para se adaptarem a linguagem ou crenças religiosas.

O texto avança, abordando a Lei de Terras, criada em 1850, como uma estratégia de estabilização do poder colonialista e mantenedora da segregação social. Quando foi criada, em 1850, a Lei de Terras considerou que as terras antes doadas como sesmarias pertenciam novamente a Portugal. A lei regulamentou a propriedade privada e, pela primeira vez no país, para ser dono da terra era preciso adquirir mediante a compra junto a Coroa Portuguesa. A terra virou mercadoria e o que havia sido invadido e doado, passou a ser comprado, porém somente pessoas ricas e com influência na corte possuíam condições de adquirir a terra (IRPAA, 2018). Dessa maneira, a criação da Lei de Terras não alterou o cenário de desigualdade imposto com a implementação das sesmarias, pelo contrário, com a criação de titulações, os povos nativos e a população escravizada continuaram excluídos e perseguidos.

Ao esclarecer que o fim da escravidão ocorreu por questões econômicas e que a Lei de Terras beneficiava apenas quem tinha poderio econômico, Vó Jacira relata as crianças:

A terra continuou nas mãos daqueles antigos capitães e seus filhos, netos, bisnetos e assim por diante. E esses filhos e netos passaram a entrar pra política e ocupar cargos do governo, sendo prefeitos, deputados, governadores, senadores, presidentes, mandando e desmandando na sociedade, fazendo o que queriam e bem entendiam, até hoje ainda têm muitos descendentes daqueles primeiros. Hoje, eles são grandes fazendeiros do agronegócio como eu já tinha falado antes, também chamados latifundiários, coronéis, empresários e políticos. Só eles tinham dinheiro pra comprar a terra do governo naquela época. Aí com isso eles começaram as outras leis de libertar escravos, porque já que os escravos não iam ter dinheiro mesmo pra comprar terras, iriam continuar tendo que ser empregados deles e trabalhando para eles, ou então morrer de fome e frio, abandonados à própria sorte. O fazendeiro-coronel ia gastar muito menos assim do que tendo que sustentar um escravo” (IRPAA, 2018, p.15).

A personagem de Vó Jacira também contextualiza situações vivenciadas na região do Vale do São Francisco relacionadas a posse da terra, como a construção da barragem de Sobradinho, que impôs a transferência de comunidades inteiras para outros lugares, em sua maior parte, comunidades remanescentes de quilombos e tribos indígenas, em um processo realizado sem a existência de diálogo do governo com a população, o que gerou danos financeiros e muito sofrimento a diversas pessoas que vivenciaram tal experiência. A construção de barragens, em linhas gerais, é sempre um grande empreendimento, que costuma afetar negativamente populações ribeirinhas que moram no local a ser inundado por conta de seu deslocamento compulsório.

Para Magalhães (2007), no âmbito das discussões políticas, esse deslocamento é entendido como um problema público, prevalecendo três abordagens: uma que analisa a natureza dessa migração compulsória e cria conceitos como refugiados e ecorrefugiados, sendo usada por organizações mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU); outra, promovida internacionalmente pelo Banco Mundial, que prioriza categorias como reassentamento involuntário e uma última visão que “diz respeito ao número de pessoas deslocadas e à superfície de áreas inundadas” e “ênfatisa a discussão sobre população deslocada/reassentada - população atingida” (p. 49).

Na região do Vale do São Francisco, na Bahia, vários municípios foram atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho, entre 1973 e 1979. Esse fenômeno de migração forçada ocorreu em Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Santo Sé, Xique-Xique e na própria Sobradinho. Além do núcleo urbano, moradores de comunidades rurais também foram expulsos de suas localidades e obrigados a retomarem suas vidas, muitas vezes a partir do nada, em terrenos antes praticamente inabitados longe do rio. Estimava-se, em 1972, que 8.037 famílias – ou 42 mil pessoas – seriam deslocadas por causa das obras. Desse total, 5.837 famílias habitariam da zona rural, o que se refere a um valor aproximado de 30 mil moradores. Ao final do processo de relocação, o número de famílias que precisaram deixar suas terras chegou a 11.835, correspondendo a cerca de 70 mil pessoas. Aproximadamente 56 mil delas eram camponeses (COSTA, et al., 1990).

Toda a história de “Terra para Viver-Volume 2” é ilustrada por desenhos com cores fortes e de traçado firme de cor preta. Por diversas vezes, as ilustrações apresentam referências as plantas da caatinga, através de representações de

mandacarus, coroas de frade, macambiras etc. O próprio Tico, ao se despedir da personagem Dandara, oferece uma flor branca de mandacaru para enfeitar os cabelos da garota. Há um grande desenho de uma comunidade de fundo de pasto, onde está retratada a caatinga intacta, como um local em que vagueiam alguns caprinos e ovinos por entre casas com cisternas acopladas aos telhados, um rio passando ao lado da comunidade, além de diversas pessoas conversando, trabalhando nos pastos, cuidando de animais, pescando e descansando sob as árvores.

Essa representação comunitária vai ser repetida por diversas vezes em outros materiais educomunicativos do IRPAA, como cartazes de pano etc. Segundo Angelina Garcez (1987), uma das responsáveis pela equipe técnica da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR):

[...] são comumente denominadas Fundo de Pasto as propriedades coletivas ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza, como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma precária agricultura de subsistência, representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca (p. 21).

Os fundos de pastos estão localizados no bioma caatinga e em virtude das características do clima semiárido, desenvolvem o pastoreio extensivo em todas as épocas do ano. Segundo mapeamento da Coordenação de Desenvolvimento Agrário/Geografar, em 2010, foram reconhecidas 464 comunidades de fundos de pastos presentes em mais de 30 municípios do Estado da Bahia. Dessas, 32 estão localizadas em Juazeiro. No entanto, o número pode ser ainda maior, uma vez que a pesquisa tem quase dez anos e algumas dessas comunidades, apesar de terem as características dos fundos de pastos, ainda não se autoidentificaram como tal. Diante desses aspectos, estima-se que existam, aproximadamente, 900 fundos de pastos. (SANTOS, 2010)

Após a despedida de Dandara, Tico encontra novamente o Rio Opará e, durante um banho, escuta o diálogo entre uma vaca e uma cabra, que revelam como a criação de bovinos, tanto na região semiárida quanto na floresta amazônica, é inadequada ao meio ambiente, porque a venda desse tipo de carne requer grandes quantidades de água ou de pasto, o que segundo o livro, seria um dos fatores para o

desmatamento de grande quantidade de vegetação. Na sequência, surge na história, o grilo Lilo, o contador de histórias da caatinga, que esclarece para Tico como as classes dominantes e detentoras do poder econômico utilizavam de diversas estratégias para se manterem como donas das terras, descrevendo todo o processo histórico de divisão das terras no país, desde as sesmarias, passando pela Lei de Terras, onde apenas quem tinha dinheiro poderia comprar terras do governo, até chegar aos crimes de grilagem, onde documentos fraudados funcionavam como comprovantes legais para a tomada das propriedades.

Fico até envergonhado de falar dessa passagem triste da história da minha espécie, era quase uma escravidão. Os coronéis pegavam esses documentos falsos, que ainda eram novinhos, colocavam dentro de uma caixa. Nessa caixa, eles colocavam vários entes queridos e antepassados, a espécie grilo. E os meus entes queridos, presos na escuridão e sem ter o que comer, passavam muito tempo nessas caixas comendo os papeis, os tais documentos. Os coronéis só abriam as caixas depois de muito tempo, quando o documento já estava corroído pelos grilos e amarelado, parecendo um papel velho (IRPAA, 2018, p.30).

As sesmarias são um regime de terras que se instituiu no nosso país, através das capitânicas hereditárias, em 1534, com a doação de terras recém-conquistadas que não eram ocupadas economicamente. Essa prática se constituiu como uma solução para a preocupação de Portugal com as grandes extensões do território brasileiro que estavam sem uma supervisão mais cuidadosa, uma vez que poderiam resultar na propagação de produtores autônomos que poderiam competir com a burguesia lusitana (NEVES, 2001). Assim, essas áreas foram divididas e destinadas a “capitães donatários”, que desempenhavam o papel de representantes do rei, ao mesmo tempo em que exploravam essas terras. Durante as capitânicas hereditárias, outras formas de apropriação da terra foram desenvolvidas, em especial, a partir da presença dos vaqueiros que, à medida em que, faziam a manutenção agropecuária para os senhores de terra, cultivavam e criavam seus próprios animais. Por meio dessa relação, que vários grupos de produtores, como as próprias comunidades de fundo de pasto começaram a se instalar no Semiárido. A fragmentação das sesmarias ainda foi outro fator decisivo para o surgimento do modo de vida dos fundos de pastos (NEVES, 2001).

Na última parte da história, Vó Jacira aborda outros temas relevantes para a história das terras no país, como os movimentos sociais de luta pela terra e reforma

agrária. É contada por essa última personagem como funcionaram as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). São descritas a função social da terra, com destaque ao que prega a Constituição Brasileira de 1988 e as páginas são ilustradas por representações das bandeiras do Movimento de Pequenos Agricultores, Fundo de Pasto, Atingidos por Barragens, Trabalhadores Rurais sem Terra e das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O povo desse Brasil precisa conhecer sua história para poder continuar com a luta, buscando justiça, a liberdade, a igualdade de condições, o trabalho, o alimento, o respeito. O povo da gente que vive aqui no Semiárido precisa se fortalecer e buscar novas formas de conviver em harmonia com a natureza. O Fundo de Pasto nas comunidades precisam ser respeitados e garantidos, porque é uma forma linda e justa do povo viver da terra, cuidando de seus animais e podendo garantir outros direitos como qualidade de vida, saúde, lazer, trabalho, políticas públicas e educação que respeitem o nosso jeito de ser, nossa cultura, o nosso povo (IRPAA, 2018, p.38).

“Terra para Viver-Volume 2” consegue assim reunir em torno do personagem Tico diversos temas de grande complexidade para a história brasileira. A análise temática de seu conteúdo demonstrou que a publicação também atinge, de forma lúdica, temáticas associadas aos itens que aqui classificaremos como colonização, povos nativos, latifúndio, concentração fundiária, ausência de políticas públicas, violência no campo, exploração inadequada, movimentos e lutas pela terra e reforma agrária. Durante sua narrativa, a colonização brasileira, aos poucos, vai sendo recontada a partir de outra perspectiva histórica, abordando argumentos em que prevalecem a percepção dos povos colonizados, deixando de lado a ideia de uma versão única da história existente, normalmente nos materiais didáticos das escolas, por exemplo. É assim que essa obra apresenta a percepção de que “as terras foram tomadas dos povos nativos e entregues a grupos de famílias para fins de exploração em favor da corte portuguesa e outros europeus que passaram a constituir a elite brasileira” (IRPAA, 2010, p.27).

A ocupação colonial, no Brasil, foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores esses que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual se concentrou a ocupação do espaço agrário brasileiro (LOPES, 2020). Em decorrência disso, de maneira inadequada, em 2010, nosso país ocupava a segunda maior concentração fundiária do mundo, uma vez que metade dos 850 milhões de hectares da extensão brasileira corresponde a

latifundiária dessa metade um por cento dos proprietários possuem 46% de todas as terras (IRPAA, 2010). Por outro lado, os minifúndios brasileiros não atendem nem sequer a necessidade mínima daqueles que os possuem. Resultado de uma grande concentração fundiária, os minifúndios são propriedades com tamanho inviável para as condições climáticas locais. No Semiárido, cerca de 90% das famílias possuem menos de 100 hectares e dessas 65% menos de 10 hectares, sendo que, na agricultura de sequeiro, o mínimo possível para se ter qualidade de vida corresponde a 60 hectares (IRPAA, 2010).

Com relação aos movimentos sociais, a origem desse Instituto posiciona claramente como atuante das redes, fóruns e movimentos que atuam nessa vertente. Para o IRPAA (2010), os movimentos sociais representam a organização dos oprimidos na luta pela libertação, ou seja, se configuram como uma tentativa de se livrar de quem historicamente os domina e oprime. Lopes (2020) afirma que a luta pela terra no Brasil é um processo contínuo desde os movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda segundo Lopes (2020), a violência no campo também é uma constante, pois o modelo de desenvolvimento brasileiro baseado no favorecimento de grandes empresas potencializa a disputa e cobiça pelas terras, sobretudo de comunidades tradicionais, para expandir o agronegócio, especulações imobiliárias, implantação de parques eólicos e grandes projetos de extração mineral, que necessitam de grandes áreas de terra. Em decorrência disso, são registrados diversos conflitos agrários e violência no campo, por meio de ameaças e assassinatos de pessoas que defendem a vida e a permanência das comunidades tradicionais. Além disso, representantes de movimentos, organizações sociais e comunidades tradicionais continuam sendo criminalizados e a mídia apresenta esses grupos quase sempre como bandidos e baderneiros.

Ressaltamos, que o histórico de exploração do Semiárido também apresenta outras inadequações. A partir da década de 1970, a intervenção governamental na região do Sertão do São Francisco, por exemplo, se consolidou com a implantação de projetos de irrigação, com disponibilidade de crédito rural e incentivos fiscais, dirigidos a proprietários rurais de outras regiões (LOPES, 2020). A crítica aos projetos de irrigação vai um pouco mais além, o uso desregrado de defensivos químicos, o descontrole do uso da água, cultivos de monoculturas, produção voltada para abastecimento do mercado externo e a exploração da mão de

obra do trabalhador do campo são conteúdos que também moldam o enredo dessa temática, merecendo ação dos movimentos sociais.

Para além do pensamento desenvolvimentista, que vê na irrigação a única forma de adequação para o Semiárido, o livro questiona a ausência de políticas públicas pensadas para a “Convivência com o Semiárido”. Para o pesquisador e professor Edmerson dos Reis (2021), entrevistado para a elaboração do nosso trabalho, a consolidação da Convivência não carece apenas de uma mudança de postura do sujeito que vive no Semiárido, tal processo depende de mobilização e organização social associadas às políticas públicas, que precisam ser pensadas também de outra perspectiva.

(...) Esse sujeito, ele é cidadão, ele tem direitos e ele precisa acessar políticas públicas. Políticas públicas de crédito, políticas públicas de condições de armazenamento da água da chuva, condições de acesso a água por outros meios se for possíveis, de acesso e melhoria da sua produção para se manter e gerar renda (REIS, 2021).

De forma resumida, as temáticas abordadas, quando se discute a “Terra” nos produtos educacionais do IRPAA, resgata todo o contexto histórico vivenciado pelo povo brasileiro das sesmarias a atual distribuição agrária com base nos projetos de irrigação na região semiárida. São ressaltados os problemas ocasionados pela grande concentração de terra e suas origens históricas, retratando como as injustiças sociais são experimentadas por grande parte da sociedade. É descrito como solução o desenvolvimento de políticas públicas coerentes com as necessidades sociais, porém a realidade no campo não aponta para esse caminho. As discussões em torno da temática “Terra” ressaltam a ausência de uma efetiva política de redistribuição de terras e reforma agrária como essências para que permaneça até hoje um modelo estrutural semelhante ao do período de colonização portuguesa no Brasil, baseado no grande latifúndio (IRPAA, 2010).

5.1.2 Cartilha Comunicação para a Convivência com o Semiárido

Lançada em 2019, a cartilha “Comunicação para a Convivência com o Semiárido” tem como proposta apresentar a comunicação social como um direito humano, estimulando o estudo crítico da mídia, que se propõe a refletir sobre como os meios de comunicação interferem na construção de estereótipos e conceitos sobre a região semiárida. Dividida em quatro partes, a cartilha, na primeira parte, faz uma abordagem geral sobre o que é comunicação, em seguida aborda reflexões sobre o monopólio dos meios de comunicação e uma versão crítica da mídia. A terceira parte aponta a “Comunicação para a Convivência com o Semiárido” como um contraponto ao monopólio da mídia, e, por fim, na quarta parte, reflete sobre os caminhos para o exercício da comunicação popular na busca pelo direito humano à comunicação.

Todo material segue o mesmo formato das demais cartilhas criadas pelo Instituto, espiralada, com páginas estrategicamente organizadas para serem manipuladas durante as apresentações de seus técnicos e colaboradores. Assim, em uma página, está descrito todo o conteúdo, em layout de papel A4, formato de paisagem, para poder ser lida na horizontal, e, na página seguinte, está um desenho ou imagem que reflete sobre tal conteúdo. A parte escrita ainda apresenta questionamentos e respostas, sempre obedecendo à ordem “O que a gente vê?”, “O que isso significa?” e “O que aprendemos com isso?”.

Apesar de seguir o formato semelhante as demais cartilhas do IRPAA, o material oferece, em seu conteúdo, um diferencial muito importante: parte das ilustrações apresentadas na cartilha possuem características diversas das demais. Algumas são representações não realistas e metafóricas do conteúdo apresentado, como, por exemplo, a imagem de um polvo gigante diante de um mapa do Brasil, que nomeia as capitânicas hereditárias como “família Marinho, Magalhães, Collor, Abravanel, Civita, assim como família Universal e grupo RBS”. Nos tentáculos do polvo, aparecem meios de comunicação como telefone, celular, computador, rádio, jornal, bem como uma bandeira dos Estados Unidos da América. Tal desenho visa demonstrar o poder e monopólio da mídia, referenciando os meios de comunicação,

que assim como as terras brasileiras, estão concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade.

A análise temática do conteúdo da cartilha “Comunicação para a Convivência com o Semiárido” destacou como temas essenciais presentes: a importância da comunicação social, a democratização da mídia, a educomunicação, a comunicação comunitária e popular, a necessidade de superação de estereótipos e a comunicação enquanto direito humano. Esse último tema foi o mais explorado em todo o conteúdo da cartilha, com base, principalmente, no descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, que estabelece: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (s/p).

Assim como a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, essa declaração defende que é preciso haver democracia no acesso aos meios de comunicação, não apenas no sentido de receber, mas também de transmitir informações a um grande número de pessoas, pois todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Contudo, no Brasil, a comunicação não está descrita na legislação como um direito, mas como um serviço que pode ser prestado tanto por entes públicos quanto privados, por isso os movimentos sociais, em linhas gerais, solicitam a inclusão dessa questão na parte de nossa constituição que trata sobre os direitos fundamentais no Projeto de Lei da Mídia Democrática. Além disso, é importante ressaltamos que a comunicação também serve como um instrumento para acesso a outros direitos, como à saúde e à educação.

A educomunicação abordada pela cartilha faz referência ao poder libertador da comunicação, que precisa ajudar a formar sujeitos críticos, especialmente, quando associada a uma educação libertadora. Provavelmente, uma influência do pensamento freiriano (1983) que, conforme já descrevemos nesta dissertação, explicou que a educação deve estar voltada para a “prática da liberdade”, ao esclarecer que educar não é apenas transferir informes ou fatos, mas um estímulo ao saber e a reflexão. Percebemos, nessa cartilha, que, para o IRPAA, a educomunicação é um campo de formação de cidadãos e cidadãs, por meio da apropriação de linguagens educativas e instrumentos de comunicação, para intervir na realidade, promovendo mudanças como a conquista de autonomia das pessoas e organizações sociais, fortalecimento de identidades, reivindicação de direitos

básicos, desconstrução de preconceitos. Assim, não por acaso, outro ponto abordado são as *fakenews*, notícias falsas, que estão sendo utilizadas de má fé por grupos políticos e econômicos com o objetivo de manipular a opinião de parte da população (IRPAA, 2019).

Além das ilustrações de caráter metafóricas, aparecem também, na cartilha, imagens que seguem a mesma linha imagética de outras publicações realizadas pelo Instituto. São ilustrações em aquarela, delimitadas pelas linhas em cores pretas, com formas que permitem o observador uma leitura de um contexto real, como as figuras que visam demonstrar como estimular a comunicação comunitária na comunidade, que mostram uma associação de moradores com um jornal mural preso a parede do prédio, que está sendo lido por dois homens, uma mulher diante de um microfone e um computador com as inscrições “rádio comunitária” ou pessoas distribuindo jornais em frente a uma igreja. Em formato de texto, complementando essas imagens, despontam as seguintes reflexões:

Existem diversas possibilidades de manter uma comunicação comunitária, seja através de uma rádio comunitária, rádio poste, rádio web, rádio escola, de um jornal mural que pode ser exposto na sede da associação, da escola ou de outro espaço coletivo presente na comunidade, assim como produzir folhetos impressos que podem ser distribuídos na comunidade. Uma possibilidade que tem crescido muito é a transmissão da informação através da internet, usando plataformas e mídias sociais, como canal comunitário para difundir informações que contribuam com a qualidade de vida da comunidade, anunciar boas novas e denunciar injustiças, bem como informar a população local acerca de assuntos de interesse da coletividade (IRPAA, 2019, p.26).

O conjunto dessas informações serve para frisar que o modelo desenvolvimentista apresentado pela mídia é equivocado. Do mesmo modo, a cartilha apresenta uma ilustração formada por mangas, cana de açúcar e uvas, representativas da agricultura irrigada exercida no Vale do São Francisco. O texto de apoio alega que a mídia, em geral, representa a agricultura irrigada como redenção da região que sempre foi vista como sinônimo de pobreza. Porém, descreve que os conteúdos difundidos por esses meios, na verdade, omitem que tal forma de desenvolvimento não é sustentável, muitos são monoculturas que consome quantidades exageradas de água e agrotóxicos, contaminando rios e solos. Além

disso, reforça que os empregos gerados, em sua maioria, são temporários e de caráter degradantes (IRPAA, 2019).

Em outro ponto da mesma cartilha, há um desenho onde uma cerca de arame farpado divide um terreno ao meio. Do lado direito, há água em abundância e do outro, um único mandacaru cercado de pedras e fincado em um chão rachado, com os dizeres em letras maiúsculas: “O problema não é a seca...É a cerca”. Essa ilustração propõe uma reflexão sobre os estereótipos representativos do Semiárido, que mascaram a realidade da região, por meio da repetição de imagens como chão rachado, sol forte, etc. que fomentam a compreensão de que a condição social da população está diretamente atrelada às dificuldades climáticas como a estiagem. No entanto, o discurso do IRPAA, nessa cartilha e demais materiais educacionais, reforçam a importância de se entender que o Semiárido Brasileiro é o mais chuvoso do mundo, no entanto, a maior parte dos reservatórios é concentrada nas mãos dos grandes, que controlam e definem as formas de distribuição, muitas vezes usando a água como “moeda de troca” (IRPAA, 2019).

Em seguida, com o título “Qual Semiárido a mídia não mostra?”, um desenho colorido de uma cidade recortada por um rio surge nas páginas da cartilha. Nele, uma mão segura um celular em que, diferentemente da imagem que ele deveria registrar, aparece uma representação de uma paisagem rural. A proposta de tal ilustração é demonstrar que os meios de comunicação se limitam em ratificar um Semiárido, levando em conta apenas os aspectos climáticos de forma superficial, apresentando a caatinga e suas diferenças em relação a outros biomas, por exemplo, como fatalidade, castigo de Deus e não como uma condição natural (IRPAA, 2019). A mesma imagem serve para estimular a reflexão de que o Semiárido não é apenas um ambiente rural, ele também existe enquanto espaço urbano, com as demandas e complexidades das grandes, médias e pequenas cidades, como dificuldade de acesso a água em quantidade e qualidade adequadas, mas também a terra para se morar, o acesso a alimentos, entre inúmeras outras demandas.

5.1.3 A busca da água no Sertão

A “Busca da água no Sertão” figura entre as mais antigas publicações do Instituto. Esse material também é uma cartilha, encadernada com espiral, com conteúdos dispostos em *layout* formatopaisagem, contendo ilustrações nas páginas ímpares e textos esclarecendo seu conteúdo nas páginas pares. Assim, cada assunto abordado na cartilha possui duas páginas, uma com um desenho, que ao ser manuseada pode ser mostrada a um público e outra com o texto que apresenta sempre as questões: “O que a gente está vendo?”, “O que significa isso?” e “O que a gente aprende disso?”. Esse formato de cartilha, conforme já descrito no segundo capítulo, surgiu durante os cursos ministrados pelo Instituto e, de acordo com o texto de apresentação do material “Busca da água no Sertão”, os lavradores e lavradoras que participavam dos cursos, retornavam para suas comunidades e queriam repassar os conteúdos aprendidos, porém sentiam falta de material visual, assim os técnicos do IRPAA começaram a fazer fotocópias pintadas à mão dos cartazes apresentados, posteriormente, com o crescimento do número de cursos, passaram então a reunir os conteúdos em uma apostila e chegaram a este formato.

A cartilha analisada por nós pertenceu a quinta edição, ampliada e revisada, publicada em 2011, com 80 mil exemplares produzidos. Nela, os temas relacionados à água também são abordados através de “textos bíblicos que visam ligar a luta pela água do povo do Sertão com a luta pela água do povo de Deus” (GNADLINGER, 2011, p.07). De acordo Santos (2021), a tradição religiosa do IRPAA auxiliou o Instituto a ter diversas ideias que auxiliassem na transmissão de conteúdos trabalhados nos cursos e abordados nas cartilhas. Para ele, o componente religioso permitiu relações que criaram novos imaginários através da associação da “Terra Prometida” por Deus, onde corre leite e mel e as terras semiáridas. Além disso, ele considera que o grande diferencial dessa organização foi perceber o contexto em que tudo acontecia.

Ainda segundo esse entrevistado, nas formações da Diocese, o contexto político e histórico da época era abordado nas histórias ensinadas, mas o clima dos locais não era tema estudado, assim, percebendo uma semelhança entre a realidade climática do Semiárido e a “terra prometida”, os técnicos passaram a buscar nos ensinamentos bíblicos passagens que pudessem ajudar a exemplificar os conteúdos.

A igreja trabalhava a terra prometida que corre leite de mel (...) que o povo de Israel saia da escravidão e conquistava. Então, esse era o imaginário que se criava, nas pastorais, que o povo de Deus, têm direito à terra, à água, comida e tudo. A ideia então foi essa: Como que esse povo fazia para viver numa terra semiárida e gostar dessa terra? Aí que veio essa ideia de agropecuária apropriada. O João Gnadlinger era teólogo e estudante da bíblia, ele captou essa ideia e foi pesquisar na bíblia tudo que falava sobre o clima, sobre a produção. Aí que começou a levantar aqueles textos sobre criação de bode, criação de ovelha (...) a luta pela terra (...) [MOACIR, 2021].

Em linhas gerais, no conteúdo da cartilha são expostas as cinco linhas de “luta pela água”. Tais linhas representam as principais necessidades sociais para uso rural da água. A primeira linha é conhecida por “A luta pela água para cada família”, nela está inserida a cisterna de telhado, que capta água ao lado da própria casa e é adequada para consumo humano. Nessa linha, também pode ser inserida outras formas de armazenamento da água, como caxios e barreiros, sendo reforçada a necessidade de utilização de filtros de barro para promover a qualidade do líquido.

A segunda linha é denominada de “Água para a comunidade”, que defende que as pessoas possuam armazenamentos coletivos que também atendam aos seus animais. A terceira linha é denominada “Água para a lavoura”, que descreve de que maneira é possível ter água para produção de alimentos, a exemplo de barreiros tipo trincheira. A quarta linha descreve “A luta pela água de emergência” que faz referência a obras maiores que atendam toda coletividade, como açudes. Por fim, as plantas da caatinga, o solo e o subsolo são o alvo da “Luta para armazenar água para o meio ambiente”, que simbolizam a necessidade de preservação ambiental para promover o equilíbrio do ecossistema.

Considerando a água como ponto de referência para análise do conteúdo, destacamos que os textos e as imagens presentes nessa cartilha, referenciam a água da chuva como principal fonte para captação desse bem natural no Semiárido Brasileiro, porém, diante do comportamento irregular de sua chegada, seja na quantidade, seja na distribuição, ela deve ser armazenada adequadamente para o uso durante longos períodos. Por isso, “Busca da água no Sertão”exibe imagens que representam o ciclo da evaporação da água no meio ambiente, a formação das chuvas,a infiltração da água nos solos e a conseqüente formação de rios, lagos e marescomo principais ilustrações.

Os espaços geográficos do Nordeste e do Semiárido são apresentados separadamente. Sobre o Nordeste são esclarecidos quais os estados fazem parte de sua composição, assim como os regimes de chuva ao qual estão expostos. Com relação ao Semiárido, inicialmente, é descrito a composição do seu clima, seus períodos chuvosos e, posteriormente, o conteúdo é aprofundado para o contexto sóciopolítico da região. Existe, com relação ao clima, o posicionamento de que é preciso se adaptar a realidade experimentada no local, pois “Não devemos imitar outras regiões do Brasil em nosso trabalho, mas procurar um caminho próprio para a criação da lavoura, que chamamos de convivência com nosso clima” (GNADLINGER, 2011, p.22).

A solução para o armazenamento da água é apresentada através dos diversos tipos de reservatórios, cada um com sua finalidade. A cisterna de telhado, por exemplo, serve para armazenar a água para consumo humano, ela deve ser construída próxima a residência. Assim, a água que cair no telhado será direcionada para seu interior por meio de canos. A água para beber, captada através dessas cisternas, alimenta um longo debate sobre a melhoria da qualidade de vida e saúde das famílias no Semiárido. Além de ser mais limpa, a água armazenada próxima a residência trouxe para muitas mulheres um grande impacto na saúde feminina.

O outro lado da moeda, contudo, é que buscar água é um serviço pesado. O retorno com as latas d' água pesadas na cabeça traz problemas de ordem física, como engrossamento do pescoço, das “batatas das pernas” e, mais tarde, problemas de coluna. Além do mais, consome horas de trabalho diário, caminhadas longas-em tempo de seca gasta-se de 70% a 80% do tempo buscando água-um trabalho penoso, repetitivo e sem perspectiva. A cisterna no pé da casa trouxe, imediatamente, um alívio no trabalho feminino (MALVEZZI, 2001, p.40).

De acordo com Paiva e Barros (2017), no Semiárido, a responsabilidade pelo abastecimento da água para o consumo familiar e para a pequena agricultura, assim como outros serviços como o cuidado da casa, dos filhos e do marido, o cultivo do pomar e a horta doméstica são apenas algumas das atividades invisíveis que as mulheres são responsáveis. Por isso, de modo assertivo, a proposta da Educação para a Convivência com o Semiárido deve promover ações para superação das desigualdades de gênero no trabalho do campo.

É preciso produzir material didático e paradidático, além de livros, revistas, jornais e cartilhas, expandindo a reflexão, o aprendizado e a difusão dos diálogos e experiências no tratamento dos temas relações de gênero (...) [PAIVA e BARROS, 2017, p. 29 e 30].

Na cartilha, considerando que a grande parte da água da chuva evapora com muita rapidez, o IRPAA defende que a água voltada para demais atividades, como plantação, criação de animais e outros usos, que não sejam beber ou cozinhar, precisam ser armazenadas em caxios, caldeirões, cisternas de produção, tanques, barragens ou açudes. Essas águas, além de abastecer o núcleo familiar, em alguns casos, também devem ser compartilhadas com outros membros da comunidade.

Outro ponto abordado nessa publicação é a criação de animais como recurso para sobrevivência. Através de cálculos comparativos, a cartilha demonstra que o grande consumo de água nas lavouras é inadequado para região. Pelo mesmo motivo, a criação de caprinos e ovinos é enaltecida em detrimento da criação de gado, que segundo o texto, foi erroneamente introduzido no Semiárido, desde o período colonial.

Muitas vezes usamos animais na nossa criação que são bem diferentes dos nativos. No caso do gado bovino, podemos observar que no Brasil não tinha animal nativo de porte grande (na caatinga) antes da chegada dos portugueses e isso nos ajuda a entender porque a caatinga tem tanta dificuldade de suportar animal grande com estas características. Devemos criar animais adaptados às condições naturais, que são semelhantes aos nativos, como por exemplo, o bode que tem porte e hábito alimentar parecido com o veado da caatinga (IRPAA, 2018, p.32).

Com relação à proposta de desconstrução de imaginário almejada pelos técnicos do IRPAA, Santos (2021) recorda que demonstrar que seria mais viável utilizar animais adaptados a região não foi uma tarefa simples. Historicamente, a criação de bovinos no Semiárido foi introduzida pelos colonizadores portugueses, o gado, que, inicialmente, era criado no litoral, migrou para o interior do país para dar espaço para plantações de canadeaçúcar, seguindo o curso dos rios. O próprio Rio São Francisco, conhecido por Opará pelas populações indígenas, também já foi o Rio dos Currais em referência a esse movimento de interiorização do rebanho (IRPAA, 2018).

Segundo Santos (2021), a tradição de criar bovinos também estava relacionada ao status social. Para o pequeno produtor rural, criar gado significava que ele estaria bem financeiramente, pois a pecuária estaria associada à riqueza e poder experimentado pelos coronéis. Durante a entrevista, ele recorda que foi por causa desses conflitos existentes no imaginário da população que eles preferiram utilizar o termo “apropriado” em substituição ao termo “alternativo”, pois assim poderiam difundir outras representações no imaginário das pessoas.

Aqui a gente falava de alternativa, por exemplo, a cabra é alternativa a vaca. A gente (equipe do IRPAA) entendia, mas aquele homem e aquela mulher na comunidade dizia assim: ‘Eu sou pobre, não posso ter vaca para não morrer. A alternativa é cabra, mas o bom seria vaca, mas como não tem. (...) Tinha essa ideia então de que a cabra era a vaca do pobre, mas o fazendeiro era poderoso porque tem a vaca. Fulano tem vaca... Fulano tem umas cabrinhas veia...’. Por causa disso, a gente deixou essa ideia do ‘alternativo’ e construiu esse termo do ‘apropriado’. Ou seja, próprio para a região. Então, se eu tô na Amazônia seria uma outra proposta, mas aqui, a cabra é um animal apropriado ao clima, porque ela se parece muito com os animais nativos daqui, diferente da vaca (SANTOS, 2021)

Ainda com relação à “Convivência com o Semiárido”, a cartilha “Busca da água no Sertão” apresenta uma grande fotografia do umbuzeiro, denominado por Euclides da Cunha como a “árvore sagrada do sertão” no livro “Os Sertões: Campanha de Canudos” (1984), representado como um símbolo de resiliência. Essa árvore, na imagem, exibe suas folhas verdes e muitas flores, ainda que esteja rodeado pela caatinga em estado de dormência, ou seja, as demais plantas estão todas sem folhas. A fotografia também mostra as raízes da planta, que é formada por inúmeras batatas que servem como fonte de armazenamento de água. Esse contraste serve como exemplo da necessidade de adaptação ao clima semiárido. O texto que acompanha a imagem descreve que “O umbuzeiro com suas batatas-cisternas pode ser o símbolo da Convivência com o Semiárido”(GNADLINGER, 2011, p.28). E ainda define que

Nós, homens e mulheres que vivemos no Semiárido, precisamos aprender da natureza esta convivência: providenciar água para a seca, plantar culturas apropriadas ao clima, criar animais que estão acostumados com a seca como cabras e ovelhas (GNADLINGER, 2011, p.28).

Essa abordagem com relação à seca apresenta diversas análises técnicas que são utilizadas para levar o leitor a concluir que suas consequências são efeitos da ausência ou das inadequações de políticas públicas e não resultado da ação da natureza. Há uma forte abordagem política contra a já descrita “Indústria da Seca” ou “Combate à Seca” ou “Politicagem da água”, com afirmações diretas ao fato de que essas práticas políticas não solucionam as demandas da população, pois “enganam o povo, distribuindo esmolas ou construindo obras inviáveis” (GNADLINGER, 2011, p.07).

Em contraponto, existe uma valoração positiva ao que a cartilha denomina de “Política da água”, que seria o movimento comunitário pelo engajamento nas discussões que promovam o abastecimento pleno do município, inclusive com um planejamento para os períodos de seca/estiagem.

Devemos enfrentar essa seca já a partir de agora. Como? Construindo cisternas para cada casa, aprender como plantar a roça com pouca chuva, criar animais adaptados ao Semiárido e melhorando as aguadas; os sindicatos, os municípios, as comunidades, estudando a situação da água e, sobretudo o povo se organizando para poder exigir do governo o direito para ter água(...).Não devemos deixar o governo construir açudes e poços para os fazendeiros porque a água não pode ser de domínio particular. A água é um bem comum como o ar que respiramos. O acesso a água é um direito humano essencial (GNADLINGER, 2011, p.30).

O tom político do conteúdo dessa cartilha referenda a relevância para a proposta da “Convivência com o Semiárido” de que os grupos humanos compreendam a necessidade de promover uma relação harmoniosa com a natureza dessa região. Em primeiro lugar, recordando que ocorrem, anualmente, longos períodos de estiagem, que, geralmente, duram aproximadamente até oito meses. Além disso, há também a previsão estabelecida de que a grandes secas ocorrem a cada 26 anos e para demonstrar esse fenômeno são apresentados gráficos contendo a previsão das chuvas entre os anos de 1850 a 2040. Em determinado trecho podemos ler: “Na época da política há muito trator cavando aguadas e tanques. Quanta gente já não vendeu seu voto em troca de uma aguada que não segura água” (GNADLINGER, 2011, p.28). Esse discurso é apresentado na cartilha, quando é esclarecida a necessidade de reservatórios profundos ou com cobertura

para evitar a evaporação da água, pois quanto maior for à largura do reservatório ou aguada, maior conteúdo irá evaporar.

5.1.4 Em cada saber um jeito de ser

O caderno de atividades “Em cada Saber um Jeito de Ser” é um material pedagógico voltado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ele foi produzido pelos participantes do projeto homônimo, coordenado pelo IRPAA, com a participação das Prefeituras Municipais de Sento Sé-BA, Filadélfia-BA e Senhor do Bonfim-BA e com o apoio financeiro da empresa Natura Cosméticos. Entre os anos de 2005 e 2007, esse projeto promoveu a formação continuada de professores que trabalhavam com Educação de Jovens e Adultos nas cidades participantes. Nessas formações, os professores sugeriram a criação de um material didático que pudesse ser utilizado por eles com seus alunos, assim, o caderno de atividades foi desenvolvido dentro do projeto, contemplando uma discussão política de temas que fazem parte do cotidiano das comunidades que vivem no Semiárido.

O caderno de atividades não é um livro, porém contém pequenos textos. Sua proposta é fazer o estudante exercitar sua escrita e leitura, respondendo atividades, questionários e palavras-cruzadas ou elaborando desenhos. Em linhas gerais, o caderno contém diversas atividades educativas, que propõe ao estudante reflexões sobre o seu lugar de pertencimento, sua identidade, o local onde vive - o Semiárido Brasileiro -, a necessidade de participação e organização popular.

Todo o material é ilustrado com fotografias da região semiárida, sendo que algumas fotos de plantas da caatinga são utilizadas para dividir os capítulos e seus conteúdos, assim como imagens das próprias cidades atendidas pelo projeto. Em algumas páginas, artistas populares das comunidades são referenciados com a apresentação de seus trabalhos, como letras de músicas ou poemas, como “Lembranças do vaqueiro”, de autoria do poeta baiano João Ferreira de Souza, natural da cidade de Jaguarari e o cordel “O Semiárido brasileiro- Sou brasileiro sim senhor”, de autoria do professor Gabriel Pereira, da cidade de Filadélfia.

Para Ribeiro, Oliveira e Paiva (2017), o vaqueiro se afamou como o maior representante do povo sertanejo, na educação, na cultura e nas artes, passando a fazer parte do imaginário desse povo, como “(...) uma representação necessária, uma espécie de referência quando se trata do homem nordestino. Personagem central na ideia romantizada sobre o Semiárido (...)”. Uma representação que parece sugerir o heroísmo, e, quase sempre “sua descrição está relacionada à rusticidade, ao movimento, à força e capacidade combativa” (p.195). Na publicação, a poesia exalta um vaqueiro enamorado por uma morena, seus trechos fazem referência a beleza da natureza, as características do sertão e aos apetrechos utilizados pelos vaqueiros, como perneira, gibão, chapéu de couro, corda de laçar, alforje e varra de ferrão.

“Em cada Saber um Jeito de Ser” apresenta ainda uma forte associação com o meio ambiente, em especial, com o bioma caatinga. Das 104 fotografias que ilustram todo o caderno, 47 dessas imagens têm como foco a exuberância da natureza- a flora e a fauna da caatinga. Podemos perceber assim que, nessa publicação, a caatinga é exposta por meio de uma seleção de imagens que revela sua beleza em detalhes, em detrimento a representação de natureza hostil reproduzida em diversos materiais didáticos, fora da proposta da ECSAB. Grandes fotografias de flores raras, como um cacho da flor do umbuzeiro com pequeninos frutos em formação, aparecem em destaque contrastando com o azul do céu (Figura 1).

Figura 19 -Cacho da flor do umbuzeiro com pequeninos frutos em formação



Fonte: Caderno de atividades “Em cada Saber um Jeito de Ser”, 2007.

Situação semelhante acontece com alguns cactos, como o xique-xique, em que um corte de imagem mais próximo oferece uma flor de cor vermelha intensa, desabrochando entre os espinhos afiados dessa planta.

Figura 20– Flor vermelha do xique-xique desabrochando entre os espinhos



Fonte: Caderno de atividades “Em cada Saber um Jeito de Ser”, 2007.

Em outra fotografia, podemos visualizar um ipê arredondado de cor amarela se destacando entre arbustos mais baixos (Figura 3), formando um contraste estratégico. Os coloridos dos maracujás do mato e dos umbus (Figura 4) também se destacam nas páginas.

Figura 21 -Ipê arredondado de cor amarela se destacando entre arbustos mais baixos

Figura 22– Umbus, fruto típico da caatinga



Fonte: Caderno de atividades “Em cada Saber um Jeito de Ser”, 2007.

Acompanhando essas imagens da flora da caatinga, podemos ler a seguinte inscrição:

É fascinante a adaptação das plantas e animais da caatinga. Ao longo da evolução, desenvolveram estratégias para viver com condições do lugar, que enfrenta estiagem de oito meses por ano; por exemplo, o umbuzeiro guarda água em suas raízes para o período de estiagem e os cactos transformaram as folhas em espinhos para não perder a água (IRPAA, 2007, p.107).

Schistek e Carvalho (2013) afirmam que “A fisiografia da Caatinga gerou estranhamento aos primeiros naturalistas europeus, que aqui aportaram na época da Colônia para desvelar e registrar as paisagens interioranas do Brasil” (p. 50). O botânico inglês Martius, por exemplo, talvez pelo “aspecto agressivo” de algumas espécies, chegou a denominar esse bioma como “silva hórrida”. Os livros didáticos, de certo modo, ainda seguem essa perspectiva apresentando em seus títulos, fotos e textos com uma “caatinga morta”, contudo

(...) lá está à vida latente, cheia de força, embaixo da casaca das árvores, a seiva está sob pressão, cheia de nutrientes. E, muito antes da primeira chuva, que ocorre aqui em fins de novembro, início de dezembro, já aparecem as primeiras flores (SCHISTEK e CARVALHO, 2013, p. 51).

Em geral, a flora da caatinga tem características peculiares, apresentando uma estrutura adaptada às condições áridas, por isso são chamadas xerófitas, o que as permite resistir ao clima quente e à pouca quantidade de água. Suas espécies

ainda exibem folhas miúdas, cascas grossas, espinhos, raízes e troncos que acumulam água. Dados da Embrapa (2007) apontam que há cerca de mil espécies vegetais nesse bioma, que podem ser endêmicas, como cactos, bromélias e leguminosas e que possuem aspectos bem diferentes durante o período seco e o chuvoso. As folhas, cascas, raízes, flores, frutos e sementes são utilizados no preparo de alimentos, ração (para criação de gado, bodes, ovelhas etc.) e remédios, como o jerico, o angico, a aroeira, a baraúna, a catingueira e a imburana de cheiro. A caatinga também abriga espécies raras e de grande valor como o ipê roxo, o cumaru, a carnaúba e a aroeira. As flores dessas espécies servem como fonte de alimento e abrigo para as abelhas nativas de grande relevância para a conservação do bioma e produção de própolis e mel.

Em todo o caderno “Em cada Saber um Jeito de Ser”, ressaltamos que apenas três imagens associam a natureza à seca: uma primeira em que aparece um barreiro vazio, com o solo rachado como uma crítica a abordagem da mídia em relação à região; uma outra em que vislumbramos um pasto queimado, fazendo referência ao mau uso dos recursos disponíveis no meio ambiente; e, por fim, uma terceira imagem com uma garota que parece procurar por água, montada em um jegue que carrega alguns vasilhames, no fundo a caatinga ressequida compõem o cenário. Essa última fotografia, em especial, está acompanhada do texto: “Você já percebeu que os governos só se preocupam com nossa região em épocas de seca prolongadas ou enchentes? Isso ocorre no seu município?”.

Da maneira como estão inseridas na publicação, essas três imagens e seus respectivos conteúdos, que podem ser associadas a situações pejorativas, ganham outros significados. Elas funcionam como um estímulo a criticidade, fomentando, na verdade, um processo inverso a percepção de sua leitura. Assim, o barreiro ressequido estimula a crítica da mídia que busca representar o Semiárido como local de fatalismo, inviabilizando a exibição da diversidade de realidades, situação semelhante ocorre com as demais fotografias.

Imagens de cidades de pequeno porte, a exemplo de Sento Sé, também estão presentes no caderno, apresentando feiras, casas, comércio, pontos centrais como praças e igrejas, representando o Semiárido urbano e buscando contextualizar o conteúdo aos locais que fizeram parte do projeto. Destacamos também, nesta análise, a quantidade de fotografias de momentos de mobilização popular. Nesse caderno, aparecem fotos de mutirões, romarias, passeatas e protestos, como

instrumentos de cidadania, compondo um capítulo específico da publicação, em que o leitor é convidado a refletir sobre o papel das lideranças e estimulado a desenvolver experiências pessoais nesse sentido, a partir de provocações como:

Os movimentos sociais se organizam em defesa de uma causa. Pode ser um objetivo pela terra, pelo trabalho, por moradia, melhor distribuição de renda, melhor produção na agricultura familiar, contra o latifúndio, contra o agronegócio que destrói a terra e o emprego rural, percebendo assim que a união faz a força, participando de cooperativas, associações, sindicatos, isto é, transformando, dividindo responsabilidades e somando vitórias (IRPAA, 2007, p. 147).

A preocupação com a contextualização do conteúdo do caderno está expressa em outros detalhes. Diferentemente das imagens obtidas por meio de agências de imagens, onde atores representam para diversos tipos de publicações, todas as fotografias dessa publicação foram realizadas com pessoas moradoras do Semiárido. Não é perceptível ainda nenhum tipo de produção como maquiagem, luz, escolha de cenário ou composição de vestuário para as pessoas que foram fotografadas. Todos parecem estar retratados em seu cotidiano, sem nenhum tratamento especial.

No caderno, há também um conteúdo definido como “Conhecendo melhor o Nordeste”, em que são expostos esclarecimentos sobre os estados que compõem a região Nordeste e descritas algumas características culturais regionais. A literatura de cordel é referenciada como manifestação cultural literária, adotada pela população nordestina, como forma de “contar histórias que mistura ficção com realidade, memória e invenção”, assim como a Festa dos Congos, festa religiosa realizada em homenagem a Nossa Senhora do Rosário (IRPAA, 2008, p.38). Com relação às essas atividades, Costa (2021) pontuou que, culturalmente, a representação do Semiárido não acompanhou seu tradicional movimento de oposição e não realizou nenhum tipo de nova abordagem. Essa pesquisadora ressalta que ainda há a conservação de elementos culturais tradicionais ou históricos, difundidos desde o Congresso Regionalista de 1930, conforme descrito nesta dissertação, que não condizem com a realidade experimentada pela sociedade.

As novas formas de lazer da juventude nas manifestações culturais. Isso não aparece muito forte. Quando falamos de cultura do

Semiárido, nesse processo de representação da convivência, ainda é muito forte o forró, aquela coisa de Luiz Gonzaga, das músicas. Quando você olha pra realidade, pro Semiárido real, Semiárido da juventude, a galera tá lá com vários outros ritmos, como o sertanejo, o pop, com o funk, que a gente não considera muito nessa representação da convivência. O funk e o rap, você acha que o rap é muito mais da área urbana e não, a galera tá lá com o bonezinho pra trás e gíria da moda, tá lá e a gente não conseguiu absorver muito, tá rolando e a gente não conseguiu trazer muito para o imaginário da convivência (COSTA, 2021).

Além das manifestações culturais, o caderno de atividades “Em cada Saber um Jeito de Ser” expõe uma breve discussão sobre as divisões de tarefas entre homens e mulheres. Ainda sobre as questões de gênero no Semiárido, Paiva e Barros (2017) afirmam que “(...) é preciso considerar (...) a relação entre as experiências masculinas e femininas do passado para compreender sua ligação com as práticas históricas atuais” (p. 31) e que é pertinente fomentar

(...) por meio da educação, práticas que (re)educuem o nosso olhar, tornando-o mais atento para relatos, literaturas e imagens relacionadas a esse espaço, desde o período colonial até os dias atuais, que dimensionem a participação feminina no gerenciamento familiar, por exemplo, em detrimento da valorização desse papel historicamente atribuído unicamente à figura masculina (PAIVA e BARROS, 2017, p. 31).

Complementando esse pensamento, Costa (2021) descreveu que o forte conservadorismo predominante no Semiárido ainda inviabiliza diversos movimentos que acontecem na seara social. Para ela, o Semiárido ainda é muito tradicional e o recorte de gênero realizado nos projetos desenvolvidos pelas instituições, que buscam dar visibilidade as mulheres, são insuficientes para fomentar adequadamente essas discussões sobre a desigualdade entre os gêneros.

Estou falando de representações na construção da representação da Convivência. Muita coisa nas últimas duas décadas está acontecendo, está no chão dos acontecimentos, mas ainda não foi absorvido. Quando você traz o empoderamento das mulheres, a presença da comunidade LGBT, isso está se dando, mas não tá tão forte na representação da convivência (COSTA, 2021).

Há ainda, nesse caderno, um capítulo destinado a uma discussão específica sobre o Semiárido, que problematiza a influência do clima na cultura e estrutura social da população. Essa questão se apresenta como um contraponto a

representação do Nordeste, combatida por Albuquerque Júnior (1999), de que as paisagens naturais desoladoras do Semiárido, como açudes secos, chão rachado e sol forte, seriam responsáveis pela miséria da população sertaneja e por sua permanência na pobreza, defendida desde o período colonial.

“Em cada Saber um Jeito de Ser” ainda é composto por imagens tanto das cidades quanto da zona rural e da população de todas as cidades envolvidas no projeto, com receitas de plantas medicinais - uma referência ao conhecimento popular -, características dessas comunidades, assim como são ensinadas técnicas como a criação de um pluviômetro, gráficos de chuva e o cálculo da estimativa de consumo de água pelos animais e humanos. Destacamos que, apesar de não ser uma publicação voltada exclusivamente para essa última temática, a água aparece como um conteúdo relevante nessa publicação.

Além desses recursos já listados para potencializar seu uso, são elencados conteúdos específicos sobre a qualidade da água a ser consumida e o Semiárido é apresentado como um lugar chuvoso, onde ocorrem precipitações durante quatro meses do ano. Na abordagem desse tipo de conteúdo, há um forte posicionamento político sobre o tema. Em vários momentos, o leitor é convidado a refletir sobre o uso de carros-pipa como manipuladores dos votos, como no trecho: “Muitas pessoas votam em políticos pensando em retribuir favores. Por exemplo, existem políticos que dão carro pipa em troca de votos. O que você pensa sobre isso?” (IRPAA, 2007, p.70)

Em contraponto a uma possível manipulação política, o associativismo e a mobilização social são apresentados como possuidores de grande força e poder popular. Dentro desse tema, a ação política popular aparece como um poder transformador dos problemas sociais, assim como a necessidade do reconhecimento e do estímulo ao sentimento de pertencimento ao espaço em que se vive. Por fim, também observamos que existe uma valorização da criação de caprinos, em detrimento aos bovinos, tendo como principal argumento a adaptação desses primeiros animais ao clima e a vegetação, assim como o estímulo ao beneficiamento de frutas nativas da caatinga como forma de geração de renda.

5.1.5 Manejo Sustentável da Caatinga-Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas

“Manejo Sustentável da Caatinga – Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas” obedece ao mesmo formato das demais cartilhas do Instituto, já descritas nesta dissertação, com imagens ilustrativas sobre o tema nas páginas ímpares e textos de apoio nas páginas pares. Essa cartilha possui duas edições. A primeira edição foi um material elaborado, à princípio, para as pessoas que participaram de um projeto de preservação ambiental, desenvolvido pelo Instituto de nome “Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas”. Por sua vez, a segunda edição, analisada por nós, foi revisada e ampliada com a proposta de promover uma discussão que também atenda outros públicos, como universidades, entidades de pesquisa e governo.

Em seu texto introdutório, a cartilha “Manejo Sustentável da Caatinga – Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas” apresenta ao leitor sua intenção de ser mais que um livro técnico, um produto pedagógico que tem como intenção animar a reflexão sobre Semiárido e recaatingamento. O termo recaatingaré semelhante ao reflorestar. Significa realizar ações que promovam a reconstrução do bioma caatinga, um processo de recomposição que deve ser realizado por meio do replantio e do favorecimento da germinação espontânea de espécies vegetais nativas, em lugares onde houve a devastação da caatinga através da ação humana (IRPAA, 2011).

Essa cartilha possui como conteúdo questões relacionadas aos seguintes temas: clima, água, manejo do rebanho, manejo da caatinga e recuperação de áreas degradadas, fundo de pasto e comunidades tradicionais. A caatinga é apresentada como necessária à manutenção do equilíbrio ambiental do Semiárido e a proposta principal dessa publicação é que o leitor consiga construir um “Plano de Manejo Sustentável da Caatinga”, cujo lema é “A Caatinga em pé vale mais que a Caatinga no chão!”. Para tanto, esse bioma é defendido como detentor de diversas potencialidades, entre elas fonte de riqueza econômica, sendo estimulado a manutenção de toda sua flora para fins de extrativismo consciente de cascas, fibras, frutos, madeira, remédio, mel, produção de carne, leite, elaboração de artesanatos, fomento ao turismo, entre outros, em textos como: “Tem cooperativa que exporta produtos de Umbu até para Europa” (IRPAA, 2018, p.26)

Ela atinge cerca de 10% do território nacional e é exclusivamente brasileira, não pode ser encontrada em outro país do mundo. A caatinga é o ecossistema mais adaptado as condições do clima e do solo, portanto é o mais resistente e cada vez que ela é desmatada ou alterada temos que ficar alertas para o risco da desertificação (IRPAA, 2018, p.14).

Segundo Filipi Domingues (2019), a desertificação, caracterizada quando os danos causados no solo, pela falta de chuvas e pela ação humana, já são quase irreversíveis, “(...) pelo menos 12,85% do Semiárido brasileiro enfrenta o processo de desertificação, segundo o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens e Satélites (Lapis). Mas as áreas sob risco são ainda maiores: o equivalente a 16% de todo o território nacional” (s/p). O processo de desertificação ocorre quase que exclusivamente nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas do planeta, uma vez que são nessas regiões, que o solo é naturalmente mais frágil, com pouca água e pouca matéria orgânica (carbono).

A desertificação, normalmente, acontece a partir da retirada da cobertura vegetal do solo, por desmatamento, o que deixa a terra exposta ao sol, agravando a situação, por permitir que o solo fique rapidamente arenoso ou rochoso. Sem nutrientes e sem água, é quase impossível que novos seres vivos se estabeleçam nesse local. A desertificação pode ser despertada por vários fatores, como eventos climáticos, contudo Carvalho e Schistek (2013), conforme descrevemos nesta dissertação, já alertaram para os riscos da desertificação no Semiárido, especialmente produzida por ações da “Indústria da Seca”.

Por ser voltada para conteúdos ambientais, nessa cartilha, há uma abordagem de defesa sobre a origem e funcionamento das comunidades tradicionais de fundo de pasto, que são comunidades localizadas no Semiárido baiano, onde predominam áreas de uso coletivo da terra, o que permite a criação de animais soltos pela vegetação e o extrativismo. Também são trabalhados diversos conteúdos voltados para a redução dos impactos humanos no meio ambiente, a criação de animais de caprinos, por exemplo, que só é considerada como uma ação degradante diante da possibilidade de superpastoreio.

“Manejo Sustentável da Caatinga – Recaatingamento com Comunidades Agropastoris e Extrativistas” também fomenta o associativismo e a organização popular e comunitária. Tecnicamente, define que o recaatingamento deve ser realizado por toda comunidade, assim, para o exercício das atividades propostas,

como criação de viveiros de mudas, recuperação da área degradada, instalação de cercas, durante o processo de recuperação das áreas, a cartilha exprime ser necessário que exista a participação da coletividade de pessoas, sendo sugerido até mesmo um “Acordo coletivo sobre o uso da caatinga”, além da criação de associações agropastoris.

A cartilha também aborda a importância da prática de uma Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido nas escolas. Tanto o texto quanto algumas de suas imagens destacam a educação contextualizada como uma forma de trabalhar com conteúdos do dia a dia das comunidades, garantindo a aprendizagem de conhecimentos necessários para o bom relacionamento com a natureza e com seres humanos. Ainda sobre a ECSAB, é ressaltado que essa se realça como proposta pedagógica porque articula valores indispensáveis para a vida em sociedade como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e respeito às diferentes culturas, credos e religiões (IRPAA, 2018).

5.1.6 Umbuzeiro - produzindo renda no Semiárido Brasileiro-Módulo I

O livro “Umbuzeiro- produzindo renda no Semiárido brasileiro” foi publicado no ano de 2010, ressaltando a experiência do IRPAA no trabalho de estímulo a formação de cooperativas de beneficiamento de frutas nativas, a exemplo da fundação da Cooperativa Agrícola Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-COOPERCUC, que tem contribuído significativamente para a geração de renda das comunidades onde desenvolvem suas atividades. Dividida em três partes, a proposta da obra é apresentar para seus leitores subsídios para a sensibilização, organização e implementação de cooperativas na região.

Apesar de ter unidades no interior do município, a sede da Coopercuc fica na zona urbana de Uauá, distante 126 km de Juazeiro. Essa instituição, que faz o beneficiamento de frutas como o umbu e o maracujá do mato, alimentos nativos da caatinga, tem ganhado visibilidade em todo o mundo pelo trabalho sustentável e inovador que desenvolve. Neucimeire Souza (2021), analisando reportagens da WEBTV Caatinga, nos conta que a história da Coopercuc está alicerçada no

“(…) incentivo e a transmissão de conhecimentos, repassados por freiras em missão na cidade de Uauá, no final da década 1980, fizeram algumas mulheres se articular e perceber que poderiam ter participação decisiva nas dinâmicas políticas e financeiras da comunidade, por meio de algo que era próximo à sua realidade - a venda do umbu transformado em geleia. O negócio deu certo e foi oficializado em 2004, com a criação da Coopercuc. Hoje, essa cooperativa conta com mais de duzentos e setenta cooperados/as, sendo a maioria mulheres, envolve cerca de 450 famílias no processo de produção, vende seus gêneros em todo o Brasil e também exporta para a França e Itália. Aos poucos, o leque de produtos foi ampliado, assim, de frutas como o umbu e o maracujá do mato, são fabricadas compotas, variados doces, geleias e até cerveja artesanal de umbu, novidade da Coopercuc (p. 122 e 123).

A primeira parte do livro apresenta uma visão geral sobre os ecossistemas brasileiros com maior destaque para o bioma caatinga, mostrando espécies da fauna, vegetação e os principais modos de vida das comunidades da região semiárida, sobressaindo a importância social, econômica e ambiental da cultura do umbuzeiro, além das regiões que se sobressaem na produção desse fruto. A segunda parte aborda questões relacionadas ao processamento do umbu e aponta para as boas práticas da fabricação de produtos a partir da experiência da COOPERCUC. E a terceira e última parte da publicação mostra o passo a passo da fabricação e receitas de comidas feitas com o fruto, bem como divulga conteúdos relacionados a mostras culturais regionalistas, aboios, versos, músicas e fotografias, que remetem ao Semiárido.

Em linhas gerais, os temas que mais se destacam na publicação são a valorização do associativismo e do cooperativismo, enaltecimento das comunidades de fundo de pasto e da caatinga, a geração de renda, através de atividades coletivas, e a necessidade de preservação do meio ambiente. Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012) demarcam que o associativismo está ancorado nas perspectivas alternativas ou renovadoras da democracia, ampliando os espaços de representação política e/ou contestando padrões culturais e institucionais. Além disso, o associativismo ajuda a fortalecer redes e os vínculos sociais, proporcionando benefícios tanto privados, ajudando, por exemplo, nas carreiras profissionais ou na formação de lideranças políticas e sociais, quanto benefícios públicos, como a cooperação, a confiança e a reciprocidade.

O bioma caatinga aparece novamente como um ecossistema único, brasileiro, com uma vegetação diversa e que desenvolveu através do tempo

diversas estratégias para se adaptar ao clima e ao solo da região. É descrita a queda das folhas de sua vegetação no início da estação seca, como uma estratégia que visa garantir a redução da perda de água pela transpiração das folhas, por exemplo (IRPAA, 2010).

O livro, por meio de outros esclarecimentos geográficos, sinaliza que o bioma caatinga ocupa cerca de 11% do território nacional, se estendendo pelos estados da Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Minas Gerais, porém em cada um desses territórios, a caatinga deve ser compreendida em suas particularidades climáticas e suas diferentes possibilidades de desenvolvimento. Fica evidente ainda, nessa produção, uma crítica ao processo de colonização implementado pelos portugueses, pois a forma como foi ocupado esse espaço físico favoreceu a situação de fragilidade do ecossistema. Antes de conhecê-lo, os portugueses que aqui chegaram, foram logo devastando grandes extensões de áreas para implantar as fazendas de criação de gado, plantações de cana-de-açúcar, extração de madeira nobre e implantação de práticas e costumes culturais diferentes do que o bioma caatinga comportaria ou que o povo local praticava (IRPAA, 2010).

“Umbuzeiro - produzindo renda no Semiárido brasileiro” é composto por fotografias que enaltecem a beleza desse bioma, closes em flores, polpas de frutas, imagens de animais nativos e diversos umbuzeiros que compõe o arsenal de ilustrações que recheiam o livro. Também se destacam a grande quantidade de imagens ressaltando momentos coletivos. Por toda obra, 24 imagens correspondem a situações em que as pessoas estão reunidas em torno de um objetivo comum, como reuniões, preparo de doces, colheita de frutos, que são enaltecidos como detentores de relevante poder comercial. O umbu, foco da publicação, teve seu preço calculado enquanto produto in natura, comercializado em sacas pela comunidade junto aos atravessadores, assim como beneficiado, como compotas e doces, mostrando o potencial econômico desse fruto na geração de renda.

5.2 EDUCAÇÃO E DIVERSÃO PARA O PÚBLICO INFANTIL

Além das publicações educomunicativas, em formato de cartilhas e livros, que foram selecionados para a análise de conteúdo, nesta dissertação, outros três materiais do IRPAA, voltados para a diversão do público infantil, merecem destaque por apresentarem em comum como tema principal a água no Semiárido. O primeiro é o jogo de tabuleiro “A trilha da água”, elaborado para crianças a partir de oito anos de idade usufruírem em grupo, com abordagens que estimulam o conhecimento sobre o uso adequado da água. Na sequência, analisamos o material educativo “A gota d’água nos ensina”, voltado para a alfabetização de jovens e adultos, que faz uso das letras do alfabeto para explicar palavras contextualizadas ao universo do Semiárido. Por fim, avaliamos a revista em quadrinhos “A história do Pingo d’água-Pingo, o defensor das águas” que apresenta ao leitor o ciclo das chuvas e convida a reflexões sobre a preservação do meio ambiente.

5.2.1 A Trilha da Água

O jogo educativo “A trilha da água” é recomendado para crianças a partir de oito anos de idade e pode ser utilizado por até quatro participantes. Ele foi produzido para ser aproveitado como recurso didático nas escolas em momentos de interação entre professores e estudantes. O material é composto por uma pequena bolsa feita de papel resistente, um tabuleiro, um dado, cartões de papel nas cores azuis, amarelos e vermelhos, conforme Figura 5.

Figura 23 – Jogo educativo “A trilha da água”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

A dinâmica do jogo consiste em jogar o dado e com um pequeno objeto escolhido pelo participante, percorrer as casas desenhadas no tabuleiro, que podem ser brancas, vermelhas, amarelas e azuis. Essas quatro cores parecem dialogar com a representação da região semiárida: branco das nuvens, azul do céu, amarelo e vermelho das flores da paisagem. Caso o participante alcance uma casa na cor branca, nenhuma atividade adicional deverá ser realizada. Se o jogador parar em alguma casa de cor amarela, deverá escolher uma carta da mesma cor e ler uma mensagem descrita e assim sucessivamente, em relação às casas vermelhas e azuis. As mensagens amarelas descrevem atitudes consideradas inadequadas ao bom uso da água, como por exemplo: “Você não mediu a quantidade da chuva-Volte 3 casas”; “Você não fechou bem a torneira-Volte 5 casas”; “Na sua casa ainda não tem cisterna-Volte 4 casas”, o que indica que o participante está sofrendo punições.

Esses questionamentos sugerem que professores e estudantes se aproximem mais das tecnologias de uso, captação e manejo da água difundidas pelo IRPAA nas comunidades, como cisternas de pedra e cal; de placa e de tela-cimento, barragens subterrâneas, barreiros, cacimbas e de areia, cacimbões, tanques de pedra, cisternas de produção, tanques de trincheira e caxios. Esses instrumentos aproximam a água da casa, do terreiro e da comunidade onde os agricultores residem. Além disso, é uma alternativa para que as pessoas passem a depender menos das políticas compensatórias, como o carro-pipa, valorizando mais a água da chuva. Algumas dessas tecnologias apareceram, nessa região, desde a época da expansão colonial, no século XVI, outras nasceram ou são aperfeiçoadas no início

de 1980, com a atuação dos movimentos sociais, ONGs, setores da Igreja em prol da “Convivência com Semiárido” (SALCEDO, 2015).

Por sua vez, nas cartas de cor vermelha, são realizados questionamentos sobre o uso adequado da água, como “O que é uma cacimba?”; “Quem precisa de mais água: a cabra ou a vaca?”; “O que significa a palavra semi-árido?” Caso o participante consiga responder, poderá jogar o dado mais uma vez, se não conseguir não poderá andar na rodada e deverá esperar a próxima vez. As respostas aos questionamentos estão em um papel que acompanha o jogo, ao todo, vinte perguntas desses tipos são disponibilizadas. As cartas azuis, por fim, apresentam mensagens positivas sobre o bom uso da água e oferecem benefícios como o avanço de casas, por meio de comentários como “Que bom, você mede a quantidade de chuva! Ande 3 casas para frente”, “Ótimo! Você não joga lixo no açude! Ande 3 casas para frente”, “Ótimo, você não joga lixo no rio! Ande 3 casas para frente!”.

O desenho contido no tabuleiro, composto por um grande cartão de papel, apresenta alguns elementos que merecem um olhar mais aprofundado à luz da análise de imagem. No local indicativo da saída do jogo, está um grupo de quatro crianças apontando na direção da chegada, logo acima, uma vegetação verde composta por uma árvore e uma coroa de frade representam a caatinga. Os campos ou casas vão percorrendo trechos da paisagem ilustrada, em um deles está uma vegetação maior, com árvores de pequeno porte, mandacarus e macambiras.

A representação apresenta características das áreas urbanas e rurais. Na parte superior, um rio recorta a imagem, separando uma cidade com prédios, igrejas, casas e escolas do restante da vegetação. Chamamos atenção para o fato de todas as construções representativas da cidade possuírem cisternas. Na parte inferior, onde está o caminho de casas que cada jogador deve percorrer, está desenhada a zona rural. Representada por uma escola rural, um apiário e uma casa com uma mulher alimentando galinhas e um pequeno grupo de bodes passeiam pelo quintal. Tanto a escola rural quanto a casa também possuem cisternas. Ao final do percurso, um casal, formado por uma mulher e um homem, segura uma jarra e um copo com água, parados ao lado de um filtro de barro indicando a chegada e o fim do jogo.

Tecnicamente, essa ilustração foi completada em aquarela figurativa e possui sua aguada delimitada pelo traço ou linha de cor preta, que estabelece as formas do

desenho. Esse tipo de configuração permite que o observador faça uma leitura de um contexto real, uma realidade que se deseja expressar, nesse caso, a zona rural do Semiárido. Observamos ainda que não existe no material nenhuma referência a essa região nos períodos de estiagem, considerando que há uma predominância da cor verde para dar vida a flora. A ilustração, que preenche todo o tabuleiro, também apresenta aspectos positivos e agradáveis ao representar na paisagem uma harmonia entre cidade e meio ambiente, assim como as pessoas realizando atividades cotidianas como caminhar pela estrada ou cuidar de animais.

Com relação aos temas abordados, destacamos, obviamente, que o jogo destaca a necessidade de organizar no Semiárido o acesso à água, em quantidade e qualidade adequada a vida humana, representadas pelas cisternas nas casas, rio e pelo filtro de barro utilizado para retirar as impurezas desse líquido, potencializando o seu consumo. Roberto Malvezzi (2007) salienta que a captação da água da chuva foi usada pelo povo de Israel ainda nos tempos bíblicos. Para Gnadlinger (2015), os árabes herdaram dos romanos as tecnologias de captação de água de chuva que também serviram para os espanhóis e portugueses. Além disso,

(...) na península da Yucatã, perto da cidade de Oxkutzcab, ao pé do Monte Puuc ainda hoje se vêem realizações dos Maya; no século X existia ali uma agricultura baseada no manejo de água de chuva. As pessoas viviam nas encostas e sua água potável era fornecida por meio de cisternas com capacidade de 20.000 a 45.000 L, chamadas 'chultins' (NEUGEBAUER, 1986 apud GNADLINGER, 2015, p. 43).

Ao longo desse período, foram desenvolvidos vários modelos de cisternas. No Brasil, em 1967, um pedreiro do estado de Sergipe criou a cisterna de placa. Ele teve a ideia ao trabalhar na construção de piscinas de um clube em São Paulo. Quando voltou para o Semiárido, resolveu construir um recipiente semelhante para guardar a água da chuva (MALVEZZI, 2007). Normalmente, nas comunidades, além do cimento como material base, a bica e a calha desse tipo de tecnologia de captação de água das chuvas são feitas com zinco e canos, respectivamente, reservatórios que, geralmente, tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água. Seu uso é indicado para a família beber, cozinhar e escovar os dentes (MALVEZZI, 2007).

Outro ponto perceptível da ilustração do tabuleiro é a presença de uma cidade com sua zona urbana e rural, que se destaca por mostrar que o Semiárido

não existe apenas no campo. Ainda ficou perceptível, para nós, uma preocupação em representar os aspectos defendidos pelo IRPAA em relação ao eixo Produção, como criação de animais adaptados a região, como bodes, galinhas e abelhas. Além disso, a caatinga se faz presente com a diversidade de seus arbustos, macambiras, tradicionais cactos, mandacarus e coroas de frade.

5.2.2 A Gota d'Água nos Ensina

O material educativo “A gota d’água nos ensina” foi elaborado para ser utilizado por crianças, durante a alfabetização ou séries iniciais (Figura 6). Ele é composto por diversas gotas de papel. De um lado, estão as letras do nosso alfabeto, acompanhadas por ilustrações que remetem ao outro lado do papel, onde constam as palavras iniciadas com as letras correspondentes e seus significados. A proposta do material é sensibilizar o usuário sobre a natureza e o uso da água, porém seu conteúdo também pode ser utilizado com jovens e adultos que estejam iniciando o processo de leitura.

Figura 24-Material educativo “A gota d’água nos ensina”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

As recomendações didáticas expressas no manual sugerem que o texto, presente no verso de cada gotinha, pode ser empregado para fazer um trabalho de produção e pesquisa dentro da própria comunidade, assim como sua utilização pode ser realizada de forma interdisciplinar, unindo conhecimentos das várias áreas,

como português, matemática, geografia, história e ciências. As ilustrações do encarte do material apresentam dois cenários principais. No superior, duas crianças brincam próximo a uma cisterna enquanto uma mulher segura um balde. Nesse local, também existem galinhas e bodes. No desenho inferior, um grupo de quatro crianças vibram ao observar uma paisagem composta pelo bioma caatinga, onde visualizamos um pôr do sol e um rio.

“A gota d’água nos ensina” possui desenhos e textos que fazem referência ao Semiárido Brasileiro, como as irregularidades das chuvas, descrita no texto correspondente a letra “S”, que, no seu verso, descreve a palavra “Sertão”, acompanhada da frase: “O sertão do Nordeste tem chuvas irregulares. Mas, nem por isso, ele deixa de ser bonito rico e viável”. Na letra “U”, foi utilizada a palavra “Umbuzeiro- Fruteira nativa, adaptada ao clima Semiárido que consegue armazenar água nas suas raízes (batata). Daí ela armazena água como uma cisterna”. Por sua vez, a letra “A” apresenta o texto: “Água: fonte de vida para crianças, adolescentes, adultos animais e plantas, não há vida sem água. Preserve sempre a água”.

Sobre vocábulo “Sertão” é importante realçamos que ele serviu, ao longo das décadas, como a principal forma de designação para o Semiárido Brasileiro, até o surgimento da proposta da “Convivência com o Semiárido”, representado como um espaço geográfico limitado pela existência de uma hostilidade ambiental, caracterizada por temperaturas elevadas e precipitações irregulares, que forçosamente gerava pobreza, seca, êxodo rural e fome. Homogeneizado sob a alcunha de “Sertão” ou identificado politicamente como Nordeste, essa associação dos territórios semiáridos a uma perspectiva desfavorável mobilizou o governo brasileiro a elaborar estratégias de dominação da semiaridez. Em decorrência disso, foram criados os primeiros órgãos que seriam responsáveis por pensar a questão da seca, por exemplo, como a própria SUDENE, em 1959, que seria responsável por implementar e desenvolver ações voltadas para área econômica e social (SANTOS, 2010).

As ilustrações desse material didático seguem o mesmo padrão utilizado pelo Instituto em outras produções. São aquarelas figurativas, onde as imagens possuem contornos com traços que as delimitam e estabelecem suas formas, pintadas em tons suaves e que buscam representar um contexto real. Assim, o filtro de barro representado na letra “F”, se assemelha a um filtro real, de cor marrom, com uma torneira em sua base. Da mesma maneira, o “Z” de zona rural, que

predomina na associação ao Semiárido nas representações do IRPAA, está ofertado por uma típica comunidade rural, com algumas poucas casas ao longo de uma estrada, com cerca de madeira e cisternas acopladas aos telhados.

O bioma caatinga mais uma vez é utilizado como referência à natureza, representado pelo umbuzeiro e pelo xique-xique, uma planta resistente ao clima quente ou por imagens de outras espécies como coroas de frade e arbustos. A letra “Q”, por exemplo, ficou caracterizada por quintal, que, na imagem, foi representada por um quintal cercado com madeira, uma cisterna branca acoplada ao telhado da casa, alguns cactos e arbustos e um bode se alimentando em um pequeno cocho, cenário tipicamente rural. Evidenciamos ainda que, na maioria dos textos, a temática da água para beber é reiterada, reforçando que essa precisa ser limpa, de boa qualidade e quantidade adequada. Nos cartões de letras, outras palavras remetem a reafirmação de que o Semiárido é um local bom de viver.

5.2.3 A História do Pingo d'Água – Pingo, o defensor das águas

A revista em quadrinhos, intitulada “A história do Pingo d'água- Pingo, o defensor das águas”, narra à trajetória de uma pequena gota de água que, de maneira didática, tenta demonstrar como ocorrem os ciclos das chuvas e chamar atenção para problemas ambientais que afetam os mananciais de água pelo mundo. Essa revista é impressa em papel reciclado, possui vinte e seis páginas, capa colorida e interior composto apenas por desenhos contornados em preto e branco, para que seja colorido pelo leitor, conforme podemos verificar na Figura 7.

Figura 25- Revista em quadrinhos “A história do Pingo d'água – Pingo, o defensor das águas”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O personagem Pingo possui o formato de uma gota, com pés e braços, pernas e pés (Figura 7). Essa gota possui feições humanas, com olhos, nariz e, na maioria das páginas, esboça um largo sorriso. Ele também utiliza um chapéu pontudo, aparentemente feito de palha, porém seguindo o contorno pontiagudo de sua forma. Apesar do tema da revista em quadrinhos ser a água, a aplicação da análise temática permitiu a identificação de diversas outras abordagens relacionadas aos eixos do IRPAA, presentes no conteúdo analisado.

Inicialmente, Pingo se apresenta esclarecendo que ele é uma gotinha de água, que juntamente com outras iguais a ele, formam as chuvas. A gota então convida o leitor a fazer uma viagem para conhecer como ocorrem os ciclos da água na natureza, esclarecendo como ocorre a evaporação, a precipitação das chuvas e a formação de mares, oceanos, rios, lagos e lençóis subterrâneos. Em decorrência disso, a natureza é o grande pano de fundo da publicação. As imagens da fauna e flora da caatinga contextualizam o ambiente em que se passa a história, percorrendo o Semiárido Brasileiro.

Grande parte do Semiárido Brasileiro (SAB), é localizado na região Nordeste. Em Julho de 2017, foi anunciada uma nova delimitação dessa área, totalizando 1.189 cidades nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2017). O subsolo dessas terras é formado por 70% de rochas cristalinas que dificultam a formação de mananciais e potabilidade da água (MALVEZZI, 2007). A proposta da “Convivência com o Semiárido”, conforme já ressaltado nesta dissertação, se caracteriza, especialmente, por propor que

A leitura de Semi-árido passa a ser redimensionada. Ele passa a ser o território das possibilidades de práticas, vem à tona as ideias do desenvolvimento integrado sustentável, que vai se efetivando aqui e ali, através da agroecologia; das cisternas familiares de captação da água de chuva nos telhados, garantindo água de chuva para o consumo humano e também visando a produção; barragens subterrâneas; cisternas na roça; associações de fundo de pasto; produção de caprinos e ovinos; apicultura etc, e todos baseados na agricultura familiar e na busca de segurança alimentar e nutricional. (...) A convivência com o semi-árido também se apresenta na busca de uma nova dinâmica sócio cultural e educativa, redimensionando o lugar dos sujeitos e das imagens produzidas sobre esses e sobre o ambiente (CARVALHO, 2004, p. 23).

Nas imagens, é possível identificar a presença de mandacarus, palmas, xique-xique, coroa de frade, assim como de calangos, tatus, do pássaro casaca de couro, gavião, além de tamanduá, jegues e formigas. Na página oito da revista, por exemplo, uma imagem formada pelo sol e por um mandacaru, ambos sorrindo, descreve como ocorre a evaporação da água. Na composição de imagens a seguir, também estão o bode e um pássaro repousado sobre um xique-xique. Pingo, na sequência, segue esclarecendo que muitas pessoas já sabem a importância de guardar a água que cai do céu, apresentando os barreiros, caxios e cisternas.

Os barreiros, também chamados de tanques, são tecnologias comuns no Semiárido. Reservatórios pequenos e rasos, escavados com trator ou com o uso da força humana, através de pás e picaretas. Geralmente, são utilizados para dessedentação animal, mas, em muitos casos, já serviram para o consumo humano, o que é um grande problema, já que suas águas não são consideradas potáveis. Seu custo financeiro costuma ser baixo, ao contrário de outras tecnologias como as barragens que dependem de recursos vindos, na maioria das vezes, do governo federal (MALVEZZI, 2007).

Em seguida, Pingo faz uma crítica ao mau uso da água, destacando, em sua explanação, que muitas pessoas não possuem esse líquido em quantidade e qualidade suficientes para consumo e alerta para o desperdício. A revista reforça, assim, a importância da preservação do meio ambiente e o perigo do desmatamento das margens e leitos dos rios, principais causas do assoreamento, assim como da poluição. O tom crítico da narrativa permanece quando a gotinha destaca que a água é “Um bem público fundamental à saúde e está sendo vendida muito cara” (IRPAA, 2008, p.18). Na imagem seguinte, aparece um carro-pipa percorrendo uma estrada de cactos, fazendo referência à “Indústria das Secas”. A gotinha também afirma que

o líquido é essencial a vida, sendo um direito de todos os seres vivos, reforçando que, por ser uma necessidade primária, é um direito humano.

A presença do caminhão-pipa no Semiárido remete ao período de atuação da SUDENE. Através da “Operação Carro-Pipa”, que começou, no Brasil, em 1998, com os trabalhos do “Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável”, o Exército Brasileiro, por meio do Comando Militar do Nordeste (CMNE) tem sido responsabilizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) e pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) por esse tipo de ação. De acordo com dados do Ministério da Defesa, até 2016, esse projeto atendia a 848 municípios nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, e municípios situados no norte de Minas Gerais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

A presença desse tipo de programa divide opiniões. Alguns acreditam que a água distribuída pelos carros-pipa não resolve o problema das famílias no período de estiagem, porque logo a carrada despejada acaba e os moradores voltam a precisar do recurso hídrico. Outros consideram a água ofertada ruim para consumo, por possuir um gosto salobro.

“A história do Pingo d’água - Pingo, o defensor das águas” expõe apenas uma imagem que referencia o espaço urbano, uma cidade representada por prédios e um homem lavando um veículo, utilizando uma mangueira, para representar o desperdício de água. Os demais espaços que aparecem nas imagens são característicos do ambiente rural, com casas simples, inseridas em meio à caatinga como efígie da natureza.

5.3 CARTAZES DE PANO

Conforme pontuamos anteriormente, os cartazes de pano constituem uma parte importante da história do IRPAA. Utilizados como recursos pedagógicos, para ajudar na transmissão de informações, eles foram fotocopiados, pintados à mão e transformados em cartilhas para que pudessem alcançar novos públicos, mas ainda continuam sendo aproveitados pela maioria dos seus técnicos. A necessidade de transmitir os conteúdos com excelência fez com que os desenhos fossem

produzidos por artistas das próprias comunidades, a exemplo de José Ivomar Pereira de Sá, apontado como um dos ilustradores mais antigos dos materiais do Instituto.

Para a realização da análise dos produtos educacionais do IRPAA, foram fotografados 114 cartazes encontrados na sede do Instituto. Em seguida, foram selecionadas 12 imagens, seguindo as categorias de análise temática estabelecida por nós. Compreendermos o conteúdo desses cartazes foi essencial, considerando que a maior parte das figuras deles está inserida em diversas publicações do IRPAA, em especial, nas cartilhas temáticas dos cursos. Destacamos ainda, por esse motivo, que buscamos selecionar para análise cartazes que as imagens ainda não tinham aparecido em outros materiais avaliados.

O cartaz de pano que apresenta o tema “Educação Contextualizada” foi o primeiro que chamou nossa atenção pelo tamanho e colorido. Esse material, diferente dos demais, que mediam aproximadamente um metro de largura, apresenta uma grande dimensão, chegando a medir mais de dois metros de altura por dois metros de largura. Sua confecção permanece sendo em tecido de algodão na cor branca. Além do tamanho diferenciado, esse cartaz se destaca pela forma lúdica com que apresenta o referido tema, conforme podemos observar na Figura 8.

Figura 26–Cartaz de pano “Educação Contextualizada”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

Em primeira perspectiva, observamos a imagem de duas mãos segurando um livro aberto. A mão esquerda empunha o livro apoiando a capa em sua palma e a mão direita tem o dedo indicador apontando para letras escritas nas páginas do

livro. Dessa última figura, surge algo que se assemelha a uma fumaça ou espectro que liga as páginas expostas a outras imagens que flutuam, localizadas em um plano superior do cartaz, que estão organizadas em cinco nuvens ou espectros.

O primeiro espectro, circunscrito do lado direito, faz referência a uma rádio comunitária. A imagem apresenta uma construção estilo casa, de cor branca, com o nome rádio comunitária pintado na fachada, além de uma árvore frondosa, de cor verde e uma antena de cor preta com traços curvos em sua parte superior. A segunda nuvem apresenta uma cisterna, uma pequena horta, um barreiro ou tanque com água e uma bomba da água popular. Ainda nessa representação, o céu de cor azul divide espaço com o verde da natureza e o marrom da terra.

A terceira projeção sobre o livro expõe uma construção na cor amarela, com a inscrição na fachada “cooperativa”, um alpendre de telhas, onde embaixo está um grupo com quatro pessoas. Ainda é possível visualizar uma quinta pessoa, do sexo feminino, caminhando em direção à cooperativa, segurando algo em suas mãos. As cooperativas se diferem do modo de produção convencional e constituem as bases e as oportunidades para o desenvolvimento dos trabalhos e gestão coletiva (SANTOS, 2009). O quarto espectro, por sua vez, é composto por um grupo de caprinos, dez ao todo. Além dos animais, há duas árvores com copas verdes e um serrote ao fundo. E a quinta e última imagem é composta por uma casa de cor rosa, com uma cisterna branca instalada ao seu lado.

Por detrás das mãos que seguram o livro, há um grupo de cinco pessoas, aparentemente três crianças e dois adultos, sentados em baixo das nuvens com suas projeções. A pessoa localizada no centro da imagem se destaca das demais por estar com um dos braços erguidos na direção das representações já descritas, tocando a terceira nuvem, onde aparece a imagem de uma cooperativa. Três dos integrantes do grupo observam esse gesto. Uma menina, sentada do lado esquerdo, que está vestida com uma camisa amarela e que possui longo cabelo trançado, assim como os dois outros meninos estão do lado direito da figura em evidência. Um participante não mantém o mesmo comportamento, seu olhar está direcionado para o livro e seu semblante não aparenta ser de uma criança, mas um homem de idade adulta.

No cartaz de pano “Educação Contextualizada”, todo o grupo está sentado no chão “batido”, sendo a terra de cor marrom, mas, ao redor das pessoas, se sobressaem dois mandacarus, ramagens de cor verde e ao fundo algumas serras

também de cor verde. Sobre o conjunto de pessoas e abaixo das nuvens com a composição de imagens estão as palavras “EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA”, em letras maiúsculas e coloridas. Toda imagem, em linhas gerais, é composta por cores fortes e vibrantes.

Sob essa perspectiva interpretativa, o conteúdo descrito dessecartaz é alusivo ao conceito de “Educação Contextualizada”, como uma forma de educação defendida pela perspectiva da “Convivência com o Semiárido”, que assume “um caráter político de transformação social, de conhecer melhor a sua realidade social, ambiental, cultural, política e econômica” (NERI, 2011, p. 15). Observamos ainda que não há referência ao espaço físico escolar, o que remete ao fato de que a “Educação Contextualizada”, enquanto proposta pedagógica, estimula uma reflexão sobre a importância da valorização de conhecimentos diversos que vão além da sala de aula enquanto espaço físico.

Essa proposta não desconsidera ou realiza a negação do saber escolar, nem tão pouco defende sua extinção, porém entende que “os conteúdos trabalhados na escola precisam fazer sentido na vida dos educandos, estabelecer uma relação entre teoria e prática” (NERI, 2011, p.16).

Com base nos pilares da educação, elegemos quatro eixos temáticos que, integrados a eles, pudesse abranger a complexidade do pensar uma educação comprometida com a construção de um novo projeto social fundamenta nos princípios da Convivência com o Semiárido- Princípios que envolvem as relações homem/mulher e natureza, cultura, trabalho e sociedade no conjunto amplo das políticas de desenvolvimento (SOUZA e REIS, 2003, p.21).

De forma ampliada, a leitura homogeneizada da imagem também demonstra um claro posicionamento político social sobre a “Educação Contextualizada”. O livro aberto diante da sociedade, de onde saltam conhecimentos locais, que versam sobre outras formas de desenvolvimento, deixa evidente a crítica realizada pelos defensores dessa proposta educacional a respeito aos valores impostos pelos livros didáticos brasileiros. Segundo Martins (2006), em geral, os livros didáticos utilizados por diversos estudantes do país, são produzidos por profissionais da educação do Sudeste brasileiro, que possuem pouca ou nenhuma intimidade com as realidades de cada região. Assim, muitas vezes, esses materiais expõem uma série de equívocos e deturpações, além de reforçar uma visão estereotipada da região

semiárida, os conteúdos produzidos, nesses lugares, tornam a educação descontextualizada, colonizadora, ao se dirigir hegemonicamente de uma determinada realidade e produzir efeitos em outras.

Carvalho e Reis (2013), ao refletirem sobre o tema, entendem que os materiais didáticos descontextualizados da realidade daquele que faz seu uso, não contribuem para o desenvolvimento de competências, habilidades das crianças e jovens ou de dotá-los de posicionamentos críticos a respeito de problemáticas enfrentadas ou de posturas criativas para desenvolver soluções prudentes e de respeito às condições de semiaridez. Para esses autores, esses materiais são compostos por conteúdos pejorativos, limitados, que reforçam a negatividade e a marginalização do Semiárido diante dos demais territórios. A proposta da ECSAB, por meio da contextualização do saber, ao contrário, colabora para que as crianças e os jovens passem a reconhecer os ambientes semiáridos nos materiais didáticos e paradidáticos.

Outros temas alinhavados na imagem perpassam sobre a importância da comunicação comunitária, captação e armazenamento da água da chuva, cooperativismo e fundo de pasto, assuntos relacionados aos eixos temáticos utilizados pelo IRPAA já presente em outros materiais educacionais. Na imagem, por exemplo, a comunicação está representada pela rádio comunitária, localizada em ambiente rural, diante de uma antena emitindo ondas, informação que enaltece o poder da comunicação popular do rádio. O cooperativismo, por sua vez, está representado pela fachada de uma cooperativa, onde um grupo de mulheres desenvolvem suas atividades. O fundo de pasto, enquanto forma de criação extensiva de animais, dá voz ao eixo Terra, assim como a casa etc.

As formas de captação e uso da água para produção de alimentos foram representadas por uma cisterna, uma horta, um barreiro ou tanque e uma bomba d'água popular, que juntas apresentam as possibilidades de captação e uso adequado da água, contemplando o eixo dedicado ao tema água do IRPAA. A “captação e o armazenamento da água da chuva, através de cisternas, para consumo humano e para a produção de alimentos, através de pequenos canteiros de hortaliças despontam como uma importante estratégia para fortalecer a convivência no Semiárido” (NERI, 2011, p.38).

Esses temas reunidos remetem ao local de se viver no Semiárido, ou melhor, exhibe perspectivas semelhantes à proposta do Bem Viver (ACOSTA, 2016),

que convida a sociedade a repensar a lógica do desenvolvimento e da busca pela qualidade de vida. Defende ainda uma relação capaz de privilegiar valores locais ao invés de metas desenvolvimentistas incapazes de serem alcançadas e/ou quando abrangidas não refletem, nem o bem, nem o justo, muito menos o necessário. Acosta (2016), que define essa proposta como “Uma oportunidade para imaginar outros mundos” (p. 238), tem sua compreensão compartilhada por José de Souza Silva (2010) ao afirmar que:

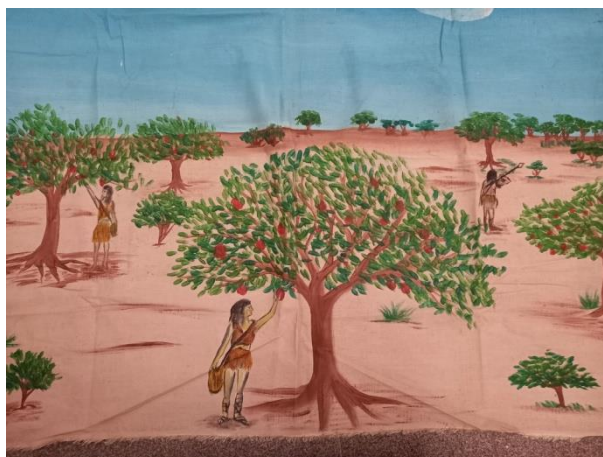
O Bem Viver não é um paradigma tecnológico, mas biocêntrico/espiritual, um horizonte utópico para instigar nossa imaginação, para emocionar-nos, apaixonar-nos e comprometer-nos — eticamente, politicamente, epistemologicamente — com o futuro da vida no Planeta, com a convivência entre todos os seres vivos, humanos e não humanos, também do Semiárido Brasileiro (SILVA, 2010, p.06).

Com relação à expressão “EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA”, escrita em letras maiúsculas e coloridas no cartaz, compreendemos que ela busca extrair do contexto toda e qualquer ambiguidade de interpretações que possam surgir. A imagem, associada ao reforço da frase, permite levar a interpretação daquele que observa exatamente para os conceitos que se deseja explicitar.

O significante, em qualquer meio, aponta para um significado. Mas os significados de diferentes meios são da mesma natureza, claramente não reduzíveis a seus meios de expressão. Esta questão realça uma diferença importante entre linguagem e imagens: a imagem é sempre polissêmica e ambígua. É por isso que a maioria das imagens está acompanhada de algum tipo de texto: o texto tira a ambiguidade da imagem (PENN, 2015, p.319).

O segundo cartaz analisado, denominado “Pré-história no Semiárido” faz referência aos caçadores e coletores que povoaram a região onde, atualmente, está o Semiárido Brasileiro. Nele, podemos visualizar, conforme a Figura 9, duas pessoas recolhendo frutos em árvores, enquanto uma terceira caminha com uma lança, indicando que irá realizar uma possível caça. Tais imagens buscam demonstrar que o povoamento dessa área ocorreu nos tempos antigos e que sua história não inicia pós-colonização.

Figura 27 - Cartaz de pano “Pré-história no Semiárido”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

Segundo as pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí, que fica distante apenas 305 km do município de Juazeiro, os primeiros sinais seguros de atividade humana no Semiárido existem há 52 mil anos. Os habitantes locais eram caçadores e coletores e possuíam uma agricultura primitiva. Nessa época, a região era encoberta por uma floresta tropical, porém com o fim da última época glacial, há nove mil anos, a então região chuvosa se transformou na zona semiárida de hoje (SCHISTECK, 2001, p. 44).

Portanto, o clima nessa região nem sempre foi semiárido. A mudança climática de úmido para semiárido ocorreu há cerca de dez mil anos e a população nativa, que há pelo menos 52 mil anos vivia nessa região, conseguiu adaptar-se e estabelecer uma relação equilibrada com a natureza (NERI et al, 2007, p.133,).

A proposta dessa ilustração é demonstrar que sempre existiram habitantes na região semiárida e que a ocupação do espaço não iniciou com a colonização, pelo contrário, a colonização trouxe a população portuguesa que não reconheceu a sabedoria dos nativos e promoveram um apagamento de uma parte da história. A chegada dos portugueses quebrou o equilíbrio, pois eles não reconheceram a vocação da região e não souberam introduzir outro modelo de vida e de produção apropriada às condições climáticas específicas (NERI et al, 2007).

Figura 28– Cartaz de pano “Fundo de Pasto”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O terceiro cartaz que analisamos é representado pela imagem de uma comunidade identificada como Fundo de Pasto (Figura 10), comum no Semiárido baiano. Os fundos de pasto são as formas de ocupação e organização das famílias nos povoados da região, neles existem áreas de uso individual e grandes reservas de terra de uso comum e coletivo, geralmente, utilizadas comunitariamente para soltura de animais e extração de frutos, mel, cascas de pau, lenha, etc, conforme já descrito nesta dissertação. Na imagem estão pintadas algumas casas de um ambiente rural, com poucas cercas, muito verde, cisternas e um bode ao lado da placa de identificação. Além dessas figuras, o cartaz apresenta a frase “Destruam as cidades e conservem os campos e as cidades ressurgirão: destruam os campos e conservem as cidades e estas sucumbirão”, creditada a Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos entre os anos 1861-1865.

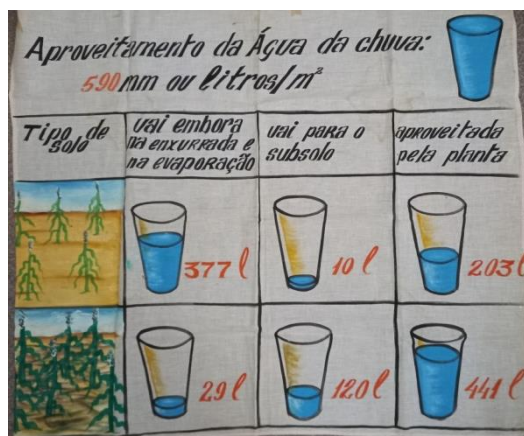
Os fundos de pasto, conforme já descrito, consistem num sistema de ocupação coletiva de terras de uso comunitário e áreas individuais de uso familiar. Conforme a Lei estadual baiana 12.910/2013, que dispõe sobre a regularização de terras ocupadas tradicionalmente por fundos e fechos de pastos, além dos remanescentes quilombolas, para a regularização fundiária desses territórios, é necessário o autorreconhecimento da própria comunidade. Porém, alguns critérios são observados, como o uso comunitário da terra, produção agrícola ou animal de base familiar para subsistência ou comercialização de baixo impacto, parentesco ou compadrio entre moradores, uso adequado de recursos naturais, localização no bioma caatinga e cerrado.

Ainda com base nessa lei, cabe ao Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), declarar a existência dos fundos e fechos de pastos, após as comunidades se autoidentificarem enquanto povos tradicionais, para depois preencherem a documentação necessária e solicitarem o certificado de reconhecimento. Após receberem os registros, a SEPROMI tem um prazo de 90 dias para emitir a certidão e publicá-la no Diário Oficial do Estado. No entanto, a lei tem sido questionada pela Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto e entidades parceiras, principalmente sobre ao que se refere ao art. 3, que traz no inciso 2º, um prazo final, até o dia 31 de dezembro de 2018, para que as associações façam o pedido de certificação de reconhecimento e a regularização fundiária. Com a expiração desse período, esses povos tradicionais estão tendo muita dificuldade para assegurar a garantia de direitos básicos, uma vez que há velhos e novos interesses nessas terras, que se revelam como uma ameaça ao modo de vida dos fundos de pasto, como exploração mineral e construção de parques eólicos.

As propriedades coletivas criaram regras de acordos comuns e orientaram o uso coletivo de terras para a criação de animais de pequeno porte, articulando ao uso individual de parcelas dispersas, onde plantam e residem. A economia destas comunidades baseia-se principalmente na criação extensiva ou semi-extensiva de animais de pequeno e médio porte, sendo em sua maioria de caprinos e ovinos e agricultura familiar. A área coletiva, na maioria das vezes, é aberta, existindo cercas apenas nas áreas individuais para proteger os plantios, geralmente de culturas anuais, fruteiras e plantas forrageiras (IRPAA, 2018, p.24).

A defesa do IRPAA pelo formato tradicional dos fundos de pasto passa por discussões relacionadas à compreensão sobre o significado de desenvolvimento. Para essa instituição, o ideal desenvolvimentista esconde ameaças reais às pessoas que vivem na área rural, pois, em prol de um suposto desenvolvimento, grandes empresas invadem as comunidades, ameaçando a vida das famílias e destroem a natureza, para assim implementarem seus empreendimentos.

Figura 29– Cartaz de pano “Água da chuva”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

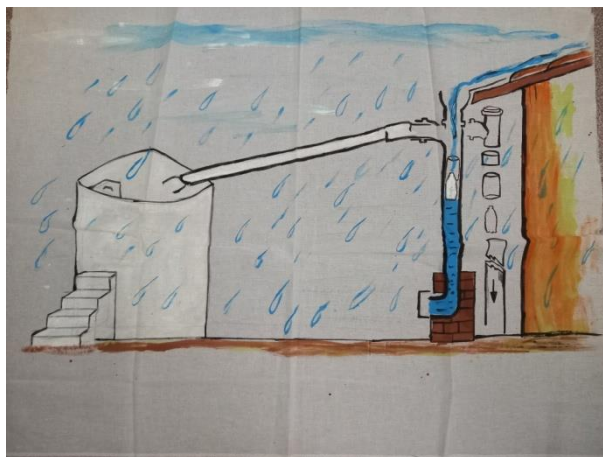
O aproveitamento adequado da água da chuva é o tema do cartaz “Água da chuva” (Figura 11), que apresenta, em formato de tabela, duas formas de preparação do solo, um capinado e outro com cobertura seca, na primeira coluna, intitulada “tipos de solo”, nas três colunas seguintes – vai embora na enxurrada e na evaporação; vai para o subsolo e aproveitada pela planta, respectivamente - aparecem copos com água, em níveis divisados e linhas distintas, representando a quantidade de evaporação da água nas diferentes condições de solo, assim como a capacidade de aproveitamento do solo. Ao lado de cada copo com água, aparece descrita um número em litros e na parte superior da tabela aparece escrito: “Aproveitamento da água da chuva: 590 mm ou litros/m³”.

Este cartaz demonstra, na verdade, uma experiência que pode ser repetida em atividades práticas realizadas pelo Instituto nas comunidades, por ser mais voltado para discussões técnicas dos produtores rurais, porém, intrinsecamente, ele usa a potencialidade da água da chuva para evidenciar a necessidade de adaptação ao meio ambiente, que possui suas particularidades e devem ser estudadas. Essa reflexão e discussão fazem referência também ao intenso processo de evaporação existente na região.

No Semiárido, a evaporação é muito alta e esse processo é determinante para definição do quanto de água da chuva está realmente à disposição das pessoas, dos animais e das plantas. Segundo Schistek (2001), é preciso compreender que o Semiárido está situado perto do equador, com altas temperaturas durante o ano todo, ventos fortes e baixa umidade do ar. Tudo isso contribui para uma evaporação potencial de aproximadamente 3.000 milímetros por

ano, em outras palavras, em cada ano evapora uma coluna de água de 3 metros de altura.

Figura 30– Cartaz de pano “Cisterna”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O próximo cartaz analisado, denominado “Cisterna” (Figura 12), apresenta o funcionamento deste reservatório incorporado ao lado das residências. O modelo é o adaptado ao telhado da casa através de canos e calhas. A ilustração nos permite observar que, na prática, a chuva cai no telhado da residência, desce pelo cano e incide dentro do reservatório. As cisternas representam uma das cinco linhas de luta pela água, ela está inserida na linha “A luta da água para a família”, pois se recomenda que o conteúdo depositado dentro da cisterna seja utilizado apenas para suprir as necessidades básicas da família, como cozinhar e beber água.

Para o IRPAA, as cisternas representam a porta de entrada de uma nova cultura de “Convivência com o Semiárido”. Seu uso depende de ações de captação, armazenamento e conservação adequadas da água da chuva (SCHISTECK, 2001). Segundo Nogueira (2017), uma das premissas da perspectiva da Convivência é a de buscar assegurar o acesso à água de forma autônoma e capaz de garantir segurança hídrica, bem como alimentar, condições básicas para agir a favor da permanência das pessoas na região.

Nesse sentido, mais uma vez, devemos destacar o P1MC, um programa de formação, educação e mobilização de pessoas e instituições, coordenado pela ASA, que desencadeou um movimento de articulação e de convivência sustentável com o Semiárido. O uso das cisternas, como forma de captação e reservatório da água da

chuva, se consolidou como política pública em 2003, durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva ,ocorrido entre os anos de 2003 e 2010 (NOGUEIRA, 2017). Na prática, esse programa era voltado para a construção de um milhão de cisternas no Semiárido, meta alcançada no ano de 2014. O diferencial do projeto é que a execução da meta incluía a formação de mão de obra dentro da própria comunidade, o envolvimento da família beneficiada no processo de construção e a capacitação para o manejo do sistema de captação, onde a família era ensinada a promover a manutenção da qualidade da água. Para Nogueira (2017), essa iniciativa se destacou das demais em curso devido o seu desenho metodológico, escala social geográfica e consequente potencial de transformação social e ambiental.

Roberto Malvezzi (2001), descreveu a potencialidade da captação das cisternas com o termo “fazer a água”, uma expressão que indica um salto de qualidade no índice de desenvolvimento humano das famílias que vivem no Semiárido. Esse autor esclarece que o termo não está associado à elevação dos índices da macroeconomia, exportações ou de riquezas, mas ao cuidado com a vida, mesmo que isso não gere nenhum impacto sobre os índices macroeconômicos da economia liberal.

Resumidamente, as cisternas, no Semiárido, apresentam uma imensa fonte de interpretações e representatividade. Elas simbolizam, por exemplo, uma potencialde liberdade política das famílias, que diante da capacidade de “fazer sua água”, não precisam permanecer expostas a exploração da miséria através do fornecimento de água via carros-pipa. As cisternas também estão associadas à saúde, pois o armazenamento da água em um local fechado e limpo, evita a propagação das doenças ocasionadas pelo consumo de água suja dos barreiros.

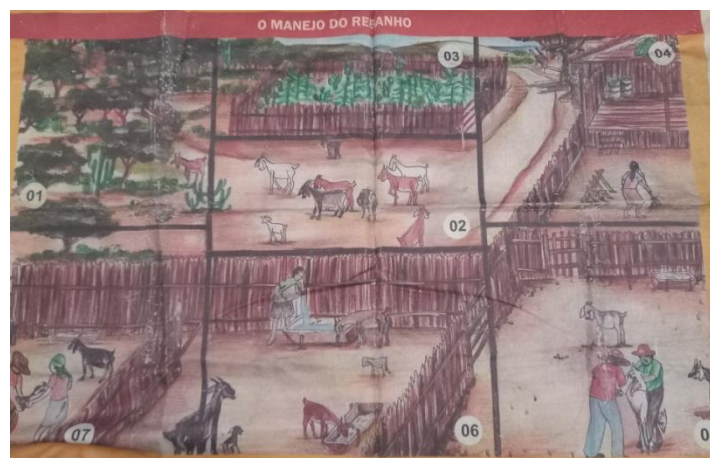
Figura 31– Cartaz de pano “Água filtrada evita doenças”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

Outro cartaz de pano associado à qualidade da água (Figura 13) é nomeado “Água filtrada evita doenças”, que demonstra a composição de um tradicional filtro de barro. Ele é ordenado por um pote de barro, com tampa, na parte superior e uma torneira, na parte inferior, entre eles, podemos visualizar a areia grossa, areia fina, carvão vegetal e seixos de cascalho. A sugestão é ensinar as pessoas a produzirem seus próprios filtros, podendo acessar água limpa e pronta para o consumo. A proposta dessa ilustração é descrever que não basta ter água, se faz necessário ter água de boa qualidade, sendo esse modelo de filtro indicado, inclusive, para consumo de água proveniente de barreiros abertos (GNADLINGER, 2011).

Figura 32 - Cartaz de pano “Manejo doRebanho”



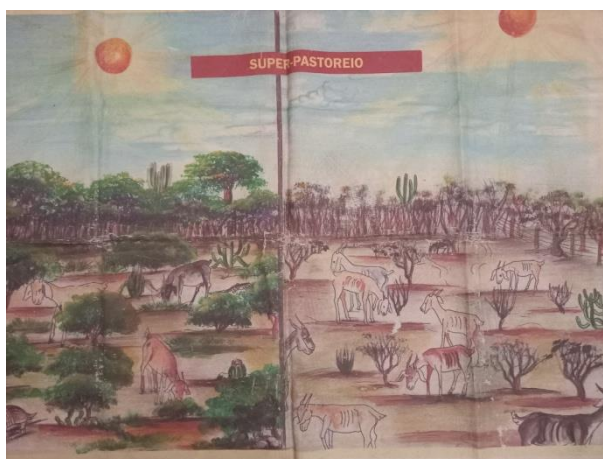
Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O cartaz, apresentado na Figura 14, faz referência ao processo de manejo do rebanho, expressando o cotidiano de uma propriedade na área de sequeiro, por

isso a ilustração está dividida em sete espaços. Nesses, estão representados, respectivamente, um local, como um fundo de pasto (01), com a caatinga disponível para a circulação do rebanho de bodes (02), uma roça (03), pessoas limpando um aprisco (04), dois homens castrando animais (05), uma mulher colocando água para animais em um bebedouro (06) e um casal vermifugando animais (07).

A proposta desse cartaz é mostrar que, para ter animais com saúde, é necessário cuidar de vários fatores, como alimentação, fonte de água, cuidado com doenças, limpeza e preservação do meio ambiente. Essas medidas reunidas são o manejo do rebanho, que, quando seguidas, oferecem renda e segurança alimentar para todas as famílias rurais (IRPAA, 2018). Observamos que as imagens, de acordo com a proposta da “Convivência com o Semiárido”, exibe muito verde, valorizando além da caatinga, a produção de caprinos e a vida comunitária.

Figura 33– Cartaz de pano sobre “Super-Pastoreio”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

Ainda com relação ao manejo animal, o cartaz “Super-pastoreio” (Figura 15) apresenta, de um lado, várias árvores verdes, com poucos animais caprinos pastando, porém bem nutridos e, do outro lado, uma superpopulação desses animais, com evidente escassez de alimento e, conseqüentemente, animais magros. A proposta dessa imagem, como o próprio nome sugere, portanto, é defender a necessidade de observação da capacidade de produção de alimento de cada propriedade, pois existe a necessidade de equilíbrio entre a quantidade de plantas e animais para evitar o superpastoreio.

O IRPAA defende, no eixo Produção, um ponto adequado de utilização das pastagens, permitindo uma cultura animal sem prejudicar as plantas e o solo,

ressaltando que uma taxa de lotação adequada é importante para a conservação da fertilidade do solo e para os animais. As preocupações com o superpastoreio também estão alicerçadas nos problemas que a escassez de massa verde e os efeitos do sol, da chuva e do vento podem causar, acelerando a degradação da caatinga. Em geral, um hectare de caatinga produz alimento para uma cabra ou uma ovelha, sendo necessário que não se coloque mais animais que a área suporta, pois, além de degradação da caatinga, ocorrerá a expulsão de outros animais nativos (IRPAA,2018).

Figura 34– Cartaz de pano “Como estocar alimentos”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O cartaz de pano “Como estocar alimentos” representa uma das grandes discussões promovidas pelo IRPAA - a necessidade de adaptação ao clima semiárido e a garantia de alimentação nos períodos de estiagem (Figura 16). Para tanto, a ilustração apresenta uma sequência de atividades, dividida em três colunas. Na primeira, um homem faz a colheita na roça. Na seguinte, essas plantas são espalhadas no chão por uma mulher e, finalmente, na última coluna, um homem com ajuda de um garoto amarra os feixes de capim. A ideia defendida, nesse sentido, é de que o produtor rural deve organizar o estoque de alimentos para seus animais durante os períodos de estiagem, principalmente, cultivando plantas adaptadas a seu clima e solo.

Na criação de animais durante o período das chuvas, o rebanho tem muita comida e muita água, quando estão soltos na caatinga. Nesse momento, se faz preciso armazenar todo o alimento necessário, como sorgo, andu, leucena (IRPAA,

2018). Originado da África, o sorgo, dificilmente, se perde com a falta de chuva, pode dar duas safras no ano e rende duas vezes mais que o milho, sendo útil para alimentação humana e animal (IRPAA, 2015). Santos (2021) recorda que, em um encontro com agricultores, um deles, o Senhor Alcides Modesto, afirmou que a estiagem era um período voltado para o descansado agricultor, pois era, durante as chuvas, que ele trabalharia ativamente para deixar programada a alimentação dos períodos de estiagem.

Figura 35– Cartaz de pano “Como estimular a comunicação na comunidade”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O cartaz “Como estimular a comunicação na comunidade” é um material educacional que apresenta uma composição de imagens voltadas para as formas de estímulo da comunicação popular (Figura 17). Dividida em quadrantes, na primeira parte, observamos uma imagem que representa uma pessoa utilizando um computador conectado a um globo terrestre. No segundo quadro, duas pessoas fazem a leitura de um jornal colado no mural de uma associação, já no terceiro quadrante uma mulher fala em uma rádio e ao seu fundo uma imagem representa o poder de atuação das ondas do rádio. Por fim, no quarto quadrante, visualizamos pessoas que distribuem jornais pelas ruas.

Essas imagens descrevem que há diversas possibilidades de desenvolver a comunicação comunitária. Para o IRPAA (2019), a comunicação popular e comunitária tem a missão de ser um meio transformador da realidade, por meio de atores sociais engajados, que conhecem seus direitos. Portanto, a comunicação é um canal para as comunidades exercitarem a sua cidadania e liberdade de expressão. Lopes (2020) indica que, para essa instituição, assumir a comunicação,

como um direito humano, universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais, significa trabalhar em prol da garantia da liberdade de expressão e o direito à informação dos cidadãos. Do mesmo modo, a garantia do acesso às condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvido, além do reconhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação é essencial para se representar e se reconhecer na sociedade.

Figura 36– Cartaz de pano “A quem?”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

O cartaz de pano “A quem?” reproduz uma charge que apresenta um grupo de pessoas assistindo uma televisão gigante, com o símbolo da Rede Globo de Televisão (Figura 18). Essa imagem traduz o poder que os meios de comunicação exercem sobre as pessoas, ratificando a posição do público como consumidor de informações. Partindo da premissa de que a comunicação é um direito humano, assim como que comunicar é uma ação essencial na vida de todas as pessoas, este cartaz de pano chama atenção para o fato de que a manutenção dos conteúdos exercida por determinados veículos fere o direito humano a ter acesso a informações de qualidade (IRPAA, 2019)

Esta imagem faz parte da cartilha “Comunicação para a Convivência com o Semiárido”, já analisada por nós nesta dissertação, em um item que descreve como os meios de comunicação incidem sobre o público, transformando todos em massas. Para o IRPAA (2019), os estudos sobre a comunicação classificam as massas como um conjunto de indivíduos que recebem informações de forma passiva, ou seja, sem apresentar senso crítico, opinião ou discordância. Nessa linha de pensamento, o

monopólio da comunicação é um problema político do país, pois impede que o povo expresse suas ideias e opiniões. Esse privilégio produz um discurso único, que envolve o Semiárido em representações pejorativas. É importante lembrarmos que a imagem do fatalismo associado à região também foi consolidada pela mídia, as televisões e jornais nunca se preocuparam em esclarecer que a “Indústria da Seca” foi um conceito criado pelas oligarquias regionais para favorecer aos seus interesses econômicos e políticos (IRPAA,2015).

Figura 37– Cartaz de pano “Meios e Mensagens”



Fonte: Nunes dos Santos, 2021.

Com os questionamentos “Quem?” e “Diz o quê?” e sob o título “Meios e Mensagens”, esse cartaz de pano (Figura 19) identifica uma composição de imagens com diversos conteúdos referentes às abordagens da mídia acerca do Semiárido. A intenção desse cartaz parece ser descrever como os meios de comunicação são capazes de manipular e dominar as pessoas.

Que a informação é transformada em produto a ser consumido, como um programa de TV que diz o que é moda ou não é, o que é bonito e o que não é, cria padrões, verdades e interfere na opinião da população sobre assuntos como alimentação, beleza, etc. Faz um papel de assessor do mercado (IRPAA, 2019, p.8).

Abaixo do questionamento “Quem?”, podemos visualizar um homem vestido em um terno, com a cabeça em formato do símbolo da empresa de telecomunicações Rede Globo, associada a tentáculos que identificam outras quatro empresas. Ele permanece de braços cruzados, inspirando poder. Aos seus pés, uma imagem de um grupo de pessoas com uma bandeira, como uma referência a ação

dos movimentos sociais, em formato de sombra, demarcando a pouca visibilidade que a mídia oferece aos mesmos. Abaixo da expressão “Diz o quê?”, está representado outro homem que aponta direções. Ao seu lado, a imagem possui uma inscrição com as frases: sigam, acreditem, odeiem.

Essas duas figuras transmitem o pensamento do Instituto em relação à manipulação dos meios de comunicação exercida na sociedade, por meio de conteúdos jornalísticos, de entretenimento ou publicitários. Em linhas gerais, podemos afirmar que os meios de comunicação influenciam as pessoas e assim difundem uma opinião pública forjada, especialmente, em interesses econômicos e políticos de uma pequena parcela da sociedade que mantém o poder sobre a mídia (IRPAA, 2019).

No mesmo cartaz de pano, identificamos uma mulher agredindo um homem com o símbolo do feminismo, o que revela uma crítica às imposições de padrões de beleza que devem seguir os corpos femininos, muito expostos pelas mídias. Os meios de comunicação, normalmente, lançam mensagens distorcidas, interpretando de forma equivocada posições ideológicas, assim, ao invés de mostrar para a sociedade que o feminismo é uma luta por igualdade entre homens e mulheres, os veículos acabam reforçando a ideia de que existe o desejo de vingança feminina (IRPAA, 2019), caracterizada nessa representação.

Logo ao lado desta imagem, há um corpo feminino sem cabeça, todo pontilhado, como as marcas, normalmente, utilizadas numa cirurgia plástica, que segura, em suas mãos, outro corpo feminino de formas mais curvas. Uma crítica aos padrões de beleza e valores estéticos da sociedade difundidos pela mídia, que buscam representar nos corpos magros e delineados a composição perfeita e ideal que deve ser buscada por todas as mulheres. Para seguirem tais referências, o público feminino é incentivado ao consumo de produtos ou de serviços que surgem como “promotores” da beleza almejada (IRPAA, 2019).

Na parte debaixo do cartaz de pano “Meios e Mensagens”, bem no centro, há um mandacaru acompanhado de um sol intenso, compondo o cenário trágico da seca, demarcado pela ossada de um animal. Essa parte da imagem é uma referência a representação trágica do Semiárido, como um lugar de natureza hostil e fadado ao sofrimento e morte. Segundo o IRPAA (2019), as imagens veiculadas pela mídia são carregadas de fatalidade e o Semiárido é constituído de um chão seco e

esturricado. Esses símbolos estariam reforçando que a seca e suas consequências são as únicas razões que permeiam essa região vista como inviável (LOPES, 2020).

Para nós, em linhas gerais, a proposta do cartaz de pano “Meios e Mensagens” é enfatizar que os veículos de comunicação muitas vezes lançam mensagens distorcidas e equivocadas sobre posições ideológicas, como no caso da mulher que agride um homem com o símbolo do feminismo, impõe padrões de beleza e estimula seu público a seguirem tais modelos. Da mesma maneira, a composição dessa ilustração ressalta o fatalismo com que a mídia, normalmente, retrata a região semiárida.

Com a conclusão das análises dos cartazes de pano, ressaltamos que, mesmo diante do esforço para desenvolver outras representações do Semiárido, ainda é possível perceber, no material produzido pelo IRPAA, a presença de informações que acompanham as representações estereotipadas sobre o Semiárido, que prevaleceu durante anos na educação, na cultura e na mídia, e se consolidaram no imaginário popular. Essa relação pode ser explicada, de forma teórica, através de algumas abordagens, entre elas, a de que alguns estereótipos e preconceitos são automaticamente ativados no imaginário, devido a sua própria natureza de mapa mental ou imagens supersimplificadas. “Assim, por questão de economia psíquica, a mera presença de uma característica facilmente discernível seria suficiente para desencadear um processo automático de estereotipia” (LIMA e VALA, 2004).

Ainda segundo esses autores, esse processo ocorreria sobre os indivíduos de forma que os mesmos não possuem nem consciência, nem controle.

Considerando a automaticidade como resultado de encadeamentos de redes associativas de ideias que representam os grupos minoritários como anexados a imagens sociais negativas, e que estas mesmas imagens cumprem função de justificar e naturalizar a situação desses grupos, cabe indagar não apenas pelos mecanismos que evitam a automaticidade, mas principalmente pelos mecanismos (ideológicos, normativos, políticos) que produzem em larga escala estas redes sociativas (LIMA e VALA, 2004, p.62).

Entre essas imagens, marcadas pelas redes associativas sobre o Semiárido Brasileiro, inicialmente, percebemos que há uma forte prevalência da natureza ao tentar representar a região. Mesmo considerando que o Semiárido, assim como as demais regiões brasileiras, possui inúmeras cidades e ambientes urbanos, sua caracterização ainda permanece vinculada a natureza, muito presente no imaginário,

que permite, ao se promover uma reflexão sobre esse espaço, que sejam associadas às imagens de sua natureza e sua flora. Em outras palavras, o ambiente rural, vinculado a natureza, ainda prevalece e o mandacaru ainda é seu principal representante. Nas imagens de quase todos os cartazes analisados, o mandacaru, árvore típica da região da flora da vegetação caatingueira, aparece representado, fortalecendo o protagonismo por ele alcançado ao longo dos anos.

A simplicidade no ambiente retratado é outro forte das ilustrações presentes nos cartazes de pano. Os grupos reunidos em um ambiente rural, sentado no chão, as comunidades de fundo de pasto, as famílias trabalhando são cenas comuns nas ilustrações presentes nos cartazes e demais materiais educacionais do IRPAA. Mesmo o ambiente, onde figura o trabalho coletivo da cooperativa, está resumido em construções simples e sem nenhuma presença da tecnologia. O elemento que poderia remeter ao atual momento tecnológico experimentado pela sociedade seria apenas as antenas das rádios comunitárias ou poucos computadores que aparecem.

Com relação as cores, em linhas gerais, se destacam nas imagens dos cartazes de pano, o azul, o verde e o marrom, contidos, respectivamente, no céu, nas serras e plantas e no chão. Porém, o marrom, em tons de ocre, ainda remete as representações semiáridas associadas ao chão rachado de outrora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa buscou compreender quais as representações sociais sobre a “Convivência com o Semiárido” estão sendo apresentadas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), através de seus materiais educacionais. Conforme esclarecido, o Instituto há trinta anos é voltado para promoções de ações de consolidação da perspectiva da “Convivência com o Semiárido”, em Juazeiro e municípios próximos, no interior da Bahia, a partir de linhas de atuação que propõe uma mudança de compreensão da imagem dessa região, bem como expressa uma nova relação dos seres humanos com a natureza, de incentivo às atividades econômicas apropriadas a realidade climática, ambiental e social, valorizando saberes e práticas da população local, assim como a diversidade cultural dos povos.

A inspiração inicial para desenvolvermos este trabalho surgiu da curiosidade e interesse de estabelecer conexões entre as Representações Sociais, tema que aguça nossa curiosidade, e a perspectiva da “Convivência com o Semiárido”, paradigma pelo qual carregamos intensa afinidade. Os estudos sobre representações sociais já foram capazes de contribuir com a sociedade ao desmistificar estereótipos e esclarecer mitos sociais, já a “Convivência com o Semiárido” rompeu com padrões de produção agropecuária, educacionais e ambientais ao surgir como um autêntico movimento social que segue na contramão de perspectivas construídas historicamente sobre o Nordeste e sua gente. Conscientes de que abordagem semelhante ainda não tinha sido realizada por outro pesquisador, formulamos algumas indagações secundárias que serviram como motivadoras para a realização de nossa investigação: estaria à região semiárida sendo reinventada por meio de técnicas comunicacionais e educacionais promovidas pelo IRPAA? Esse exercício reforçaria novos estereótipos ou encontraria uma expressão adequada a sua realidade? Seria a perspectiva da “Convivência com o Semiárido” uma falsa percepção da realidade?

As respostas para essas indagações ficaram registradas neste trabalho, nos capítulos, que versaram sobre a história do IRPAA, seus princípios, divisão por áreas de atuação, principais técnicas e propostas educacionais. Essas últimas merecem destaque, especialmente, por sistematizarem uma preocupação com a

significação e expansão de uma proposta, que denominamos de “Pedagogia da Convivência”, desenvolvida pela preocupação do Instituto em buscar maneiras mais adequadas para dialogar sobre os temas relacionados às necessidades dos produtores rurais, interferindo no imaginário da população por meio de diversas formas de linguagem, como cartazes de panos, cartilhas, jogos etc.

Essas estratégias pedagógicas, utilizadas, principalmente, na assistência técnica associou múltiplos recursos educacionais que, posteriormente, promoveram seu reconhecimento, como o diferencial dessa instituição e serviu como conceitos basilares para o que conhecemos hoje como Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido (ECSAB).

A proposta da ECSAB, também explicitada nos capítulos deste trabalho, se destaca pela difusão da importância da contextualização do saber, colaborando para que as crianças e os jovens do Semiárido Brasileiro passem a reconhecer os seus ambientes e comunidades nos materiais didáticos e paradidáticos. Como a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido rompe com a unicidade das representações sociais sobre o Nordeste, difundidas pela educação, cultura e mídias, descrevemos como essa última região (o Nordeste) foi “inventada” e fomentada também por ações políticas que apenas valorizaram a questão de condições climáticas, como a seca, para justificar a aplicação ou não de recursos públicos para as diversas populações que vivem no Semiárido.

Para cumprimento dos atos necessários a questão problema de nossa investigação, escolhemos como estratégia metodológica principal a análise de conteúdo, que privilegiou como técnicas de coletas de dados, a pesquisa bibliográfica sobre os principais temas da pesquisa; a análise documental de materiais educacionais do IRPAA; e as entrevistas semiestruturadas com membros fundadores do Instituto e seus trabalhadores, que desenvolvem atividades relacionadas à difusão da proposta da “Convivência com o Semiárido” por meio de materiais educacionais e pesquisadores sobre o tema. As entrevistas tiveram que ser redimensionadas para formato virtual, por conta da pandemia mundial disseminada a partir da detecção de um novo coronavírus e suas diversas variantes. Priorizamos poucos participantes, considerando como recurso de inclusão o próprio perfil qualitativo da investigação. Para a interpretação dos dados, optamos pela análise temática, a partir dos eixos principais de ação do IRPAA, que considerando

seus aspectos qualitativos, nos permitiu filtrar primeiro as principais informações, para que depois fossem interpretadas no contexto em que foram apresentadas.

Com base nas análises realizadas, em linhas gerais, ficou muito evidente que a representação social do Nordeste apresentada pelo IRPAA possui forte expressão da proposta da “Convivência com o Semiárido” com alguns temas recorrentes, como água, comunidades de fundo de pasto, caatinga, etc. Inicialmente, precisamos registrar que o próprio paradigma da Convivência se fortaleceu dentro da “lógica da substituição de termos” para promover novas representações sociais. Assim, o termo “combate”, por exemplo, originário da expressão “Combate à Seca”, deu lugar a expressão “convivência” e a denominação “Nordeste” ao conceito “Semiárido”. Essa lógica funciona tanto em termos representativos quanto políticos. Sobre a escolha de desuso do nome combate, ressaltamos que o mesmo remete a guerra, luta, embate, enquanto o vocábulo convivência transmite a ideia de coexistência e convívio. De igual modo, é relevante analisar que a retirada do termo Nordeste das propostas pedagógicas e políticas e a afirmação do termo Semiárido facilita na criação de um outro espaço imaginário a ser representado, aprofundado para o contexto social e político da região.

Esse exercício, não é baseado apenas em uma simples troca de palavras, ele auxilia na aceitação da proposta da Convivência, pois se constrói em uma abordagem menos agressiva, com um referencial valorativo a respeito do Semiárido, mesmo que uma reflexão mais profunda aponte ainda algumas características pejorativas predominantes, como o protagonismo do ambiente rural em detrimento ao urbano. Contudo, não alimenta a representação do Nordeste, como um lugar de natureza hostil e fadado ao insucesso, fomentado pelas imagens do espaço de onde migraram os flagelados da seca, onde predomina o bioma caatinga, onde há irregularidades das chuvas, de onde surgem os personagens exóticos do cangaço e do messianismo, etc.

Assim, ressaltamos que, nossa análise compreendeu que o Semiárido não é apenas um clima ou região geograficamente delimitada, seu espaço criativo transcende a essas fronteiras. Inserido no Nordeste, o Semiárido se faz como um local diverso na perspectiva da Convivência, recriando os ideais que esse paradigma difunde sobre a própria natureza. Em termos de representação social, o termo Nordeste permanece sendo utilizado pelo IRPAA como uma herança histórica, enquanto que a designação Semiárido surge como um espaço novo de

desbravamento, onde é possível atrelar outras representações e comunicar outras informações e valores pontuados como mais democráticos. Nuances que se afirmam quando observamos que a Convivência se constrói com base na oposição ao paradigma de “Combate às Secas”.

A própria representação da seca é um bom exemplo desse movimento. As secas nas formas de representar o Nordeste foram/são associadas ao infortúnio da população de viver em um lugar de natureza hostil, sol forte e falta de água, razão das suas migrações e do seu sofrimento. Eram elas que pautavam a imprensa nacional, os investimentos governamentais e rememoravam o restante do país sobre a existência daquele lugar distante, que carecia de ajuda e compaixão. Com o surgimento e expansão do paradigma da Convivência se muda a abordagem desse fenômeno climático. Primeiro, porque com a introdução de um outro termo que passa a ser utilizado para sua nomeação – “períodos de estiagem” -, segundo, pois esse novo nome passa a carregar com ele explicações científicas sobre sua ocorrência cíclica, eliminando a compreensão religiosa sobre castigo e infortúnio. E, por fim, porque o “período de estiagem” passa ser percebido como uma característica climática da região que requer formas inteligentes e proativas de adaptação a convivência com o ecossistema.

Nas análises, percebemos, do mesmo modo, que a vegetação caatinga também teve sua representação reanalisada enquanto bioma. Se antes era retratada por características pejorativas, como “vegetação morta, de galhos retorcidos, fraca ou frágil” ou ainda retratada pelos espinhos presentes em algumas de suas espécies, a partir dos materiais educacionais do IRPAA e a proposta da Convivência, na representação da caatinga sobreveio seu significado indígena “mata-branca”, amplamente valorado e difundido por sua exclusividade como único bioma brasileiro e passou a ser estudada cientificamente pelos seus componentes medicinais. Para complementar, seus períodos de dormência foram enaltecidos enquanto estratégia de força, resiliência e beleza.

Na entrevista que realizamos com José Moacir dos Santos, por exemplo, foi possível perceber esse exercício com bastante lucidez. Esse colaborador do IRPAA buscou esclarecer a necessidade de superar a ideia de que as plantas da caatinga são mortas, para tanto, enalteceu o bioma caatinga, descrevendo o quanto é inteligente um sistema de uma planta capaz de viver seis meses sem ser irrigada,

pontuando que isso deveria ser enxergado como um exemplo de resistência e capacidade criativa.

Por todo conteúdo exposto nesta dissertação, pensamos ser possível afirmar que o IRPAA apresenta uma outra representação social do Semiárido oposta a representação já consolidada na educação, na cultura e na mídia de que a região é um espaço negativo, vinculado ao sofrimento e a miséria. Esse instituto, para tanto, construiu e constrói, estrategicamente, ao longo do tempo, em regime de colaboração com as comunidades onde desenvolve seus trabalhos de natureza técnica e educacional, uma percepção do Semiárido voltada para uma perspectiva mais positiva do espaço, utilizando diversos recursos pedagógicos e comunicacionais próprios, materiais didáticos e paradidáticos, que podem servir como objeto de investigação para diversas pesquisas futuras nas áreas de ensino, educação e comunicação.

Notamos ainda que o Instituto, que busca, através de suas ações pedagógicas, recriar uma outra relação da população com o espaço Semiárido, está promovendo sentimentos de pertencimento e admiração e agregando mais conhecimento social e político acerca do Semiárido, outro ponto de vista que merece ser pesquisado posteriormente. Há uma intensa difusão de informações ambientais, políticas, sociais e culturais realizadas pelo IRPAA que vão de encontro aos conteúdos antes cristalizados no imaginário social sobre essa região. Porém, em seus discursos pedagógicos, algumas características específicas sempre se destacam como uma explícita associação da perspectiva da Convivência com o meio ambiente natural rural.

Sobre essa última questão, enfatizamos que é certo que a criação de muitos dos materiais educativos analisados por nós, nesta dissertação, tinham como público-alvo a população moradora das comunidades de Fundo de Pasto, existentes no interior rural das cidades baianas. Porém, mesmo com o passar do tempo e a absorção de novos conteúdos e públicos, o IRPAA continuou representando predominantemente o Semiárido enquanto ambiente rural, que tem como condição ideal a criação de animais e a produção de culturas adaptadas ao clima local. O Semiárido representado também é pouco industrializado. Nele, esse desenvolvimento ocorre por meio da organização popular, do associativismo e do cooperativismo e são voltadas para o beneficiamento de frutas nativas. Nesse Semiárido, as inadequações da divisão da terra e do uso de recursos naturais, como

a própria água, são frutos do processo de exploração vivenciado desde a colonização do país e para superar as desigualdades e promover justiça social entre seus habitantes, acredita-se que somente o fortalecimento dos movimentos populares serve como instrumento de conquista da soberania e democracia.

Nas representações sociais presentes nos materiais analisados do IRPAA, a educação é vista como a solução para todas as inadequações vividas no Semiárido, por seu viés libertador e crítico. A educação é percebida como fomentadora de cidadãos conscientes de seu papel social, além disso, não permanece limitada ao contexto escolar, sendo valorizada e estimulada em espaços diversos, não formais, como nos cursos realizados pela própria instituição. Por sua vez, a comunicação além de ser percebida como um direito humano, necessário ao exercício da cidadania, por vezes, se apresenta como uma estratégia para alcançar a difusão de saberes e ampliar a ação educacional do IRPAA.

O Semiárido apresentado pelo IRPAA interpreta o acesso à água como um processo político. Ele busca demonstrar que é necessário garantir a população rural residente nas áreas de sequeiro, a água em quantidade e qualidade adequadas, ganhando, conseqüentemente, destaque para as tecnologias de captação de água, como as cisternas de água de beber. Essa cisterna, construída bem próximo aos imóveis, promoveram mais qualidade de vida as mulheres moradoras da área de sequeiro que percorriam longas distâncias para acessar a água para consumo diário, mas também serviram para perpetuar novos hábitos para uso desse recurso natural, com base, principalmente, no encadeamento de um conteúdo técnico científico para esclarecer o comportamento das chuvas no Semiárido e geográfico para delimitar seu espaço de atuação, ressaltando que o Nordeste não é apenas Semiárido, mas “O Semiárido é Nordeste”.

Em linhas gerais, todos os materiais analisados apresentaram uma explícita associação de uma outra perspectiva defendida para se relacionar com o meio ambiente natural. Aqui, podemos destacar as inúmeras referências aos rios, a preservação ambiental e, em especial, ao recapeamento, que é o exercício da reconstrução ambiental do bioma caatinga.

Todos esses conteúdos foram evidenciados nas análises realizadas por nós, tanto das entrevistas, quanto dos materiais educacionais produzidos pelo Instituto. Juntos, eles formam um arcabouço que moldam as formas de trabalhar e os discursos defendidos pelo IRPAA sobre a forma de ver e viver no Semiárido

Brasileiro. Porém, foi preciso realizarmos um esforço para perceber e identificar também aquilo que não está presente, pois as ausências manifestam escolhas e posicionamentos relevantes, principalmente, quando os temas e as representações ausentes ressoam pela sociedade clamando por atenção.

Com relação às ausências, já ressaltamos que há uma forte vinculação do IRPAA com o ambiente rural, que se sobrepõe de maneira absoluta ao contexto urbano do Semiárido. De forma muito tímida e rara, nas representações analisadas, aparecem às abordagens das cidades e de suas complexidades. Basicamente, o IRPAA representa em seus materiais o ambiente, as vivências da população, as demandas ecológicas e as necessidades da vida cotidiana dos espaços rurais existentes no Semiárido Brasileiro. Praticamente não são realizadas abordagens relacionadas às complexidades urbanas da própria cidade de Juazeiro, onde fica a sede do Instituto, que, por sua vez, também está no SAB. Também sentimos falta de questões que contemplassem as diferenças de classe, gênero e raça com maior profundidade, bem como o uso de novas tecnologias comunicacionais como internet e celular.

Justificamos essa expectativa, primeiro, porque o ambiente urbano também carece de apoio para superar suas complexidades. Atualmente, na zona urbana das cidades semiáridas, inúmeras famílias também padecem devido à ausência de políticas públicas capazes de contemplar as reais necessidades de sua população. Seria útil, para o meio ambiente e para a sobrevivência dessas famílias, por exemplo, a ampliação das discussões de acesso a água em quantidade e qualidade para o consumo humano e animal, pois, nas cidades, em especial nos bairros periféricos, também há a necessidade de estímulo a captação de água da chuva, saneamento básico, preservação do meio ambiente, cuidados para evitar a poluição dos rios e o imperativo do incremento em torno de uma educação contextualizada que colabore para a desconstrução da colonialidade do saber.

A reflexão sobre o papel da mulher na sociedade por meio de uma discussão de gênero mais séria, efetiva e profunda também se faz ausente. De forma prática, as questões de gênero nos materiais educacionais analisados estão resumidas a representatividade feminina, ou seja, a mulher está sempre sendo representada nos espaços e discussões, porém, temas como os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres no campo, por exemplo, cristalizados no comportamento social, não são explorados. É sabido que, no ambiente rural, assim

como nos urbanos, homens e mulheres dividem a responsabilidade pela manutenção financeira da família, do mesmo modo é de conhecimento de todos que a grande maioria das famílias brasileiras é chefiada e mantida pelo trabalho feminino, porém nada sobre a condição de inferioridade feminina na sociedade aparece nas representações do IRPAA.

A diversidade de raça no SAB é timidamente abordada pela presença de personagens indígenas e quilombolas, em alguns materiais e a diversidade sexual existente entre a população que reside no Semiárido também é um tema inviabilizado dentro da discussão sobre a Convivência. O ambiente do Semiárido ainda é representado pela dicotomia homem *versus* mulher, sendo ignorada toda a diversidade sexual e de gênero que permeiam esses espaços, como a própria homossexualidade ou a transexualidade. Toda representação referente ao tema é heteronormativa. Na prática, é como se o IRPAA invisibilizasse também, assim como os materiais didáticos da escola tradicional, a discussão sobre esse tema, por não fazer parte da realidade rural, quando, na verdade, o próprio vocábulo “Convivência” sinalize a importância de cristalizar diversas formas de coexistência da diversidade de identidades e expressões de gênero, nem tão pouco de orientações sexuais.

Pensamos que uma das razões possíveis para essa situação é o fato de que a “Convivência com o Semiárido” mantém suas bases cristalizadas na representação de ambientes rurais, espaço em que as discussões sobre esses temas não encontram fluidez. Os ambientes rurais, permeados pela heteronormatividade, permanecem como um espaço da predominância do patriarcado e do machismo. Entretanto, considerando que a Convivência é um espaço ideologicamente construído, abraçar com maior naturalidade temas sociais urgentes poderia ser um exercício de vanguarda gracioso e oportuno. Considerando que a Convivência busca se consolidar como um espaço para o desenvolvimento de uma outra representação do Semiárido, como um espaço justo bom de se viver, a diversidade sexual existente na sociedade poderia fazer parte das discussões com maior naturalidade.

Respondendo aos nossos questionamentos iniciais, pensamos que ainda não é possível afirmar se a perspectiva da “Convivência com o Semiárido” prevalece sobre a compreensão de que o Semiárido é inóspito, atrasado, voltado para o fatalismo. No momento, o que observamos é que duas perspectivas de representação predominam sobre essa região. Uma hegemônica, compartilhada em grande escala pela cultura, educação e mídia, enraizada em valores colonialistas,

em oposição a uma perspectiva que vem sendo construída e modelada, justamente, para contrapor à primeira, por diversos grupos sociais e políticos ligados à proposta da “Convivência com o Semiárido”, que recorre, continuamente, a estratégia de oposição a toda a compreensão produzida anteriormente sobre esse território, fomentando posicionamentos dicotômicos. Estas representações coabitam e mexem com o sistema de pertencimento das pessoas. No entanto, por ser um paradigma em expansão, ainda não é possível identificar se esse exercício reforçará novos estereótipos ou se serão mal gerenciados caso se consolidem no imaginário social. Consequentemente, sugerimos a necessidade de desenvolvimento futuro de um trabalho acadêmico mais aprofundado, possivelmente, vinculado a um curso de doutorado, com novas leituras, observações e reflexões sobre a “Convivência com o Semiárido”, priorizando outras questões, como os diferentes sujeitos que integram diversos grupos sociais que pensam o Semiárido Brasileiro e as suas respectivas representações sociais sobre esse espaço, por exemplo.

Sobre saber se a perspectiva da Convivência obterá sucesso na superação da representação a quem ela se opõe, ainda não é possível afirmar. O movimento da Convivência experimentou, é verdade, nos últimos anos, uma grande valorização e impulso. Porém, ele é alinhado, por natureza, a uma postura política específica, mais voltada para o campo democrático e social, com ideais ligados à prática do “bem viver” e superação de colonialidades, que, recentemente, nos últimos cinco anos, estão estagnados nos cenários políticos e sociais, em escala mundial, refletindo no Brasil outras posturas de gerenciamento do país.

Dessa maneira, a “Convivência com o Semiárido” experimenta, talvez, desde o seu surgimento, pela primeira vez, uma redução significativa de estímulos financeiros e políticos que auxiliaram no seu desenvolvimento, sendo necessário que o tempo se encarregue de demonstrar seus novos rumos. Podemos perceber que a falta de financiamento vem abalando grande parte da engrenagem que auxiliava na difusão e execução dessa proposta, prejudicando, inclusive, instituições como o IRPAA. Isso ocorre porque não existe no país uma política pública de implementação das propostas relacionadas à Convivência. Em grande parte, as iniciativas são pleiteadas pelos movimentos sociais ou por ONGs, que saem em busca de financiamento para suas propostas ou pressionam o governo pela implementação dessas.

Esse cenário de incertezas, se apresenta, contudo, como terreno fértil para distorções. Assim, entender a “Convivência com o Semiárido” como uma proposta de política pública é superar a atual conjuntura experimentada pelo país, pois, certamente, suas estratégias apresentariam novos contornos sociais capazes de promover a tão desejada qualidade de vida à população, tanto no campo educacional, onde a CSA já desenvolve uma intensa trajetória, quanto em outras áreas como saúde, meio ambiente, reforma agrária, acesso a renda, entre outros.

Até o momento, para nós, é certo que a perspectiva da Convivência trouxe diversos acertos em sua gênese, principalmente, por ter sido um movimento genuinamente popular, elaborado de “dentro para fora”, ou seja, ela é fruto da própria inquietação e descontentamento da população residente nesse espaço. Posicionar-se assertivamente quanto à ausência de políticas públicas adequadas a realidade do local, nos parece ser mais coerente do que associar os problemas ocasionados pelas condições climáticas ao fatalismo ou a religiosidade.

Assim, concluímos compreendendo que não seria a perspectiva da Convivência uma falsa percepção da realidade. A representação social do Semiárido, para além de sua interpretação pejorativa, não está sendo reinventado ludicamente. As diretrizes da Convivência estão ressaltando outras nuances, promovendo interpretações valorativas, porém não apresenta conteúdos falsamente implementados. A proposta da “Convivência com o Semiárido” não é uma representação consolidada, ela é fruto de uma estratégia político social ainda em andamento, que pode inclusive recuar diante do atual cenário político brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **O estudo experimental das representações sociais.** In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 155-171), 2001. Rio de Janeiro: UERJ.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: FJN, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes-** 5 ed. São Paulo : Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. **A era da cognição social.** In: SANTOS, Maria de Fátima Souza Santos; Almeida, Leda Maria de (orgs). *Diálogos com a teoria das representações sociais.* 1ºed. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ALMEIDA, C. LÜCHMANN, L. E RIBEIRO, E. **Associativismo e representaçãopolítica feminina no Brasil,** *Revista Brasileira de CiênciaPolítica,* no8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n8/09.pdf>.> Acessado em 15 jan. 2021.

ALMEIDA, Leda Maria de. **Representações Sociais e Práticas Pedagógicas no Processo de Construção Identitária.** In: SANTOS, Maria de Fátima Souza Santos; Almeida, Leda Maria de (orgs). *Diálogos com a teoria das representações sociais.* 1ºed. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido.** In: *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social / Org: Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores).* Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgente SAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS /Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

BARBOSA, Antônio G. **Sociedade civil na construção de políticas de convivência com o semiárido.** Recife: ASA, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2007.

BASTOS, C. R. C., SOUZA, N.N.N.R, MELO, M.S., SANTOS, U.P..**Conexões sobre redes seletivas de conteúdo na publicidade e a formação dos ambientes de ausência.** Artigo, Juazeiro-BA, 2017.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento- evitando confusões**. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático/ Martin W. Bauer, George Gaskell (org); 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOMFIM, Natanael Reis. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ELOS COM SABERES, PRÁTICAS E JUVENTUDES NO ESPAÇO**. *Revista De Educação Da Universidade Federal Do Vale Do São Francisco*, 8(16). Recuperado de <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/262>, 2018. Acessado em 22 jan. 2020.

BOMFIM, N. R.; GARRIDO, W. V. C. **PESQUISA SOLIDÁRIA E COLABORATIVA EM EDUCAÇÃO**. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, ano 41, nº 78 - jan./abr. 2019. pp. 148-162.

BROCHARDT, V. dos S. **Comunicação popular no Semiárido: a experiência da ASA1**. Set. 2015. Intercom, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3009-1.pdf>> Acessado em 29 set. 2018.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da ‘convivência com o semi-árido’ e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o semiárido - reflexões teórico práticas**. Juazeiro-BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004.

_____. **As representações política e geográfica sobre o Semiárido Brasileiro e o planejamento e gestão territorial**. In: Currículo, contextualização e complexidade-Elementos para se pensar a escola no semiárido. 2007.

CARVALHO, L. D.; REIS, E. dos S. **Educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: fundamentos e práticas**. In: RESAB, Secretaria Executiva da (Org.). *Convivência e educação do campo no semiárido Brasileiro*. Juazeiro/BA: Selo Editorial RESAB, Editora Printpex, 2013.

CASTRO, Iná Elias de; MAGDALENO, Fabiano Soares. **O imaginário da pobreza e a implantação industrial no semi-árido Nordestino**. 1996. Disponível em <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/download/1736/1625>. Acessado em 13 abr. 2020.

COSTA, A. L. B. M. et al. **Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado**. In: *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p. 55 – 68.

COUTINHO, Iluska. **Leitura e análise da imagem**. In: DUARTE; BARROS. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível em <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraDownload.do?select_action=&co_obra=1800&co_midia=2>. Acesso em 21 jan. 2020

CPT-CEPAC-IBASE. **Genocídio do Nordeste**. Ed.Hucitec.1983.

DIORIO, Ana Paula Inácio. **As representações sociais da AIDS elaboradas por monitores de escolas famílias Agrícolas da Bahia**. Tese (Doutorado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Rio de Janeiro, 2016.

DOMINGUES, Filipe. **Combate à desertificação na caatinga depende de pesquisa científica e ação de pequenos produtores**. Reportagem do G1, em ago. 2019. Disponível em:<<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/08/21/combate-a-desertificacao-na-caatinga-depende-de-pesquisa-cientifica-e-acao-de-pequenos-produtores.ghtml>> Acessado em jan. 2020.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE; BARROS. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação-2ªed**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

EMBRAPA. **Preservação e uso da Caatinga / Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa SemiÁrido**. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 39 p. : il. – (ABC da Agricultura Familiar, 16). Disponível em <ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11949/2/00081410.pdf>. Acesso em 21 jan. 2020.

FLAMENT, C. **Estrutura e dinâmica das representações sociais**. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 173-186), 2001. Rio de Janeiro: UERJ.

FRANCO, Amanda Pinto. *A Literatura Regionalista de 1930 e a Construção da Identidade Nordestina Sertaneja no Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado, Educação, Cultura e Territórios semiáridos, UNEB, 2020.

FONSECA JUNIOR, Wilson Correa da. **Conteúdo**. In: DUARTE; BARROS. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e Terra, 1977.

_____. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro. Ed.Paz e Terra. 1983.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: INTERBA/CAR, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em :<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=ca>

[che:oe4cCoj3t50J:www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%2520v%2520-%2520como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20antonio%20carlos%20gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%2520v%2520-%2520como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa%20antonio%20carlos%20gil.pdf)+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>Acessado em 12 de abr de 2020.

GNADLINGER, João. **A Busca da água no Sertão: Convivendo com o Semiárido-5** ed. Juazeiro-BA: IRPAA, 2011.

_____. **Captação de água de chuva para populações rurais em regiões áridas e semiáridas.** 1ed. Juazeiro-BA: IRPAA, 2011.

GNADLINGER, Johann. Água de chuva no manejo integrado dos recursos hídricos em localidades Semiáridas: aspectos históricos, biofísicos, técnicos, econômicos e sociopolíticos. In: **Captação, manejo e uso da água de chuva.** Campina Grande, PB: INSA, ABCMAC, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas,** 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acessado em 01 abr. 2020.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade/** Stuart Hall: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11.ed. Rio de Janeiro DP&A, 2006.

HERSCOVITZ, Heloisa G. **Análise de conteúdo em jornalismo.** In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Orgs.). Metodologia da pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.

IRPAA. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada: **No Semiárido Viver é aprender a Conviver.** Juazeiro-BA:2002.

_____. **Projeto em cada saber um jeito de ser- Educação de Jovens e Adultos no Semiárido brasileiro.** 1 ed.São Paulo: Peirópolis, 2007.

_____. **A história do pingo d' água: Pingo o defensor das águas.** 2 ed. Juazeiro-BA: IRPAA, 2008.

_____. **Convivência com o Semiárido-** Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada 20 anos trabalhando pela Convivência com o Semiárido, 2010.

_____. **Recaatingamento com comunidades Agropastoris e Extrativistas:** Relato de experiência com Recaatingamento com Comunidade de Fundo de Pasto. Editora e gráfica Franciscana-Juazeiro-BA, 2011.

_____. **25 anos trabalhando pela Convivência com o Semiárido,** 2015.

_____. **Cabras e Ovelhas: A criação no Sertão.** 5ª ed.Juazeiro-BA:IRPAA, 2015.

_____. **A roça no sertão: Viver no Semiárido é aprender a conviver.** 5ª ed. Juazeiro-BA:IRPAA, 2015

_____. **Terra para Viver.** 2ª ed. Juazeiro-BA:IRPAA, 2018.

_____. **Comunicação:** Site do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Disponível em <<https://irpaa.org/modulo/comunicacao>>. Acessado em 03 de out de 2018.

_____. **Balaio de Histórias entre as Caatingas e as Águas: Educomunicação no Sertão do São Francisco-Bahia,** 2019.il.color.

_____. **Comunicação para Convivência com o Semiárido-Bahia,** 2019.

JODELET, Denise. **Représentations sociales: un domaine en expansion.** In: JODELET, Denise (org.). Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, Denise (org.). As representações sociais. 1º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LANE, S. T. M. **Usos e abusos do conceito de Representação Social.** In: SPINK, M. J. (Org.). O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 58-72.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas.** Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa Alcenir Soares dos Reis Maria Guiomar da Cunha Frota Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>>. Acessado em 01 out. 2018.

LIMA, Marcus Eugênio O. Lima; VALA, Jorge. **Serão estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade.** In: Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas/ Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira (organizadores). Salvador:EDUFBA, 2004.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira. Educação para a Convivência com o Semiárido e direitos humanos: experiências educativas do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA. 1 ed. Paulo Afonso-BA: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana-SABEH, 2020.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Lamento e Dor. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** (Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade

Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13). Belém: UFPA, 2007.

MALVEZZI, Roberto. **Fazer Água em Água da Chuva: o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro**/ Caritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil-São Paulo, 2001(página 27 a 40).

_____. **Semi-árido: Uma visão holística**. 2007. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/49754-Roberto-malvezzi-semi-arido-uma-visao-holistica.html>> Último acesso em 12 ago. 2019.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: Uma história de amor e ódio, Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MARTINS, Josemar. **Educação Contextualizada**: Da teoria à prática. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado (Org.). Educação Contextualizada: Fundamentos e Práticas. UNEB/ Departamento de Ciências Humanas – Campus III/ UNEB/NEPEC-SAB/ MTC/ CNPq/ INSA. Juazeiro, 2011. p.45-64.

MEIRELLES, Pedro. **Entre identidade e representação: uma análise exploratória da produção acadêmica sobre nordestinos**. Disponível em <<http://insightee.com.br/blog/entre-identidade-e-representacao-uma-analise-exploratoria-da-producao-academica-sobre-nordestinos>>. Acessado em 10 jul. 2019.

MENEZES, Ana Célia Silva, REIS, Edmerson dos Santos. **O currículo contextualizado na educação do/no campo**: Algumas reflexões a partir da experiência pedagógica. In: O Paradigma Cultural. 1 ed- Curitiba, PR: Editora CRV, 2016.

MENEZES, Ana Célia Silva; ARAÚJO, Lucineide Martins. **Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes**. Disponível em <https://irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-lucin-ana-celia.pdf> . Acessado em 01 mai. 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Delimitação do semiárido mantém formação atual e inclui 54 novos municípios**. 2017. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/1406782/0/NOVA+DELIMITA%C3%87%C3%83O+DO+SEMI%C3%81RIDO+DO+BRASIL+-+LISTA+DE+MUNIC%C3%8DPIOS.pdf/db072877-c3c7-42f2-979a-338c6c460aab>>. Acesso em 02 nov. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **'Não faltarão recursos para abastecimento de água no Nordeste brasileiro', diz ministro Jungmann**. 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/26003-nao-faltarao-recursos-para-abastecimento-de-agua-no-nordeste-brasileiro-diz-ministro-jungmann>>. Acesso: 14 jul. 2021.

MORAES, A. L. C.; SANTOS, M; SILVA JUNIOR. C. H.F. **Diálogos entre Estudos Culturais e Jornalismo: presenças e ausências nas publicações científicas**. Disponível

em:http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_VRAWNLIRV95C4XY75Z_XI_28_7814_22_02_2019_11_22_57.pdf. Acessado em: 28 de jul. 2019.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE; BARROS. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse: son image et son public**. France: PUF, 1961.

_____. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, Denise (org). As representações sociais. 1º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

NERI, Angelo, et al. **Educação para Convivência com o Semiárido**, in: Educação no Contexto do semiárido, 2 ed- Juazeiro-BA : RESAB, 2007.

NERI, Angelo Custodio. **Educação Ambiental no Semiárido Brasileiro: Cuidando da Caatinga para preservar a vida**. Juazeiro-BA. Editora e Gráfica Franciscana, 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sesmarias em Portugal e no Brasil**. POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 111-139, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/141/151>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

NOGUEIRA, Daniela. **Segurança hídrica, adaptação e gênero: o caso das cisternas para captação de água de chuva no semiárido brasileiro**. (2017) Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231200028.pdf>> Acessado em 28 jul. 2019.

OLIVEIRA, Ângelo Custódio Neri. **Educação Ambiental no Semiárido Brasileiro: Cuidando da caatinga para preservar a vida**. 1º ed. Juazeiro, 2011.

PAIVA, Carla Conceição da Silva. BARROS, Edonilce da Rocha. **Gênero, sexualidade e educação contextualizada para a convivência com o semiárido: reflexões e desafios**. In: Paiva, carla conceição da Silva e BARROS, Edonilce da Rocha. Paradigma cultural II: gênero, educação, trabalho e etnias. Curitiba: CRV, 2017.

PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Feminismo no cinema brasileiro da década de 1980- a representação das mulheres nordestinas nas telas**. Salvador: Eduneb, 2019.

PENN, G. **Análise Semiótica de imagens paradas**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático/ Martin W. Bauer, George Gaskell (org); 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o escândalo Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Eugênia da Silva. **Educação Contextualizada e Convivência com o Semiárido: lutas, conquistas e desafios** Eugênia da Silva Pereira, in: Convivência com o semiárido brasileiro. (2013). Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/convivenciacomosemiaridobrasileiro.pdf>

PEREIRA DE SÁ, CELSO. A construção do objeto de Pesquisa em Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: Intercom/UNEB, 2003. Disponível em <http://ciciliaperuzzo.pro.br/?page_id=371>. Acessado em 20 set. 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acessado em 29 set. 2018.

RATEAU, P. et al. **Teoria da representação social**. (2012). In P. Van Lange, A. W. Kroganski, & E. T. Higgins (Orgs.), Handbook of theories of social psychology (pp. 477-497, v. 2). London: Sage.

REIS, Edmerson dos Santos. **O desafio da contextualização no processo de interiorização dos programas da pós-graduação no Vale do São Francisco**. In: Itinerários e Contextos : reflexões em educação e convivência com o semiárido brasileiro. Juazeiro-BA: NEPEC-SAB,2014.

_____. **Educação contextualizada e recursos hídricos. O encolhimento das águas: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido** [livro eletrônico]. / Ana Paula Silva dos Santos, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Ricardo Augusto Pessoa Braga et al (orgs). Campina Grande: Insa, 2018.

REIS, E. S, et al.**Educação para a Convivência com o Semiárido**-A complexidade dos processos educativos de um fazer coletivo. In: educação no Contexto do Semiárido brasileiro. Juazeiro-BA.RESAB-2007

RIBEIRO, Ana Paula Santos Granja; OLIVEIRA, Vanessa da luz; PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Semiárido nordestino, o vaqueiro e suas facetas: o homem, o “cabra-macho” e o trabalhador**. In: Paiva, Carla Conceição da Silva e BARROS, Edonilce da Rocha. Paradigam cultura II: gênero, educação, trabalho e etnias. Curitiba: CRV, 2017.

SALCEDO, Ignacio Hernán. **Captação, manejo e uso de água de chuva**. Prefácio. INSA, ABCMAC: Campina Grande, PB, 2015.

SANTOS, C. F.; SCHISTEK, H.; OBERHOFER, M. **Viver no Semiárido é aprender a conviver: conhecendo o Semi-árido em busca da convivência**. Juazeiro - BA. Novembro, 2007.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos. **Fundos de Pasto: Tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês.** 2010. (Tese de Doutorado). USP, São Paulo.

SANTOS, Elisabete de Oliveira Costa. **A importância da marca para o marketing social da Rede Sabor Natural do Sertão.** Dissertação apresentada ao curso de Marketing Institucional da FASJ, JUAZEIRO-BA, 2009.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais.** Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SCHISTEK, Harald; **Como conviver com o Semiárido.**In: Água de chuva- O segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. / Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil-São Paulo:Paulinas, 2001.

SCHISTEK, Harald; CARVALHO, Luzineide Dourado. **A formação histórico-geográfica do semiárido brasileiro. In: Educação e convivência com o semiárido brasileiro: reflexões por dentro da UNEB.** 2ªed. Juazeiro-BA: UNEB/Departamento de Ciências Humanas-campus III/UNEB/NEPECSAB/MCT/CNPQ/INSA/Selo Editorial RESAB, 2013.

SARDELICH, Maria Emília. **Leitura de Imagens, Cultura Visual e Prática Educativa, Caderno de Pesquisa.** Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 452, v. 36, n. 128, maio/agosto, 2006.

SENA, Rosiane Rocha de Oliveira. **Por uma formação de professores pautada na educação contextualizada para a convivência com o Semiárido Brasileiro.** In: Itinerários e Contextos-Reflexões em educação e convivência com o Semiárido Brasileiro- Juazeiro: NEPEC-SAB, 2014.

SILVA, J. S. **O dia depois do desenvolvimento: A inovação da inovação na educação, do contextual, mecânico e neutro ao contextual, interativo e ético.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, 2014.

_____. **A dimensão institucional do Paradigma Cultural.** In: O paradigma cultural –Interfaces e Conexões, Org: Edmerson dos Santos Reis, Josemar Martins Pinzoh. 1 ed- Curitiba, PR: CRV, 2016.

_____. **Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver- Alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento.** Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/322337939> Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver Alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento.(2017).

SILVA, P. M. S.; PAIVA, C. C. S. **A representação dos vaqueiros nas imagens produzidas pelo grupo jornadas fotográficas do vale do São Francisco.** Comsertões, Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido, v.1, p. 77-93, 2019.

SILVA, Ranielly Leticia da. **O campo é cheio de coisas bonitas, pássaros, borboletas, flores, e a cidade só tem humanos e coisas que o humano constrói: Representações Sociais de Campo, Cidade, Rural e Urbano de alunos e**

professores da Escola Municipal 13 de Maio, Upanema/RN. Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (2003) Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>> Acessado em jan. 2021.

_____. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SILVA, Tatiana Canuto. **Percepção de Agricultores do Agreste Brasileiro sobre os efeitos da cisterna calçadão em suas vidas.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição (PPGCNUT). São Cristovão, Sergipe, 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Uma educomunicação para a cidadania.** Disponível em <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/saibamais/textos/>> Acessado em 23 de setembro de 2019.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a Convivência com o semi-árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá.** São Paulo: Petrópolis, 2003.

SOUZA, Neucmeire Santos de. **Web tv caatinga e o jornalismo contextualizado com o semiárido brasileiro: um estudo de recepção no ambiente escolar.** Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS, Juazeiro, 2021.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa Bibliográfica.** In: DUARTE; BARROS. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

TOLENTINO, Celia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

VESENTINI, J William, VLACH, Vânia. **Geografia Crítica- Geografia do terceiro mundo.** Ed. Ática, São Paulo-SP - 1996

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In Tomás Tadeu Silva (Org.), Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

APÊNDICE A – Roteiro Prévio das Entrevistas

ROTEIRO DA ENTREVISTAS

- 1- **História:** Como surgiu o IRPAA ? Como foram os primeiros anos e quais os principais momentos vivenciados na história do instituto?
- 2- **Educação e produção literária:** Por que realizar produções literárias? Como são escolhidos os temas e quais os objetivos dessas publicações?
- 3- **Educação e produção literária:** Qual o papel da educomunicação no projeto do IRPAA?
- 4- **Educação e produção literária** Quais os principais materiais educacionais do IRPAA?
- 5- **CSAB:** Para o IRPAA, o que é a Convivência com o Semiárido?
- 6- **CSAB:** Quais os desafios da proposta da Convivência. Qual o saldo deixado nos últimos anos e o que se espera para o futuro.
- 7- **Representações Sociais:** O IRPAA opta por representar o Semiárido através de uma percepção positiva da região. Acredita que algum dia tal representação possa superar o imaginário de Semiárido sem perspectiva?
- 8- **Representações Sociais** Quais as principais representações sobre o Semiárido o IRPAA está preocupado em difundir?

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTAS PESQUISAS SEGUIRÃO OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME
RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da Participante: _____

Documento de identidade: _____

Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: () _____ / () _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA.

2. PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS

3. CARGO/FUNÇÃO: PESQUISADORA/DISCENTE

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O(a) Senhor (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA**, de responsabilidade da pesquisadora **Ana Jamille Nunes dos Santos**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – **PPGESA**, da Universidade do Estado

da Bahia-UNEB, que tem como objetivo primário analisar as principais representações sociais sobre o Semiárido Nordeste presentes nos materiais educacionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA.

Entre as principais contribuições desta pesquisa, destacamos a colaboração com os estudos das representações sociais, em especial no Semiárido nordestino, podendo auxiliar na compreensão de preconceitos e estereótipos enraizados culturalmente e, conseqüentemente, nas respectivas superações dos mesmos. Também visa favorecer a compreensão da presença das representações sociais existentes na perspectiva da Convivência com o Semiárido, permitindo a realização de um mapeamento dessas efígies, revelando, se no atual momento da história, tais representações simbolizam algo positivo ou negativo para as vozes que colaboram para a existência dessa proposta. Em especial, esta investigação pode colaborar para uma maior visibilidade sobre as ações desempenhadas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e sua participação, enquanto profissional, na consolidação da Convivência com o Semiárido no Norte da Bahia.

Caso aceite participar da pesquisa, o senhor(a) será observado(a), entrevistado(a) e filmado(a)/fotografado(a) pela aluna Ana Jamille Nunes dos Santos, do curso de pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia, mas, as filmagens e fotografias só serão publicadas e/ou inseridas no banco de dados, que ficará sob a responsabilidade dessa pesquisadora, durante cinco anos, com o seu consentimento. Bem como, seu nome só será divulgado na pesquisa caso haja concordância e assinatura dos termos autorizativos.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A sua participação consistirá em responder perguntas à pesquisadora do projeto durante entrevista que irá durar aproximadamente uma hora.

A entrevista somente será gravada se houver sua autorização , elas serão

transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, aos quais apenas a pesquisadora do projeto e sua orientadora, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade, terão acesso ao conteúdo e a seus dados, sendo que ambas não farão uso destas informações para outras finalidades, por isso, o material coletado será armazenado em local seguro como medida para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, de responsabilidade da pesquisadora, no endereço Rua Manoel Faustino da Silva, número 78, Dom Tomás, Juazeiro-BA, CEP 48.905-563, pelo prazo de 5 anos, com o fim deste prazo, o material será inutilizado e descartado.

O (a) Senhor (a) pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e retirar sua autorização. Caso decida permanecer como participante, mas desista de ter o nome divulgado na pesquisa, no banco de dados ou em ambos, respeitaremos sua decisão e manteremos os sigilos necessários. Em todas as situações, garantimos que os dados não serão usados para fins diferentes do proposto nesta pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição em que trabalha. Informamos ainda que os dados da pesquisa estarão a sua disposição.

Na medida em que toda pesquisa envolvendo seres humanos implica em algum tipo de risco, alertamos que o (a) Senhor (a) poderá se sentir incomodado ou constrangido durante as etapas de coleta de dados, seja em função da exposição à câmara ou da própria exposição pessoal ao ser observado e questionado durante as entrevistas. Ademais, reconhecemos as dificuldades em recuperar em sua memória antiga informações, por isso, assumimos o compromisso de não pressioná-lo durante as entrevistas. Além disso, as entrevistas serão realizadas em local adequado, reservado, onde não ocorram interferências, sendo que em nenhum momento serão realizadas perguntas que não respeitem os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes vigentes. Ainda assim, o senhor(a) estará livre para não responder caso considere que algum questionamento pode lhe trazer constrangimento.

Por último, ressaltamos que os dados coletados não serão repassados para sua chefia, visando não proporcionar algum tipo de constrangimento nas suas relações

de trabalho. Fica ao seu critério a indicação das melhores datas e horários, dentro do período estipulado, para realização das entrevistas.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Quaisquer dúvidas que o senhor (a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr (a), caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclarecemos, ainda, que, de acordo com as leis brasileiras, o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O senhor (a) receberá uma via deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS:

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Ana Jamille Nunes dos Santos

Endereço:Rua Manoel Faustino da Silva, 78 Dom Tomás, Juazeiro- BA. CEP: 48905-563. **Telefone:** (74) 9 988263729**E-mail:** jamillejornalismo@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br.

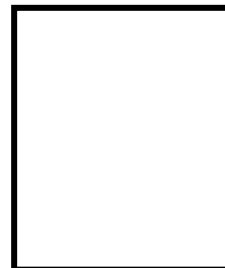
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEP/510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **“REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA”**e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário. Consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos,

artigos científicos e livros, e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada à pesquisadora e outra a mim.

_____, _____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)

ANEXO A- Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA

Pesquisador: ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 24548719.8.0000.0057

Instituição Proponente: Universidade do Estado da Bahia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.992.078

Apresentação do Projeto:

Trata-se de Pesquisa qualitativa, apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado Multidisciplinar em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, da Universidade do Estado da Bahia intitulada REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NOS MATERIAIS EDUCOMUNICATIVOS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA-IRPAA, da pesquisadora ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS. A coleta de dados será por meio da pesquisa bibliográfica, análise de imagens, entrevista em profundidade, semiaberta, e análise documental, tendo como arcabouço principal a metodologia da análise de conteúdo. O lócus da pesquisa é o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA, organização não governamental localizada na cidade de Juazeiro-BA. A pesquisa tem como participantes: 05 Profissionais do IRPAA, 03 Estudantes da CSAB, 02 Fundadores do Instituto, 03 Agricultores, 02 Estudantes do Instituto.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os principais tipos de representações sociais sobre o Semiárido Nordestino presentes nos materiais educacionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA.

- Estudar a proposta da Convivência com o Semiárido Brasileiro no Nordeste, compreendendo seus

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

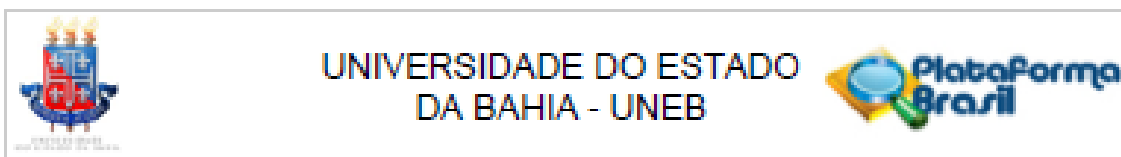
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2300

Fax: (71)3117-2300

E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 3.992.078

principais paradigmas;

-Historicizar a participação do IRPAA no processo de construção de uma outra representação social do Nordeste;

-Compreender o discurso educ comunicativo da proposta de Convivência com o Semiárido do IRPAA.

Hipótese:

Quais as Representações Sociais produzidas pela Proposta da Convivência com o Semiárido existentes nos materiais educ comunicativos do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA?

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios Informados conforme orienta a Resolução nº 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de Inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos participantes da pesquisa e as autorizações das Instituições proponente e coparticipante.

O TCLE apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.105-001

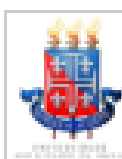
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2300

Fax: (71)3117-2300

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.992.078

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto. 24548719.8.0000.0057

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1446958.pdf	09/04/2020 10:21:35		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ok.pdf	09/04/2020 10:20:05	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	assentimento_declaracao.pdf	18/03/2020 23:10:39	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	13/12/2019 12:45:40	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Doc2.pdf	13/12/2019 12:31:29	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	co_participante.pdf	13/12/2019 12:30:08	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	CONCORDANCIA.pdf	27/10/2019 00:43:17	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.992.078

Outros	TERMO_CONFIDENCIALIDADE.pdf	27/10/2019 00:38:04	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	COMPROMISSO_PESQUISADOR.pdf	27/10/2019 00:33:07	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_PROPONENTE.pdf	27/10/2019 00:30:39	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_NOME_IMAGEM.pdf	27/10/2019 00:20:59	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	digitalizado.pdf	26/10/2019 23:33:44	ANA JAMILLE NUNES DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 27 de Abril de 2020

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.105-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

ANEXO B- WORDCLOUDS

